

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DE LUÍS ANTÔNIO
VERNEY: ENTRE O ILUMINISMO E UMA NOVA
ESCOLÁSTICA**

Vicente Buonadio Neto

**SÃO CARLOS- SP
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DE LUÍS ANTÔNIO
VERNEY: ENTRE O ILUMINISMO E UMA NOVA
ESCOLÁSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em educação, na linha: história, filosofia e sociologia da educação, sob a orientação do Professor Dr. João Virgílio Tagliavini.

**SÃO CARLOS- SP
2013**

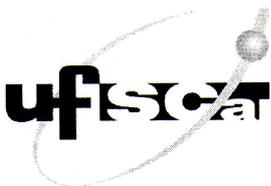
**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B943fe Buonadio Neto, Vicente.
A filosofia da educação de Luís Antônio Verney : entre o
iluminismo e uma nova escolástica / Vicente Buonadio Neto.
-- São Carlos : UFSCar, 2013.
106 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2013.

1. Educação - história. 2. Portugal - iluminismo. 3.
Reforma do ensino. 4. Escolástica. I. Título.

CDD: 370.9 (20ª)



Programa de Pós-Graduação em Educação
Comissão Julgadora da Dissertação de mestrado de
Vicente Buonadio Neto

São Carlos 28/08/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini

Prof. Dr. Plínio Antonio Britto Gentil

Prof. Dr. César Aparecido Nunes

The image shows three horizontal lines representing the signature area. The top line has a signature that appears to be 'João Virgílio Tagliavini'. The middle line has a signature that appears to be 'Plínio Antonio Britto Gentil'. The bottom line has a signature that appears to be 'César Aparecido Nunes'.

Historiador

Veio para ressuscitar o tempo e escarpelar os mortos, as condecorações, as liturgias, as espadas, o espectro das fazendas submergidas, o muro de pedra entre membros da família, o ardido queixume das solteironas, os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas.

Veio para contar o que não faz jus a ser glorificado e se deposita, grânulo, no poço vazio da memória. É importuno, sabe-se importuno e insiste, rancoroso, fiel.

Carlos Drummond de Andrade

Dedico esse trabalho aos meus pais que nunca mediram esforços para o meu estudo, sempre me incentivando e apoiando em todos os momentos da minha formação.
Dilma e João Vicente (in memoriam)
Ao meu amor, Aline, pelo companheirismo, apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de estudar e trabalhar como professor, fazendo o que eu gosto.

Aos meus pais, por todo incentivo e amor em todas as fases da minha formação. À minha mãe guerreira que sempre esteve ao meu lado, comemorando, incentivando e se sacrificando para realizar todos os meus sonhos.

À minha noiva Aline pela paciência, apoio, incentivo, companheirismo, amor e colaboração em todos os momentos.

Ao meu orientador Prof. Dr. João Virgílio que me acolheu desde a graduação e me ensinou muitas coisas, não só sobre a vida acadêmica, mas como a pensar. Tenho orgulho de ter sido seu orientando, pois hoje, no mundo acadêmico, é muito difícil encontrar um professor por excelência que esteja mais preocupado com o ensino do que com as suas pesquisas. E mais do que um bom professor tornou-se um amigo valioso.

À Prof. Dr. Marisa Bittar e ao Prof. Dr. César Aparecido Nunes que corrigiram e revisaram esse trabalho com muito zelo e cuidado e trouxeram muitas contribuições importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

À minha família e amigos que sempre acompanharam, torceram e comemoraram com o desenvolvimento deste projeto.

Aos meus amigos da graduação e da pós-graduação, por contribuírem para o meu aprendizado.

A todos os professores do ensino fundamental, médio, graduação e do PPGE da UFSCar que contribuíram muito para a minha formação acadêmica.

RESUMO

Estudo monográfico, histórico, interpretativo na área de filosofia da educação. No *Verdadeiro Método de Estudar*, Luís Antônio Verney critica abertamente a educação oferecida pelos Jesuítas, responsabilizando-os por todo atraso cultural e educacional do Reino. Embasado na filosofia moderna, Verney, propõe uma reforma em todos os níveis educacionais de Portugal - escolas primárias, secundárias e o ensino superior -, formulando uma nova ideologia educacional para o Estado. Baseado no empirismo, que partia da experiência, contrapunha-se à lógica formal do método dedutivo dos escolásticos, fundamento do *Ratio Studiorum* dos jesuítas. Suas críticas e propostas influenciaram a criação do primeiro sistema educacional secular de Portugal, após a expulsão dos jesuítas nas reformas pombalinas. Ao mesmo tempo em que parece ter rompido com o modelo escolástico, ao propor o empirismo, o seu iluminismo foi conservador, não revolucionário, católico, porque ele sempre defendeu a manutenção da fé, a fidelidade à Igreja, a conciliação entre fé e razão, que são as bases da escolástica. Levantam-se, neste trabalho, as seguintes questões: quais foram as principais características do iluminismo da pedagogia portuguesa? Verney rompeu com a escolástica? Ou apenas acrescentou algumas ideias da filosofia moderna, mantendo a essência dessa corrente de pensamento? Busca-se entender como ocorreu a gestação da educação pública portuguesa, e, dessa forma, compreender melhor, também, a educação brasileira. Trabalho bibliográfico com base na metodologia histórico-crítica. Concluimos que Verney rompeu em partes com a escolástica, ao propor um novo método baseado no empirismo de Locke e ao responsabilizar o modelo educacional dos jesuítas pelo atraso do reino; mas ao mesmo tempo manteve como sacerdote português a ideologia da fé católica, por isso, criou uma nova escolástica portuguesa. Trouxe contribuições importantíssimas para a reforma da educação do reino, como a valorização da língua portuguesa perante o Latim, a secularização do sistema educacional, o ensino das mulheres, a alfabetização de todos os súditos, a criação de um novo ensino universitário pautado na valorização da experiência, entre outras.

Palavras-Chave: iluminismo português, reformas educacionais, Verdadeiro Método de Estudar, escolástica.

ABSTRACT

Monographic study, historical interpretation in the area of philosophy of education. In *True Method of Studying*, Luis Antonio Verney openly criticizes the education provided by the Jesuits, blaming them for all cultural and educational backwardness of the Kingdom. Grounded in modern philosophy, Verney, proposes a reform at all levels of educational Portugal - primary, secondary and higher education - formulating a new ideology of education for the state. Based on empiricism, which started from the observation and experience, contrasted to the formal logic of the deductive method of the scholastics, foundation of *Ratio Studiorum* of the Jesuits. His criticisms and proposals influenced the creation of the first secular educational system in Portugal, after the expulsion of the Jesuits in the reforms of Pombal. While that seems to have disrupted with the scholastic model by proposing empiricism, his enlightenment was conservative, not revolutionary, Catholic, because he always defended the maintenance of (the) faith, fidelity to the Church, conciliation between faith and reason, which are the foundations of scholasticism. In this work, the following questions are raised: What were the main characteristics of the Enlightenment of Portuguese pedagogy? Did Verney disrupt scholasticism? Or just added some ideas of modern philosophy, maintaining the essence of that current of thought? This work seeks to understand how the creation of Portuguese public education occurred, and thus better understand, too, the Brazilian education. Bibliographical monography based upon the historical-critical methodology. We conclude that Verney disrupted scholasticism partially, by proposing a new method based on empiricism of Locke and blaming the Jesuit educational model for the delay of the kingdom, but at the same time kept as Portuguese priest the ideology of the Catholic faith, and, because of that he created a new Portuguese scholastic. He brought major contributions to the educational reform in the kingdom such as the appreciation of the Portuguese to the Latin, the secularization of the educational system, the education of women, literacy for all subjects, the creation of a new academic education based on the appreciation of the experience, among others.

Keywords: Portuguese Enlightenment, educational reforms, True Method of Studying scholasticism.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. O Renascimento Cultural e a Companhia de Jesus.....	16
1.1 Modernidade.....	17
1.2 Uma breve história de Portugal.....	18
1.3 A Companhia de Jesus e a colonização.....	28
1.4 O <i>Ratio Studiorum</i> e o método escolástico.....	33
1.5 As bases ideológicas do século XVII: Francis Bacon e John Locke.....	37
2. Luís Antônio Verney e o século das luzes.....	46
2.1 O século das Luzes.....	46
2.2 Iluminismo e educação.....	47
2.3 Luís Antônio Verney.....	49
2.4 O <i>Verdadeiro Método de Estudar</i>	52
2.5 A ideologia de Luís Antônio Verney: filosofia, política, economia e sociedade.....	58
2.6 A didática Magna de Comenius em relação ao <i>Ratio Studiorum</i> e ao <i>Verdadeiro Método de Estudar</i>	63
2.7 Verney: um iluminista burguês ou um reformista aristocrático.....	67
2.8 As Reformas Pombalinas da Educação.....	69
2.9 Reformas Pombalinas e o ideal "Verneyriano".....	78
3. Estudos Filosóficos: entre o iluminismo e a escolástica.....	85
3.1 A raio da filosofia moderna.....	85
3.2 A Lógica empirista e a redução da metafísica.....	86
3.3 A Física Moderna.....	89
3.4 A Ruptura com a escolástica?.....	92
Conclusão.....	95
Referências Bibliográficas.....	99
Anexo.....	103

Introdução

Luís Antônio Verney (1713-1792) foi um dos principais pensadores da ilustração portuguesa, movimento baseado no Iluminismo do século XVIII, precedido pelas mudanças filosóficas na Europa no século XVII, tendo à frente os pensadores John Locke, Francis Bacon e Rene Descartes.

O iluminismo foi um movimento intelectual francês de crítica ao Antigo Regime que se propunha, através da "luz da razão", acabar definitivamente com todos os resquícios do feudalismo e do teocentrismo medievais, condenando os privilégios excessivos da nobreza e do clero, o abuso de poder dos monarcas, as influências eclesiásticas na ciência e no Estado. Nos países com maior desenvolvimento econômico, como Inglaterra e França, a burguesia, fortalecida, promoveu um movimento de revoluções, tomando o poder, acabando com os privilégios dos nobres e do clero e instaurando um governo burguês. Já nos países mais atrasados economicamente, com uma burguesia mais fraca, como Portugal, Áustria, Rússia, ocorreu outro fenômeno do Iluminismo, o "despotismo esclarecido". Analisando o significado exato dos termos, temos uma mistura de iluminismo com o absolutismo; na realidade, o rei se fortalece tentando desenvolver a economia, a educação, para aumentar a arrecadação e, assim, manter os privilégios da nobreza, promovendo um iluminismo conservador e controlado pelo estado, de acordo com os seus interesses.

Portugal que era um estado centralizado para os padrões da época, na questão religiosa, manteve-se fiel à Igreja Católica, tendo seu principal mecanismo de proteção contra o protestantismo, a Inquisição, até o final do século XVIII. Na questão econômica, mesmo com as ricas colônias na África, Ásia e América, fontes abundantes de especiarias e ouro, Portugal era um Estado economicamente fraco, que possuía uma economia fraca, totalmente dependente da Inglaterra. Esta dependência pode ser observada na assinatura em 1703, do tratado de Methuen, conhecido como tratado dos "panos e vinhos" ¹, que deixou a balança comercial portuguesa em déficit. Dessa forma,

¹ No início do século XVIII, as manufaturas têxteis inglesas, mesmo com uma grande produção buscava aumentar o seu mercado consumidor. Para isso, Inglaterra procura outros países para serem seus compradores. Na época Portugal havia acabado de se desmembrar da Espanha, após a União Ibérica (1580-1640) e para manter-se como Estado independente, precisava de um forte aliado. Como a França era aliada da Espanha, Portugal foi aliar-se à Inglaterra que tinha derrotado a "invencível armada espanhola", em 1588, e já havia se consolidado como uma potência marítima. Dessa forma, Portugal foi obrigado a aceitar as condições propostas pela Inglaterra no Tratado de Methuen, em 1703. Este acordo beneficiou uma parcela da economia portuguesa, a produção vinícola, mas as vendas do vinho para a

na metade do século XVIII, o estado português devia muito para a Inglaterra e utilizava o ouro do Brasil para cobrir os seus déficits.

Com a crise do Antigo Regime na Europa, os monarcas portugueses foram aos poucos se fortalecendo para a manutenção dos privilégios da Nobreza e do Clero, que estavam em decadência desde a grande crise do sistema feudal no final da Idade Média. Como nos outros estados, o rei transformou-se em um soberano que almejava ter o poder absoluto dentro do seu Estado, ou seja, taxando a burguesia para a manutenção dos privilégios da nobreza; para isso precisava incentivar a economia colonial monopolista, controlada pelo Estado pelo sistema mercantilista.

Foi no reinado de D. João V (1703-1750) que as ideias iluministas começaram a ser assimiladas pelo Estado português, iniciando o movimento da Ilustração portuguesa, principalmente com a criação da Academia Real de História e depois com o Colégio dos Nobres, para instruir e formar a nobreza de acordo com as novas teorias do século XVIII. Mas foi com D. José I (1750-1777) que o reino português atingiu a plenitude do "despotismo esclarecido", pois seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, intitulado Marquês de Pombal, promoveu uma verdadeira reforma econômica, política e ideológica com a expulsão dos jesuítas e a criação do primeiro sistema educacional secular do reino.

Na primeira metade do século XVIII, Verney, cuja obra é objeto desta dissertação, foi para a Itália estudar os principais teóricos e filósofos da época, e inspirado principalmente pelos pensadores Ingleses, Bacon e Locke, escreveu *16 cartas* endereçadas ao rei D. João V, mostrando o atraso da educação portuguesa e propondo uma reforma educacional e intelectual no reino. Essa obra tornou-se a mais importante fonte de influência para as reformas educacionais promovidas por Marquês de Pombal, junto com as obras de outros pensadores estrangeiros, como Ribeiro Sanches e Luís da Cunha. Dessa forma, o *Verdadeiro Método de Estudar* transformou-se em uma das grandes bases ideológicas para reformulação da educação e da filosofia portuguesa no século XVIII. Há que se ressaltar que, se as ideias e as propostas podem não ter sido acolhidas totalmente por Pombal, mesmo assim pode-se considerar a obra educacional de Verney como decisiva para as reformas pombalinas da educação.

Inglaterra não foram suficientes para cobrir os déficits da balança comercial portuguesa, ou seja, o Estado português comprou muito mais tecido do que vendeu seu vinho.

No *Verdadeiro Método de Estudar*, Verney propõe uma mudança ideológica e filosófica no reino, baseada no empirismo, responsabilizando principalmente os jesuítas e, conseqüentemente, o método escolástico aristotélico pelo atraso educacional e filosófico do reino. Na época, a Companhia de Jesus controlava praticamente todo o sistema educacional português; os colégios dos jesuítas, desde a fundação da Companhia, multiplicaram-se, junto com as missões de evangelização e catequese na Europa e no mundo colonizado por Estados católicos.

A filosofia dos jesuítas em Portugal era embasada na escolástica medieval e Verney, ao criticar esse domínio educacional e ideológico da Companhia no Reino, em benefício das teorias do "empirismo"², contrapunha-se totalmente à escolástica medieval, mas ao mesmo tempo era um padre da Igreja e se colocava como defensor da fé e mantenedor da conciliação entre fé e ciência que foi um dos princípios básicos da escolástica.

Assim, essa dissertação apresenta os seguintes questionamentos, no *Verdadeiro Método de Estudar*: Verney rompeu com a escolástica medieval ao propor uma nova concepção ideológica de educação para o reino? Ou Verney apenas conciliou com a fé as novas ideias filosóficas dos séculos XVII e XVIII, principalmente a teoria do empirismo científico, mantendo as bases da escolástica medieval? Essa conciliação foi possível? Ou ainda, Verney com as suas novas ideias criou uma nova escolástica, chamada de segunda escolástica por alguns historiadores e filósofos do período?

Na realidade, o nosso objetivo é promover uma discussão acerca das bases ideológicas e educacionais da escolástica dos jesuítas e do *Verdadeiro Método de Estudar*, a fim de compreendermos melhor a importância dessa obra na gestação da educação portuguesa e brasileira.

A obra central da pesquisa foi o *Verdadeiro Método de Estudar*, junto com a leitura e problematização dos principais pensadores portugueses que estudaram Verney. Dentre eles podemos destacar, Luís Cabral de Moncada, Alberto Banha de Andrade, Antônio Salgado, além dos principais historiadores e filósofos do período e das reformas pombalinas da educação. Foram utilizados também trabalhos científicos encontrados sobre o tema, dissertações, teses e artigos produzidos pelos pesquisadores.

² "Defesa disfarçada." Em nenhum momento Verney citou John Locke em sua obra, mas por outro lado citou vários autores que se basearam nos ideais empiristas, como Muriati e Genovesi.

Analisando a história da educação através da ótica marxista do materialismo histórico, nós percebemos que a história é uma ciência material, "não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência" (MARX, 1982, p.26), ou seja, são os acontecimentos materiais reais que determinam a consciência humana. Dessa forma, podemos concluir que a história da sociedade é regida por aspectos econômicos e materiais que perpetuam as desigualdades sociais, através da propriedade privada e da exploração das classes dominantes sobre as classes dominadas. Classes dominantes que mantêm o poder pela hegemonia que realiza através das mais variadas formas, como na educação, para manter a relação de dominação.

Partindo deste ponto de vista teórico, analisamos o Iluminismo que está intrinsecamente ligado às reformas pombalinas da educação e ao pensamento de Verney, como um processo de criação de uma nova ideologia burguesa em contraposição à ideologia dominante no antigo regime. Por trás de todo esse movimento, observamos uma grande luta de classes envolvendo a burguesia que estava em ascensão desde a Baixa Idade Média e os nobres que estavam em decadência e, segundo Perry Anderson³, eram sustentados pelos monarcas absolutistas. Para Marx, o motor de toda a história é a luta de classes:

Daqui depreende todas as lutas no seio do Estado, a luta entre democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si (MARX, 1982, p. 39)

Em um primeiro momento, estudar o pensamento de Verney pode parecer um assunto pontual, ou seja, apenas os estudos de um pensador que influenciou as reformas, porém abordamos a obra *Verdadeiro Método de Estudar* e a ilustração portuguesa como um movimento inserido dentro de um grande contexto iluminista da Europa.

Verney, em o *Verdadeiro Método de estudar*, propunha a reformulação do ensino português com base no método experimental, analítico e empírico da nova ciência de Bacon, Descartes e Galileu. Creditava todo atraso do ensino português aos padres jesuítas, fazendo uma análise minuciosa de todo panorama educacional, criticando e propondo um novo modelo de educação.

³ ANDERSON P. **Linhagens do Estado Absolutista**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Este novo modelo educacional formou novos intelectuais para defender e sustentar as práticas mercantilistas do rei absolutista e da burguesia em ascensão, rompendo com a visão aristotélica, presa à lógica da metafísica que embasava o ensino jesuítico.

Luís Verney foi um intelectual dos novos tempos e de uma nova realidade social, econômica e política. Ao propor o ensino básico para "todas as pessoas", a secularização da educação e o ensino das mulheres, impulsionou o surgimento de uma nova sociedade portuguesa.

Na primeira parte do primeiro capítulo, fizemos uma discussão sobre as principais características da modernidade, com o Renascimento Cultural, a Reforma Protestante, o Mercantilismo e o Absolutismo. Na segunda parte, escrevemos uma breve história da monarquia portuguesa, mostrando as suas principais características e inserindo-a no contexto da modernidade. Na terceira e quarta partes, focamos no trabalho educacional da Companhia de Jesus, analisando a sua importância no processo de colonização do Brasil, a elaboração e implantação do *Ratio Studiorum* e as suas bases escolásticas. Na quinta parte, analisamos as bases do pensamento empírico do século XVII, destacando as principais ideias filosóficas de John Locke e de Francis Bacon, que propõe o método indutivo, em contraposição ao método silogístico dos escolásticos medievais.

No segundo capítulo, elaboramos uma breve biografia de Luís Antônio Verney, com uma descrição geral da sua principal obra, o *Verdadeiro Método de Estudar*, descrevendo a sua importância dentro do contexto de reformulação educacional de Portugal com as reformas pombalinas. Ainda fizemos uma comparação ideológica entre Comenius e Verney e discutimos se as suas propostas foram burguesas ou aristocráticas.

No terceiro capítulo, promovemos uma análise mais aprofundada sobre o ponto de vista filosófico do *Verdadeiro Método de Estudar*, destacando as cartas do Terceiro Tomo da divisão feita por Salgado, intitulada de Estudos Filosóficos, mostrando os pontos de rompimento e permanências com a escolástica medieval.

Resta-nos enfatizar, no final desta introdução, que o objeto da pesquisa é o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antônio Verney, com o intuito de entender se houve um rompimento com a escolástica ou apenas um *acerto* com os novos tempos para permitir a perpetuação da mesma ideologia que embasava um Antigo Regime, em

que Estado e Igreja continuariam comprometidos, com nova roupagem. A hipótese é a de que, Luís Verney, sacerdote da Igreja Católica, numa espécie de briga intestina, tinha como objetivo um forte ataque à Companhia de Jesus e seus métodos. É também nossa hipótese que, apesar disso, Verney trouxe avanços significativos para a educação portuguesa, o que se refletiu, obviamente, também em suas colônias, como no caso do Brasil.

CAPÍTULO I

1. O Renascimento cultural e a Companhia de Jesus

Neste capítulo nós fizemos uma contextualização da idade moderna a partir do Renascimento Cultural e uma síntese da história de Portugal mostrando o seu desenvolvimento precoce, o surgimento de uma elite mercantil e o controle absolutista da coroa. Também analisamos as bases da Companhia de Jesus e do método escolástico que embasou o *Ratio Studiorum*.

1.1. As bases da Idade Moderna

A Idade Moderna foi um período de rompimento com o mundo medieval: no aspecto político, com o absolutismo; no religioso, rompe-se com a unidade cristã, pela Reforma Protestante; e, no aspecto ideológico, o Renascimento cultural, em grande parte, é o rompimento com a escolástica medieval.

O Renascimento cultural foi considerado um marco de transição da Idade Média para a idade moderna, pois, através da criação de uma nova forma de pensar e de olhar para o mundo, o pensador humanista rompeu com o período medieval. Se na Idade Média Deus era considerado o centro do universo, no renascimento, que para nós foi mais do que um resgate dos valores culturais como o nome sugere, o homem se transformou no centro do universo. Homem que agora toma as rédeas do conhecimento e busca entender o mundo em que ele vive através da razão (antropocentrismo); homem que agora se torna o centro do universo e assume o lugar de Deus como um grande criador universal.

Mas não vamos confundir esse homem renascentista com o homem das luzes. O renascimento foi um período de rompimento e, ao mesmo tempo, de transição e não de rompimento total com o mundo medieval, pois esse homem racional ainda no Renascimento ambicionava, através do conhecimento da natureza, chegar mais próximo do criador, ou seja, nós temos fortes influências do pensamento escolástico no período moderno e os humanistas cristãos muitas vezes ligados à Igreja são prova disso. Ainda sobre essa influência podemos destacar o papel desempenhado pela Península Itálica no movimento como berço do Renascimento e sede da Igreja Católica com os estados pontifícios.

O primeiro período do Renascimento contou com o importante apoio da Igreja. Nesse sentido, não é de se desprezar as obras artísticas e até o projeto e

construção da basílica de São Pedro como reflexo do pensamento renascentista, pois tanto a arte como a arquitetura são reflexos da história e da filosofia.

Os mecenas desempenharam um papel de grande importância para o desenvolvimento do movimento, patrocinando toda atividade intelectual, pois eram os grandes comerciantes que não se enquadravam na sociedade medieval, que ainda contava com grandes resquícios do feudalismo. Dessa forma, foram criando um mundo de acordo com os seus ideais burgueses na modernidade. Há de se destacar o pioneirismo da Península Itálica, com comerciantes italianos que estavam enriquecidos, por desenvolverem o primeiro grande entreposto comercial com o oriente, após as Cruzadas.

Assim nós constatamos a influência da burguesia, classe social que surge na Baixa Idade Média, mas que aos poucos vai criando um mundo segundo os seus valores ideológicos em contraposição ao mundo feudal da nobreza. Dessa forma, entendemos o Renascimento como um movimento com fortes influências da burguesia, importante para o fortalecimento de classe e para sua futura tomada de poder no final da modernidade.

O Renascimento Cultural foi um movimento ideológico caracterizado pela valorização do homem no centro do universo. O homem começa a buscar explicações racionais para o mundo com os pensadores humanistas, deixando aos poucos a mentalidade teocêntrica do mundo medieval.

Compreende-se o Renascimento nos séculos XIV, XV e XVI, periodização feita principalmente pelas artes que se desenvolveram plenamente no período. Mas se o século XVIII é caracterizado pelo iluminismo, o século XVII pode ser caracterizado como um período de transição entre esses dois movimentos ideológicos, sendo o ponto crucial da virada científica, principalmente com Galileu.

O fortalecimento do comércio na Europa viabilizou o desenvolvimento e o desenrolar do movimento que foi crescendo e, com o fortalecimento econômico da burguesia no mercantilismo, esta classe pôde alcançar as condições materiais para, no século XVIII, tomar definitivamente o poder com o Iluminismo.

Percebemos então, uma forte relação entre o modo de produção econômico e a formação ideológica de um período histórico, como Karl Marx nos demonstra em suas teses baseadas no método do materialismo histórico.

Analisando a história da educação através da ótica marxista do materialismo histórico, percebemos que a história é uma ciência material e, como Marx apontou "não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência" (1982, p.37), logo, são acontecimentos materiais reais que determinam a consciência humana.

À medida que o Renascimento foi se desenrolando e a burguesia se fortalecendo como classe social hegemônica dentro desta nova sociedade racional e hedonista moderna, o poder do rei se fortalecia ao extremo na tentativa de equilibrar a nobreza, o clero e a burguesia, mantendo importantes resquícios da sociedade feudal para sua própria sobrevivência.

Perry Anderson nos mostra "As monarquias absolutas introduziram os exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado." (1993, p. 17) Necessidades da burguesia para o seu pleno desenvolvimento econômico. Mas ao mesmo tempo em que atendeu aos anseios da burguesia, o rei absoluto tinha como fim primeiro a manutenção dos privilégios da nobreza. Dessa forma, o rei absolutista queria empreender o mercantilismo para manter os privilégios da nobreza em decadência.

"Os estados monárquicos da renascença foram em primeiro lugar e acima de tudo instrumentos modernizados para a manutenção do domínio da nobreza sobre as massas rurais" (ANDERSON, 1993, p.52), lembrando que sem o apoio da nobreza e do clero o rei não teria legitimidade para governar, pois, segundo se fazia acreditar, o rei seria um nobre escolhido por Deus e as suas decisões seriam infalíveis dentro do direito divino. O rei mantinha esses privilégios concedendo isenções fiscais, tributos específicos para o clero e os mais altos cargos da burocracia estatal apenas para os nobres.

O pensamento racional renascentista abriu caminho à crítica dos grandes abusos cometidos pela Igreja na época. Essas críticas somadas à crise religiosa que a burguesia enfrentava no período (pela condenação da usura) e ao fortalecimento do poder político (que queria se livrar das influências políticas dos estados pontifícios) acabaram criando as condições necessárias para a Reforma Protestante. Lutero, grande reformador da cristandade, foi padre e professor, mas ao se deparar com os abusos cometidos pelo clero na época, propôs reformas; sendo, pois, todavia, perseguido, protegido pelos nobres do Sacro Império Romano-germânico que queriam se livrar do

controle político desempenhado pela Igreja em suas terras e, acabou criando uma nova corrente religiosa dentro do cristianismo.

Lutero, Calvino, e outros grandes líderes do protestantismo, por terem uma visão teológica agostiniana que pregava a salvação pela fé, pelo contato direto com Deus e pela predestinação absoluta da salvação aproximavam-se muito desta classe burguesa. O sinal de fé e conseqüentemente, da predestinação, segundo Calvino, seria a graça material. Acerca disso, a própria teoria de Agostinho pressupõe o individualismo por estimular um contato direto entre o fiel e Deus somente pela fé, característica primordial do acúmulo de bens da burguesia. Diferente da teologia de Tomás de Aquino, mais aceita pelo clero romano (por acreditar na salvação pelas obras), que incentivava um contato maior do fiel com a comunidade, com o coletivo.

Segundo Max Weber, em sua obra *A ética protestante e do espírito do capitalismo*, os valores capitalistas foram totalmente condizentes com a nova teologia difundida pelos protestantes. Assim, Calvino, com a sua radicalidade teológica, deu as plenas condições junto ao mercantilismo, ao renascimento e ao absolutismo para a burguesia se fortalecer e, no final da modernidade, tomar o poder, acabando definitivamente com o antigo regime.

Weber nos mostra que a ética protestante foi totalmente condizente com o espírito do capitalismo e originaram várias correntes religiosas no decorrer da história. Nos países que adotaram ou liberaram o culto protestante, o capitalismo se desenvolveu plenamente, ao passo que a Igreja Católica se transformou em um grande entrave às práticas burguesas nos países que permaneceram fiéis ao catolicismo.

Assim, "A concepção puritana de vocação profissional e a exigência de uma conduta de vida ascética haveriam de influenciar diretamente o desenvolvimento do estilo de vida capitalista" (WEBER, 2012, p.151)

Para os calvinistas, perder tempo é um grande pecado, pois significa trabalhar menos para a glória de Deus. O trabalho é muito valorizado, diferente da visão do principal teólogo da igreja Católica, Tomás de Aquino, que "tinha interpretado essa máxima. Só que, segundo ele, o trabalho é necessário para a manutenção da vida do indivíduo e da coletividade" (WEBER, 2012, p.145).

Em oposição à visão calvinista que mostra que o trabalho serve para glorificar a Deus, o trabalho tem que respeitar três preceitos importantes: primeiro, a moralidade; segundo, a coletividade; e terceiro o lucro privado.

Dessa forma, o trabalho deixa de ser natural e passa a ser profissional, uma necessidade, uma vocação divina. Em vista disso, para os calvinistas, o trabalho tem uma conotação muito mais "séria", importante. "Com certeza não para fins da concupiscência da carne e do pecado, mas sim para Deus, é permitido trabalhar para ficar rico (...) Querer ser pobre, costumava-se argumentar, era o mesmo que querer ser um doente" (WEBER, 2012, p.148).

Assim, a ética protestante estimulou a riqueza, necessária para a graça de Deus, e condenou a acomodação, a preguiça, o ócio, pois o trabalho é uma vocação divina e, portanto, deve ser levado a sério para a glória de Deus. Nesse sentido nos mostra Weber, a parábola dos talentos servia perfeitamente para ilustrar a ascese protestante.

A partir dessa concepção, o eleito, escolhido por Deus para a salvação, deveria trabalhar sem descanso para a multiplicação das riquezas oferecidas por Deus. Ir contra essa "necessidade", significava ser contrário à vocação divina do trabalho que se transformou em vocação divina do lucro.

A valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, continuado, sistemática, como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação mais segura e visível da regeneração de ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas alavanca mais poderosa que pode imaginar da expressão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de "espírito do capitalismo". (WEBER, 2012, p. 156-157)

O trabalho "profissional", seguindo as vontades divinas, transformou-se na mais segura comprovação de graça, de fé, que significa salvação. Para Calvino, que formulou a teoria da predestinação absoluta, todos já foram predestinados ou não à salvação, pois é Deus que concede essa glória. E se a fé é um sinal de salvação, e ter fé significa trabalhar para glória de Deus, para o lucro, seguindo a ética protestante calvinista, a riqueza, o sucesso, o lucro se transformaram em um grande sinal de fé, e, conseqüentemente, de salvação.

Com a consciência de estar na plena graça de Deus e ser por ele visivelmente abençoado, o empresário burguês, com condição de manter-se dentro dos limites da correção formal, de ter sua conduta moral irrepreensível e de não fazer de suas riquezas um uso escandaloso, podia perseguir os seus interesses de lucro e devia fazê-lo. (WEBER, 2012, p.161)

Limitamos- nos a compreender as interpretações sociológicas de Karl Marx e de Max Weber, pois acreditamos que nesse contexto histórico as duas se complementam, na questão material econômica e cultural religiosa.

1.2. Uma breve história de Portugal

Começamos a história de Portugal com os dizeres de Joaquim Barradas de Carvalho, "Portugal foi uma promessa não cumprida" (p. 32, 1931). A partir dessa interpretação histórica nós concluímos que Portugal foi uma das nações mais promissoras da Europa no século XIV e XV, com a primeira revolução burguesa em 1383 que colocou o mestre de Avis no poder, com as grandes navegações, contornando a África e conquistando o Brasil e com todo seu desenvolvimento mercantil. Mas, ao mesmo tempo, os monarcas da casa de Avis barraram todo esse progresso, através da centralização política e do total fortalecimento do poder do rei que impediu o desenvolvimento econômico da burguesia ao concentrar todas as riquezas nas mãos de um Estado absoluto, explorador e opressor.

Durante a queda do Império Romano do ocidente, a península Ibérica foi dominada pelos bárbaros Visigodos que até se converteram ao cristianismo, mas não ao catolicismo oficial de Roma. No final do século VII, os Árabes, com sua guerra santa, a "jihad" ⁴, conquistaram o Norte da África e atravessaram o estreito de Gibraltar chegando à península Ibérica.

Os Europeus, inflamados pelo espírito teocêntrico e pelas guerras contra os muçulmanos em Jerusalém, na Baixa Idade Média, no contexto das Cruzadas, iniciaram a guerra de reconquista da península, no século XI. Partindo do Reino de Astúrias no norte, os cristãos foram aos poucos expulsando os "mourros" do sul, até 1492, quando a monarquia espanhola, já centralizada, conquistou o último reduto árabe, a província de Granada.

Nessa guerra surgiram, inicialmente, quatro reinos que formaram a monarquia Espanhola no final do século XV, os reinos de: Leão, Castela, Navarra e Aragão. Motivados pelo espírito cruzadista religioso em busca de indulgências

⁴ Depois da morte de Maomé, seus sucessores, os Califas, iniciaram uma grande expansão territorial, a Jihad, que tinha como principal objetivo levar o islamismo para todos os povos, convertendo os infiéis.

plenárias⁵, muitos nobres da Europa foram lutar nesta guerra, inclusive o francês D. Afonso Henrique, filho do Duque de Borgonha. Em troca da sua participação na guerra, D. Henrique recebeu do rei de Leão o Condado Portucalense com a condição, de se casar com a sua filha bastarda, D. Teresa.

O filho dessa união, D. Afonso Henriques, contra a vontade da sua mãe, declarou a independência do condado Portucalense, sendo coroado como o primeiro rei de Portugal, (D. Afonso I), iniciando a dinastia de Borgonha. Porém, a independência oficial só foi reconhecida com a assinatura do tratado de Zamorra entre Portugal e Espanha, em 1143.

Os reis desta dinastia foram importantes para a centralização do reino em relação aos outros Estados. Portugal, ao contrário dos outros reinos da Europa, transformou-se no primeiro Estado centralizado, enquanto os espanhóis ainda estavam separados e os reis da França e da Inglaterra sofriam para subjugar a nobreza sob sua autoridade.

Esses monarcas continuaram a guerra de reconquista até o sul da península, conquistando a região de Algarve e foram aos poucos doando as terras para a nobreza. Uma diferença importante em relação às suseranias dos outros reinos da Europa foi a forma de doação; em Portugal, o monarca doava as terras para os nobres, sem o direito de hereditariedade, prática que colocava a nobreza em total relação de dependência com o seu rei. Dessa forma, os monarcas de Borgonha foram responsáveis pela centralização e consolidação do poder do rei dentro dos limites impostos pela época.

Em rigor, Portugal não nasceu do Condado Portucalense, a não ser no que respeitou à dinastia reinante e à elite nobre que a cercava. Quase todas as estruturas vigentes no Sul islâmico - propriedade, economia, boa parte dos estratos médios e inferiores das sociedades, grande parte do municipalismo e da organização do Estado, religião, língua e até cultura- exerceram papel e relevante na constituição do novo país. Foi a união do Norte com o Sul que originou Portugal que conhecemos, e é em meados do século XIII que se colocou o seu nascimento. (OLIVEIRA MARQUES, p.69, 2001)

D. Fernando I foi o último rei dessa dinastia, morreu deixando uma única filha legítima, D. Beatriz, que era prometida em casamento ao rei D. João de Castela. Assim, Portugal seria anexado por Castela e perderia a sua autonomia enquanto Estado

⁵ O perdão de todos os pecados.

independente e centralizado. Essa sucessão real não foi decidida facilmente, pois respeitar a linha sucessória significava entregar Portugal para o reino de Castela.

Boa parte da nobreza tradicional apoiou a anexação de Castela, respeitando a sucessão legítima, mas a elite mercantil, com medo de perder os incentivos econômicos, a pequena nobreza, as classes médias e populares urbanas e uma parcela da alta nobreza apoiou João Mestre da ordem de Avis, filho bastardo do rei falecido. Com apoio principalmente da burguesia, D. João de Avis derrotou em batalha o rei de Castela e foi coroado rei de Portugal, em 1383, iniciando uma nova dinastia, no episódio de Revolução de Avis.

"O rei D. João I ascendeu ao trono pela revolução de 1383, a primeira revolução burguesa da história da Humanidade à escala de uma nação". (BARRADAS DE CARVALHO, p. 200, 1981)

A Revolução de Avis foi muito importante para o fortalecimento das práticas mercantis no reino, pois o novo monarca, que chegou ao poder com apoio da burguesia, subjuguou a velha nobreza que era ligada à Castela, incentivou e patrocinou o processo de expansão marítima em busca de uma nova rota de comércio com o oriente.

Dessa forma, o rei que tomou o poder com apoio da burguesia, favoreceu abertamente essa classe no novo governo, pois com uma burguesia forte pagando impostos o monarca poderia finalmente concentrar todo poder do estado em suas mãos, subjuguando a velha aristocracia e se transformando em um monarca absoluto.

A vitória do mestre de Avis significou nova dinastia e nova classe dirigente, D. João I (1385-1433) rodeou-se de experimentadas legistas e de burocratas, procurando também apoio entre os mercadores tanto portugueses quanto estrangeiros, promovendo a posições importantes, política e socialmente, gente de <<boa condição>>, oriunda da burguesia da pequena nobreza e até do artesanato. (OLIVEIRA MARQUES, p.119, 2001)

Para impulsionar o desenvolvimento econômico do reino, os monarcas de Avis promoveram a maior expansão marítima da história europeia. Em busca de uma nova rota de comércio com o oriente, pois a rota do mediterrâneo era controlada pelos "italianos", os portugueses, liderados pelo rei D. João, conquistaram a cidade muçulmana de Ceuta, no norte da África, em 1415, abrindo caminho para novas conquistas.

Essa expansão só foi possível, pois o monarca português, diferente dos outros Estados, já havia centralizado o poder em suas mãos e tinha as plenas condições de iniciar um processo de expansão marítima. Enquanto França e Inglaterra lutavam na guerra dos cem anos, Espanha lutava para expulsar os árabes e Portugal investia na busca por novas rotas comerciais, aproveitando-se dos conhecimentos matemáticos e instrumentais dos Árabes⁶.

Nesse sentido, o século XV foi marcado por grandes progressos na navegação. Os portugueses foram aos poucos contornando o continente africano, até Vasco da Gama finalmente atravessar o cabo das Tormentas, e chegar a Calicute, na Índia, voltando para Portugal com os navios cheios de especiarias. A expedição foi tão vantajosa economicamente, que o rei mandou uma nova esquadra liderada por Pedro Álvares Cabral, em 1500, para oficializar a posse das suas terras na América e construir um forte na Índia; assim, Cabral chegou ao Brasil.

A Espanha chegou a América em 1492, com Cristóvão Colombo, mas diferente de Portugal, os espanhóis não investiram nas navegações durante todo século XV⁷.

Toda essa expansão garantiu a consolidação do mercantilismo no reino⁸, pois o comércio de especiarias gerava enormes lucros para a burguesia, principalmente para a coroa. Nesse contexto, o rei se fortalecia e o absolutismo era iminente. Assim, os monarcas de Avis, preocupados com o seu fortalecimento, promoveram o maior desenvolvimento econômico do reino.

A partir de 1502, e até 1544, as cortes só foram convocadas três vezes. A pouco e pouco, o povo foi abdicando do seu direito de fiscalizar o governo ou até de tentar aconselhar o seu monarca. A pouco e pouco, o rei foi esquecendo o diálogo periódico com seu povo. Entre um e outro deixaram de ser directos os contatos, espraiando-se uma crescente burocracia em que ambas as partes tinham de confiar. (OLIVEIRA MARQUES, p.175, 2001)

⁶ Como os Árabes dominaram a região e possuíam uma matemática muito mais desenvolvida, instrumentos como a bússola e o Astrolábio, os portugueses aproveitaram-se dessa influência na fundação da escola náutica de Sagres.

⁷ Essa conquista só foi possível, pois, um "suposto" navegador veneziano fez uma proposta para o rei e o monarca, mesmo não acreditando, concedeu três caravelas para Colombo.

⁸ O mercantilismo português pode ser dividido em duas partes, no início Portugal estava muito mais voltado para o comércio de especiarias do oriente, por isso investiu nas navegações em busca de uma nova rota para o mundo oriental, contornando o continente africano chegou à Índia e foi aos poucos conquistando territórios no oceano Índico. Na metade do século XVI a concorrência com outros países no oriente começa a aumentar e os portugueses resolveram mudar a sua política mercantilista para colonização de exploração do Brasil, baseado no sistema de feitoria.

O rei se fortaleceu, afastando-se cada vez mais do seu povo, a ideia de que o poder do Monarca emana do povo que renunciara ao seu direito político, como Hobbes propõe, não chegou ao reino. Portugal se fechou para as novas ideias humanistas da Europa, o poder do rei permaneceu centrado no direito divino e o povo, a burguesia e a nobreza foram totalmente marginalizados da política.

Assim, ao contrário da modernização humanista, o espírito medieval foi retomado, sendo que "o melhor representante deste florescimento medieval tardio foi, sem dúvida, Gil Vicente (1465-1537), chamado criador do teatro português" (OLIVEIRA MARQUES, p.181, 2001). Gil Vicente, inserido no contexto do renascimento cultural, escreveu o "*Auto da barca do inferno*", uma obra teatral que traz um tema recorrente da mentalidade teocêntrica da Idade Média, o juízo final. Mesmo criticando a sociedade portuguesa da época, Gil Vicente mantém uma forte moralização do catolicismo medieval que enaltecia a ignorância e valorizava as "guerras santas", pois os únicos personagens que conseguem entrar na barca do céu são: o ingênuo ignorante (parvo) e os cavaleiros.

D. João II(1521-1557) foi o símbolo desse absolutismo arcaico em Portugal, já que concentrou o poder, subjugou a nobreza, controlou a Universidade de Lisboa, expulsou os Judeus e inaugurou a inquisição portuguesa, como um tribunal estatal. "Assim três anos após, subido ao Trono, D. João II conseguira ver mortos ou forçados ao exílio a maior parte dos nobres da alta aristocracia feudal e acrescentar ao seu patrimônio parte considerável do território nacional" (OLIVEIRA MARQUES, p.374, 2001).

Foi no seu reinado que os Jesuítas chegaram ao reino com a missão de manter a fé católica a qualquer custo, após o concílio de Trento e catequizar os nativos da colônia portuguesa. Em Portugal, os jesuítas encontraram espaço livre para se fortalecer, e a Companhia de Jesus passou a dominar quase toda a educação no reino. Como a política do reino era retrógrada, fechada ao humanismo Europeu, a ideologia jesuítica embasada na escolástica medieval fez muito sucesso e a ordem ganhou muitos privilégios, como a "redízima"⁹ para estimular as missões e os colégios.

Os jesuítas possuíam muitas propriedades e com os incentivos fiscais facilmente se tornaram a ordem mais poderosa do reino, a ponto de dominar o sistema educacional por mais de 200 anos. Fundaram a Universidade de Évora, que se tornou a

⁹ Imposto criado pelo rei para financiar as missões e os colégios dos jesuítas.

mais importante do reino, e todo estudante para ingressar no ensino superior precisava passar pela formação secundária oferecida pela Companhia.

Com a inquisição fortalecida como arma do Estado, os jesuítas controlando a educação, a nobreza e a burguesia controladas, a censura proibindo os novos autores, e as ideias medievais renascendo, os reis de Avis transformaram toda aquela esperança de desenvolvimento com as grandes navegações em "promessa que não foi cumprida". O absolutismo arcaico dos monarcas portugueses impediu o desenvolvimento do reino, transformando Portugal em um reino "cadaveroso".

O país, nacionalmente constituído, manteve-se impenetrável a ciência europeia, o pensamento político universal, regando o cordão sanitário com água-benta e autos-de-fé. Três séculos durará a quarentena, imposta em direta proporção ao Brasil. A prisão de Damião Góes¹⁰, em 1572, ano da publicação de Os Lusíadas, marca a definitiva vitória do "reino cadaveroso". (FAORO, p 20, ?)

Em 1578, o rei D. Sebastião morreu¹¹ em batalha no norte da África, sem deixar herdeiros; seu tio D. Henrique, que era cardeal e não tinha filhos, assumiu e governou o reino até 1580, ano de sua morte, quando finalmente a dinastia de Avis acabou.

Nessa época, o parente mais próximo do rei falecido era o rei Felipe II da Espanha, por parte de mãe, que anexou Portugal facilmente, unificando os dois reinos, período que foi chamado de União Ibérica. O sonho espanhol da unificação Ibérica aconteceu e Portugal foi governado pela Espanha de 1580 até 1640. A Espanha sempre foi um Estado conservador, defensor do Catolicismo com inquisição, intolerância e censura.

No Brasil, muitas mudanças aconteceram, a principal foi em relação à produção açucareira, pois os espanhóis impediram o comércio com a Holanda¹², principal compradora do açúcar, e financiadora de muitos engenhos na colônia, fato que refletiu na invasão holandesa do nordeste em 1624 na tentativa de dominar Salvador e finalmente, em 1630, com a conquista de Pernambuco. Por outro lado, o tratado de Tordesilhas de 1493 foi abolido, o que possibilitou a expansão das fronteiras

¹⁰ Damião Góes foi um dos grandes nomes do humanismo português.

¹¹ Desapareceu, seu corpo não foi encontrado, por isso nasceu um movimento em Portugal que esperava o retorno de D. Sebastião.

¹² A Holanda sempre foi uma província dos Países Baixos. Na época, o nome do estado era República das sete Províncias Unidas do Norte, popularmente, os portugueses chamavam os comerciantes desse país de holandeses. Holanda até hoje não é um país, é uma província dos Países Baixos.

portuguesas, com as expedições dos colonos paulistas e com a colonização dos jesuítas portugueses às margens do rio Amazonas.

A União Ibérica acabou quando a sociedade portuguesa, liderada pela família de Bragança, iniciou um movimento de independência, em 1640, e o duque D. João IV foi coroado rei de Portugal, iniciando a dinastia de Bragança. As colônias foram retomadas, os holandeses já estavam sendo expulsos do Brasil, novos tratados e limites referentes às colônias precisaram ser assinados, assim começava o jogo diplomático internacional entre Portugal e Espanha e os seus aliados da Europa.

Nesta nova fase, Portugal precisava de um forte aliado para manter a sua independência perante a Espanha. No início, a coroa tentou uma aliança com a França, mas não deu certo, pois a França acabou se aliando com a Espanha. A saída foi buscar um acordo com os ingleses, que ajudariam na manutenção da autonomia portuguesa e nas lutas diplomáticas pelos novos limites coloniais, por interesses comerciais.

Aos poucos, a economia portuguesa que havia entrado em recessão devido a crise do açúcar no final do século XVII foi se recuperando com a exploração aurífera das Minas Gerais, através da manutenção de uma colonização de exploração. Porém os portugueses acabaram pagando um preço alto pela aliança com os ingleses, no século XVIII, pois a poderosa Inglaterra, pós Revoluções Inglesas, firmou com o reino uma série de tratados econômicos que beneficiava a sua economia, sendo a assinatura do tratado Methuen em 1703, o tratado mais importante, beneficiando a produção vinícola, mas destruindo as possibilidades de instauração de um setor manufatureiro forte, em Portugal.

Os fins do século XVII e o século XVIII foram épocas de crescente centralização e afirmação do poder real. Toda a instituição que tendesse a enfraquecer esse poder teria de declinar e de ser extinta. Foi o que aconteceu com os cortes. Depois de um curto interlúdio no meados da centúria de Seiscentos, o seu papel apagou-se de todo. (...) Todavia quando as cortes tentaram interferir na administração pública, o rei dissolveu-as. (...) As cortes não passaram de servas obedientes dos desejos reais. Nos primeiros anos do seu reinado, D. João V mencionou ainda a possibilidade da sua convocação, mas nada fez para efetivar. Pelo contrário, introduziu até novos impostos sem aprovação popular. Nem D. José nem D. Maria nem D. João VI convocaram as cortes. (OLIVEIRA MARQUES, p. 363, 2001)

O melhor exemplo do fortalecimento do poder real foi o controle total das Cortes exercido pelos monarcas de Bragança, fortalecimento que acabou firmando as bases do Absolutismo português.

Como Marques nos mostra, toda instituição que fizesse frente ao poder real seria destruída, controlada ou extinta do reino, e as ordens religiosas sempre foram muito poderosas, principalmente a Companhia de Jesus que aproveitou da inexistência de uma educação estatal, para quase monopolizar a educação no reino e no Brasil.

O século XVIII foi chamado de o século das luzes, já que ocorreu um grande movimento intelectual de crítica ao antigo regime que atingiu toda a Europa e acabou refletindo alguns "raios" reformistas em Portugal. D. José I (1750-77) com o seu primeiro ministro, Marquês de Pombal, foram os símbolos do Absolutismo em Portugal, pois promoveram uma série de reformas políticas, ideológicas, econômicas, sociais e educacionais, com base nos ideais iluministas.

O primeiro grande desafio de Pombal foi a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Essa reconstrução só foi possível através de uma reforma econômica que visou à exploração máxima da colônia, com a criação das companhias monopolistas, com o aumento dos impostos e da fiscalização que significou a instauração da derrama na região aurífera, e a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763.

Na questão política e ideológica, para o Estado assumir o controle total do poder, Pombal promoveu a expulsão dos jesuítas em 1759, pois a Companhia era muito poderosa e influente no reino. Com a expulsão dos Jesuítas, Pombal promoveu uma grande reforma educacional, inspirado em vários autores portugueses iluminados do estrangeiro, principalmente em Luís Antônio Verney, que na metade do século do XVIII havia escrito e publicado o *Verdadeiro Método de Estudar*.

O combate antijesuítico foi a luta em prol da afirmação de uma autoridade real, civil, laica, sobre uma autoridade eclesiástica que viera até então mantendo e ampliando sua influência e seu controle, dos mais completos por sinal, por intermédio de seus homens e de suas ideias, sobre a sociedade e o Estado, moldando-os a sua imagem, plasmando-os segundo seus princípios, sua ideologia, e mantendo vigilância incessante contra todos e contra tudo que se constituísse em ameaça a uma tal hegemonia. (FALCON, p.424, 1993).

Assim, desenvolveu-se o despotismo esclarecido em Portugal, ou seja, a fusão do absolutismo com as reformas baseadas na ideologia iluminista.

1.3. A Companhia de Jesus e a colonização

Depois do grande sucesso da Reforma, da conversão maciça da burguesia e da liberação progressiva do protestantismo alcançada nos reinos do norte da Europa, a Igreja Católica perdeu a sua hegemonia religiosa de muitos séculos no continente. Por perder um número expressivo de fiéis, a Igreja é obrigada a reagir e se fecha para os grandes progressos do Renascimento, tornando-se mais radical no combate às "heresias" como mecanismo de defesa.

Toda essa reação foi denominada "Contrarreforma" católica e teve como marco principal o Concílio de Trento, (1545-1563). Neste Concílio, o clero reunido, reafirmou todos os dogmas, decidiu combater os abusos cometidos pelo próprio clero (como a venda de indulgências), reativou a Inquisição e criou os primeiros seminários para a formação dos sacerdotes.¹³

Nesse contexto um grupo de padres da Universidade de Paris, liderados por Inácio de Loyola, fundaram a Companhia de Jesus. Ordem religiosa com influências militares criada com o objetivo de promover uma nova evangelização missionária por todos os lugares do mundo, defendendo a total submissão ao Papa.

No dia 15 de agosto de 1534, na capela de São Dionísio no Bairro Montmartre de Paris, fizeram votos de guardar a castidade e viver na pobreza, e de peregrinar para Jerusalém com o objetivo de propagar o Reino de Deus. Em 1537, juntaram-se ao grupo mais três jovens companheiros, Pascássio Broet, João Cadure e Cláudio Jay. E, em 1539, para mais facilmente continuarem unidos, resolveram constituir uma ordem própria deles chamando a nova comunidade de "Companhia de Jesus". Também aí se nota a expressa linha dura impressa pelo fundador que herdara, mesmo após a conversão, alguns aspectos da vida militar, coesão de uma Companhia que se matinha em alerta para lutar e servir por Jesus e pelo Papa seu representante na terra. (SILVA, 2009, p.49)

Pelos avanços tecnológicos do Renascimento e para sair de uma crise econômica, cujo principal motivo era a falta de metais preciosos, várias monarquias saíram navegando em busca de novas terras e Portugal foi um dos pioneiros nesse processo. No século XVI, Portugal e Espanha chegaram à América e conquistaram o

¹³ Muitos autores católicos consideram o que se convencionou chamar "contra-reforma" de "reforma católica" que vinha se gestando em diversos movimentos e iniciativas no final da idade média, como o "franciscanismo", por exemplo.

território com a principal missão de explorar os territórios, para a dinamização do mercantilismo na Europa.

Com a chegada e a conquista das terras americanas, os europeus católicos se estruturaram para iniciar um processo de catequização dos nativos através da educação religiosa e consequente desaculturação dos "índios", facilitando, assim a conquista dos europeus, e ganhando novos fiéis para a Igreja Católica que enfrentava uma das suas maiores crises com a Reforma Protestante do século XVI.¹⁴

Depois da descoberta de novas terras efetivada em 1500 pela expedição liderada por Cabral, os portugueses permaneceram um período sem se preocupar com a colonização do Brasil, pois as colônias do oriente forneciam maiores lucros para a grande empresa ultramarina. Foi só em 1530, com a expedição de Martin Afonso de Sousa, que a coroa resolve iniciar o processo de colonização efetiva do Brasil, para recuperar os ganhos econômicos da empresa oriental, que não fornecia os mesmos lucros de antigamente.

A decisão tomada por dom João III de estabelecer o Governo-geral do Brasil ocorreu em momento em que alguns fatos significativos aconteciam com relação à Coroa portuguesa, na esfera internacional. Surgiram os primeiros sinais de crise nos negócios da Índia, sugerido no uso da expressão "fumos da Índia"- ou seja, fumaça da Índia, pondo em dúvida a solidez do comércio com o Oriente. Portugal sofrera várias derrotas militares no Marrocos, mas o sonho de um império africano ainda não estava extinto. No mesmo ano em que Tomé de Souza foi enviado ao Brasil como primeiro governador-geral (1549), fechou-se o entreposto comercial português de Flandres por ser deficitário. (FAUSTO, 2012, p.42)

Junto com Tomé de Souza foi enviado o primeiro grupo de jesuítas ao Brasil, em 1549, liderado pelo padre Manuel da Nóbrega, pois além das motivações econômicas, como Saviani nos mostra, o rei D. João III tinha como missão catequizar os gentis que habitavam as terras lusas.

É um grande erro acharmos que a catequese dos jesuítas foi a primeira forma de educação no Brasil. Como sabemos, os tupis guaranis transmitiam a sua cultura e seu modo de viver em sociedade tribal para os mais novos. Também não podemos cair no erro de acreditar que os primeiros padres a catequisarem os nativos foram os jesuítas, pois sabemos que os franciscanos celebraram a primeira missa no

¹⁴ Processo que rendeu frutos, pois a igreja que havia perdido muitos fiéis na Europa ganhou muitos fiéis na América.

Brasil e ainda tentaram estabelecer os primeiros pontos de irradiação da cultura cristã na colônia com as primeiras missões de catequese.

Mas mesmo com essas ressalvas, os jesuítas, pela sua visão empreendedora, sua organização, sua disciplina militar e pelo apoio maciço da Coroa, conseguiram implantar o primeiro sistema educacional europeu na colônia, e conseqüentemente efetivar um grande processo de "aculturação" dos indígenas.

Para José Maria Paiva, em seu livro *Colonização e Catequese*, esse trabalho empreendido pelos padres da Companhia de Jesus foi de extrema importância para o sucesso do processo de colonização e exploração colonial de Portugal.

A própria colonização de exploração, o comércio e a conquista foi regida pelo *Orbis Christianus*, "fé e império, serviço a Deus e serviço meu, imanados na mesma totalidade, presidiam a empresa colonial" (PAIVA 1982, p.28) e dentro desse contexto de exploração o índio só foi poupado da "escravidão" em larga escala, pois o comércio de escravos africanos era muito mais lucrativo para a coroa, mas ao mesmo tempo em que não podiam ser escravizados pelos colonos acabavam se tornando escravos no trabalho compulsório das missões.

A presença dos jesuítas no Brasil divide-se em dois períodos de 1549 até 1599 (período heroico) e de 1599 até 1759 (período dos colégios estruturados pelo *Ratio Studiorum*). No primeiro período temos a consolidação e a expansão do trabalho catequético com proliferação das missões e dos aldeamentos "A única forma de fazer ouvida a pregação cristã era a conformação dos índios ao regime português: que se fizesse esta quanto antes, pois só assim "nosso senhor ganhará muitas almas"". (PAIVA 1982, p.45)

A missão foi a forma mais organizada e eficiente de catequização em massa dos índios, pois tirando os nativos das tribos para viver sobre as regras do regime português, do *Orbis Christianus*, a cultura indígena foi sendo destruída a medida que os índios foram aculturados aos novos costumes cristãos.

Dentro das missões o índio era obrigado a viver sob as regras dos padres e fora do seu "habitat", que era a tribo. Dessa forma a catequese realizada pelos jesuítas desempenhou um importante papel para o sucesso da colonização, e sem sombra de dúvidas podemos afirmar que esse processo foi, aos poucos, aniquilando a cultura indígena no Brasil. A catequese "se transformou em endurecimento da colonização, não porque os interesses mercantis triunfaram sobre ela, simplesmente; mas porque uma e

outra realizavam a seu modo, os mesmo objetivos sagrados do "orbis christianus". (PAIVA, 1982, p.48)

A partir da proliferação do trabalho catequético e com o aumento expressivo dos nativos sendo catequizados, começa a surgir um confronto entre os colonos que queriam escravizar os índios e os padres jesuítas. Esses colonos, principalmente os do sul da colônia, por não fazerem parte da grande empresa açucareira do nordeste, não tinham dinheiro para comprar escravos africanos, por isso queriam capturar e escravizar os nativos, enquanto os jesuítas, amparados pelas proteções da igreja e do Papa lutavam "contra" a escravidão desses índios para a catequese.

Segundo José Maria Paiva, nas missões:

a ordem, com efeito, era o trabalho: não se permitia a ociosidade. O trabalho, além de muito necessário (para os portugueses) exercita a disciplina da vontade e trabalhando à soldada, rendia proventos. (1982, p.94)

Dessa forma, nas missões os índios eram obrigados a trabalhar para os padres jesuítas, produzindo uma série de produtos que eram vendidos para a acumulação de riquezas da ordem; assim a mão de obra indígena também era utilizada segundo os pressupostos da escravidão e da exploração. Todo esse acúmulo de riquezas servia para os padres expandirem o seu trabalho e ainda em construir os primeiros colégios jesuítas do Brasil. Manuel de Nobrega foi o grande empreendedor nesse momento da ordem, "o realismo da nobreza levou a estar atenta as necessidades de prover as condições materiais dos colégios jesuítas envolvendo a posse da terra para a construção dos colégios." (SAVIANI, 2010, p.44)

Além da expansão das missões, observamos o plano empreendedor de Nóbrega, na construção dos primeiros colégios do Brasil para a educação dos filhos da nobreza colonial, segundo a égide do seu plano educacional. Dessa forma, nesse primeiro período, Saviani nos mostra o surgimento pioneiro de uma pedagogia brasílica pautada por interesses econômicos e cristãos, movida de acordo com as necessidades de conversão dos nativos brasileiros.

O segundo período foi marcado pela estruturação dos colégios centrados no *Ratio Studiorum*¹⁵ documento que padronizava a educação da ordem em todo o mundo.

¹⁵ Leonel Franca, em seu livro "O Método Pedagógico dos Jesuítas" trata a expressão "*Ratio Studiorum*" como gênero masculino por traduzi-la como "Plano de Estudos da Companhia de Jesus"; segundo o

Nesse período, no Brasil, a ordem já contava com uma condição material bem diferente do início heroico, pois "em 1564 a coroa portuguesa adotou o plano de redizima pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira passaram a ser destinados a manutenção dos colégios jesuítas" (SAVIANI 2010, p.48).

Dessa forma os jesuítas possuíam as condições materiais necessárias para a sua expansão e para "a construção de uma empresa com recursos considerados e cobiçados por muitos" (ASSUNÇÃO 2009, p. 105) tanto na Europa quanto no Brasil.

Todo o processo colonial foi baseado na divisão entre o poder religioso e temporal, envolvendo o rei e o Papa, regime que foi denominado de "padroado". Nas terras americanas e coloniais de Portugal o rei possuía o "padroado", ou seja, poderia escolher os líderes do clero, cobrar o dízimo e administrar a Igreja Católica dentro do seu território.

O padroado será a forma através da qual o governo de Portugal exercerá sua função de "proteção" sobre a Igreja católica, religião oficial e única permitida na nação. Tendo obtido para si o título perpétuo de grão- mestre da Ordem de Cristo, os reis de Portugal passaram a exercer nas colônias e terras de conquista o pleno domínio político e religioso. (HOORNAERT, 1977, p. 162)

Assim, segundo Hoornaert, o padroado português foi originado no processo histórico de formação da monarquia portuguesa. Desde o início, os reis ibéricos possuíam uma forte ligação com o catolicismo, pois como nós sabemos a guerra de reconquista da Península Ibérica¹⁶ foi motivada pelo espírito cruzadista da Baixa Idade Média.

Nesse contexto, teve importância em Portugal a ordem dos Templários, ordem fundada no século XII que ficou muito poderosa, e acabou sendo extinta pelo Papa Clemente V, por pressão do rei da França, em 1310. Com o fim da ordem, foi fundada em Portugal a Ordem de Cristo, que acabou herdando os antigos bens imobiliários e o prestígio dos Templários no reino.

dicionário latino-português Saraiva, no entanto, o termo "*ratio*" que tem como um dos significados "methodo (de ensinar ou demonstrar); complexo de regras, preceitos, sciencia, artes, systema, doutrina, modo de pensar, opinião, pensamento", é substantivo feminino. Portanto, entendemos que está correto dizer "o" Ratio ou "a" Ratio, dependendo da conotação que dermos ao termo e à expressão na língua portuguesa, pois pode ser também "a" Ordem ou "a" Organização dos Estudos. Além disso, todo o livro, no original latino, é dividido em "regulae", "regras", substantivo feminino. Conferir "o" "a" Ratio no original latino em: http://books.google.com.br/books?id=yhQmQu04ILoC&pg=PA23&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false, acessado em 18 de novembro de 2012.

¹⁶ A península Ibérica foi dominada pelos mouros no processo de expansão do Império Árabe, motivado pela Dihad ou "Guerra Santa" do Islamismo.

Com o processo de expansão marítima em Portugal no início do século XV, o Papa concedeu toda jurisdição da eclesiástica das terras conquistadas à ordem de Cristo. "Em 1522 o papa Adriano conferiu a Dom João III a dignidade de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, que se transmitiu em seguida a todos os reis de Portugal, seus sucessores" (HOORNAERT, 1977, p.163). Dessa forma, o regime do padroado em todas as terras anexadas por Portugal, paralelamente à assinatura dos tratados que dividiram as novas terras além-mar do ocidente, entre Portugal e Espanha, a "Bula Intercoetera" e o "Tratado de Tordesilhas"¹⁷.

Com as conquistas, esse regime foi se desenvolvendo na colônia, principalmente para êxito da conversão dos "índios", e com a Reforma Protestante e o Absolutismo ibérico, o Papa dividiu o poder com os monarcas que permaneceram fiéis à fé católica na modernidade.

1.4. O Ratio Studiorum e o método escolástico

O documento oficial foi uma construção de regras, com objetivo de padronizar o ensino realizado pela ordem que alcançava um número expressivo e exponencial de colégios por toda a Europa e terras além mar. Debatido por vários padres e professores da Ordem, discutido em todas as províncias, o plano se transformou em um livro de regras da educação mundial jesuítica.

Depois da Contrarreforma, pela necessidade de expansão dos colégios como focos de resistência à expansão da ideologia protestante, houve um crescimento exponencial desses colégios. Assim, a partir dessa grande expansão, surgiu a necessidade de formular um código para manter as principais diretrizes do ensino da Companhia de Jesus por todo o globo:

Leonel Franca nos mostra que "Paris foi o modelo escolhido pelos padres na fundação de seu primeiro grande colégio [...] o método adotado e seguido foi deliberadamente o de Paris o *modus parisienses*" (1952, p.8). Este foi fundado na universidade de Paris, onde os principais líderes da ordem estudaram.

¹⁷ Em 1493 o Papa dividiu as terras além-mar do ocidente pela Bula Intercoetera, assim todas as terras que estivessem numa distância de até 100 léguas à oeste do arquipélago de Açores e Cabo Verde seriam de Portugal e as subjacentes depois da marca seriam da Espanha. Portugal não aceitou e em 1494, firmou um novo acordo que estendia para 370 léguas as terras portuguesas, o Tratado de Tordesilhas.

O "Modus Parisiense" opunha-se ao "Modus Italicus", modo utilizado na Idade Média, que "caracterizava-se por não seguir um programa estruturado e nem vincular a assistência dos discípulos à determinada disciplina. Esses podiam passar de uma a outras disciplinas sem a necessidade de preencher qualquer tipo de pré-requisito" (SAVIANI 2010, p.30), com preceptores que ministravam várias disciplinas para alunos das mais variadas idades e níveis de aprendizagem.

O modelo de Paris, adotado e difundido pelos jesuítas, foi embasado na escolástica renovada ou segunda escolástica. De acordo com Franco, "é precisamente na Universidade de Paris que delineou um movimento rigoroso de restauração tomista" (1952, p33)

Baseando-se na escolástica o modus parisiense tinha como pilar a lectio isto é a preleção dos assuntos que deviam ser estudados, o que podia ser feito literalmente por meio da leitura, a disputatio, que se destinava ao exame das questiones nas quais os alunos geralmente em pequenos grupos, repunham as lições explanadas pelo professor diante dele ou diante de aluno mais avançado. (SAVIANI, 2010, p.52)

Este modelo previa, então, uma organização muito mais eficiente para o processo de ensino e aprendizagem, dividindo os alunos em salas de acordo com os níveis de aprendizagem e o ensino, em disciplinas, cada qual ministrada por padres (professores especialistas de cada área), com premiações e castigos corporais.

Dessa forma, os jesuítas conseguiram implantar um modelo educacional inovador, mas ao mesmo tempo mantendo os pilares da escolástica medieval.

Desde o primeiro colégio em Messina, os jesuítas adotaram o método parisiense baseado na escolástica e o difundiram por todo o mundo, pois na época da fundação dos colégios este era o método educacional mais avançado, deixando suas marcas e reflexos na educação até os dias atuais. Sem dúvida, como Saviani nos aponta, foi o grande "germem" da escola moderna, principalmente no Brasil.

Segundo Saviani, a versão final do *Ratio Studiorum*, foi aprovado em 1599, em forma de lei para reger todo o ensino oferecido pelos colégios e universidades da Companhia de Jesus no mundo. O documento possuía 467 regras, agrupadas em 16 assuntos. 40 regras do provincial, 24 regras do reitor, 30 regras do prefeito de estudos superiores, 20 regras comuns a todos os professores das faculdades superiores, 49 regras particulares dos professores das faculdades superiores, 27 regras dos professores de filosofia, 50 regras do prefeito de estudos inferiores, 11 regras dos exames escritos, 13

normas para a distribuição dos prêmios, 50 regras comuns aos professores das classes inferiores, 59 regras particulares dos professores das classes inferiores, 11 regras dos estudantes da companhia, 14 regras dos que repetem a teologia, 7 regras de bedel, 15 regras dos estudantes externos e 47 regras das academias de Teologia, Filosofia, Retórica, Humanidades e Gramática.

Uma das características mais importantes desse conjunto de regras foi a supervisão escolar, baseado em uma forte hierarquização que advém da própria estrutura eclesiástica. O *Ratio* dava plenos poderes para os provinciais, reitores e prefeitos dos estudos fiscalizarem o trabalho desenvolvido pelos professores em sala de aula e a aprendizagem dos alunos, podendo advertir ou denunciar os casos mais graves ao seu superior para que esse tomasse as providências. Toda esta estruturação de supervisão escolar foi criada para a manutenção de uma unidade mundial do modelo aplicado pelo *Ratio*, apesar deste, em alguns momentos, aceitar algumas adaptações com a realidade de cada região, mas sempre fazendo um grande esforço para se aproximar ao máximo da regra geral dos estudos.

Essa legislação foi a consagração do *Modus Parisiense*, que foi criado com base na reedição da escolástica medieval, com valores do humanismo renascentista. A influência da teoria de São Tomás de Aquino fica explícita em várias determinações da regra geral, e nos assuntos mais variados.

2. Seguir Santo Tomás - Em teologia escolástica sigam os nossos religiosos a doutrina de Santo Tomás; considerem-no como seu Doutor próprio e concentrem-se todos os esforços para que os alunos lhe cobrem a maior estima. Entendam, porém, que se não devem adstringir de tal modo a Santo Tomás, que lhes não seja permitido em cousa alguma apartar-se dele, uma vez que os que de modo especial se professam tomistas por vezes de se afastam e não seja justo se liguem os nossos religiosos a Santo Tomás mais estritamente do que os próprios tomistas.
(RATIO STUDIORUM)¹⁸

Neste trecho do *Ratio*, fica clara a magnitude da influência da escolástica no plano educacional da Companhia de Jesus. O código, para radicalizar ainda mais toda essa influência determina que os padres professores da ordem, deveriam ter um maior contato com Tomás do que os próprios Tomistas.

Isso evidencia a ligação do modelo educacional jesuítico com o "teocentrismo" do mundo medieval, que, mesmo reformulando a escolástica, a base

¹⁸ Trecho extraído do *Ratio Studiorum* das regras do professor de teologia.

ideológica, ainda refletia a teologia do mundo medieval, com algumas novas ideias do humanismo católico do Renascimento, que a Filosofia tomista dava espaço para se desenvolver.

Segundo Saviani, a questão da "teoria do livre arbítrio" formulada por Francisco Suarez, um dos principais teólogos da Companhia de Jesus foi desenvolvida com base na escolástica, pois para Tomás de Aquino a salvação só poderia ser alcançada através das "boas obras"; essa ideia coloca a salvação nas mãos do homem que agora teria o livre arbítrio, a decisão de seguir o caminho do céu ou do inferno.

O tomismo parte do conhecimento dedutivo, o silogismo, pressuposto formulado por Aristóteles¹⁹ para alcançar o conhecimento. O método dedutivo parte da análise das premissas do objeto de estudo para alcançar a dedução lógica. Nesse sentido, por exemplo, se Deus criou o homem e o homem é racional, podemos concluir que Deus criou a razão, ou ainda é a razão máxima.

O Método Silogístico, dedutivo, analisa as Teorias Gerais ou crenças universais para a formulação de premissas, ou teorias específicas através da lógica formal, na formulação de verdades. Dessa forma, às premissas específicas são verdadeiras, porque estão ligadas diretamente as teorias gerais, através da lógica formal. Por isso, a lógica só pode ser utilizada no conhecimento dedutivo.

Como a dedução parte das teorias gerais para a formulação das premissas, o conhecimento dedutivo não possibilita o progresso da ciência, pois as premissas formuladas a partir da teoria, de certa forma, já estão presentes na teoria. Ou seja, no final da dedução, criamos teorias específicas para justificar a teoria geral pela lógica formal. Por exemplo: antes de se afirmar que Deus criou a razão, já se aceitou como verdade a premissa de que Deus criou o homem.

Diferente do dedutivo, o conhecimento indutivo realiza o processo contrário, pois parte do particular para formular regras universais, sendo assim, um processo muito mais complexo. Este conhecimento não alcança verdades absolutas, mas consegue realizar o progresso do conhecimento, pois através de novas hipóteses, novas teorias universais ou gerais podem ser formuladas, o que não é possível através da dedução lógica.

¹⁹ Aristóteles conclui que existiam duas formas de alcançar o conhecimento, pelo conhecimento dedutivo e pelo indutivo.

Dessa forma, o *Ratio Studiorum*, aprovado em 1599, norteou toda a educação que era promovida no Brasil durante praticamente dois séculos em que os padres inacianos monopolizaram nossa educação.

Não podemos afirmar que esta forma de pensar é apenas medieval, pois como já dissemos, os jesuítas foram renascentistas, bem como o *Modus Parisiense* era o mais desenvolvido para época. Assim, os jesuítas conseguiram de acordo com Franco, unir a escolástica medieval com o humanismo cristão do Renascimento, apesar de seu eixo filosófico principal estar muito mais voltado às teorias medievais do que às novas ideias da modernidade. Também não podemos duvidar da eficácia do método, pois, sem dúvida nenhuma, o modelo educacional dos jesuítas foi muito eficiente no início da modernidade, já que formou as principais mentes filosóficas que derrubariam a escolástica através das novas teorias do século XVII e XVIII, como por exemplo, o Empirismo e o Iluminismo.

No Brasil a hegemonia educacional desses padres vigorou até a segunda metade do século XVIII, quando Marquês de Pombal, em 1759, expulsou a Companhia de Jesus do reino e criou o primeiro sistema secular da nossa história de Portugal. Dessa forma, essa pedagogia criada pelos jesuítas, que se manteve durante 200 anos no Brasil, deixou raízes profundas que perduram até os dias atuais na nossa educação.

1.5. As bases ideológicas do século XVII: Francis Bacon e John Locke

A Inglaterra foi o berço de uma nova escola de pensamento no século XVII, rompendo com as bases do método dedutivo aristotélico que surgiu com a escolástica na Baixa Idade Média. Como reflexo dessas novas ideias, no final do século XVII a burguesia tomava o poder acabando definitivamente com o absolutismo pela Revolução Gloriosa de 1688. Foi nesse contexto que o puritano Jhon Locke criou as bases do empirismo influenciado por Francis Bacon que propôs a substituição do método dedutivo por uma nova indução.

Francis Bacon, em sua obra *Novum Organum* ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza, faz uma crítica severa a lógica formal aristotélica reinante na época, como forma de pensar e interpretar o mundo. Por isso Bacon mencionou que "a lógica tal como é hoje usada mais vale para consolidar e perpetuar

erros fundados em noções vulgares, que para a indagação da verdade, de sorte é mais danosa que útil" (1979, p.16).

Criticando a lógica formal, o pensador também estava, conseqüentemente, criticando a escolástica que era fundamentada nessa lógica dedutiva. Ao dizer que "as condições para a ciência natural se tornaram mais árduas e perigosas devido às sumas e aos métodos de Teologia dos escolásticos." (BACON, 1979, p.58) Estava defendendo a ideia de que a Teologia dos escolásticos era um grande entrave para o desenvolvimento da ciência natural.

Para o desenvolvimento, Bacon propõe uma série de preposições com base no método indutivo que se contrapunha à dedução escolástica, afirmando que "a única esperança radica na verdadeira indução" (BACON, 1979, p.16)

Assim, partindo, dessa indução, propôs uma nova organização científica baseada na observação experimental regida por um método, dando da grande importância para o método e para a verdadeira indução, temas recorrentes em sua obra.

Nesse sentido, o pensador não propôs uma indução desordenada, sem critérios e sem método, para ele:

a indução que será útil para a descoberta e demonstração das ciências e das artes deve analisar a natureza, procedendo as devidas regiões e exclusões, e depois, então, de posse dos casos negativos necessários, concluir a respeito dos casos positivos. (1979, p.68)

Bacon propõe um método de exclusão, de rompimento com tudo o que é negativo, tudo que atrapalhava a verdadeira observação sobre o objeto estudado, tudo que não permitia alcançar e progredir o conhecimento científico, pois para ele a verdadeira indução contém um método. Para embasar o seu novo método, criou a teoria dos ídolos, que representam a parte negativa, a parte que nos impede de alcançar o conhecimento de um objeto, afirmando que "a formação de noções e axiomas pela verdadeira indução é sem dúvida o remédio apropriado para afastar e repelir os ídolos" (BACON, 1979, p.21).

Assim, para alcançar essa nova forma de organizar o conhecimento, os homens teriam que romper com uma série de "ídolos" (preconceitos) que impediam o progresso da ciência natural. Ele nos mostra a existência de quatro ídolos que o homem teria que identificar e se defender para realizar uma boa experiência indutiva: os ídolos da tribo, da caverna, do foro e do teatro.

"Os ídolos da tribo estão fundados na própria natureza humana, na própria tribo ou espécie humana" (BACON, 1979, p.21). Os ídolos da tribo são limitações do próprio conhecimento humano, na nossa própria natureza de ser que nos impede de enxergar a realidade. Já sobre o ídolo da caverna, ao contrário das limitações da espécie da tribo, Bacon nos alerta para as limitações do indivíduo, a forma que o indivíduo interpreta a sociedade, as impressões e os reflexos que são próprios do homem e da sua individualidade.

Os "ídolos do foro devido ao comércio e consórcio entre os homens" (BACON, 1979, p.22) representam as limitações de troca de ideias que podem acontecer pelas diferenças das palavras, diferenças culturais entre povos que dificultam o entendimento, ou seja, dificultam as transmissões de ideias.

Por último, Bacon faz menção aos ídolos do teatro que são os "princípios e axiomas das ciências que entraram em vigor, mercê da tradição da credulidade e da negligência." (1979, p.23). São as limitações advindas das teorias filosóficas que todos acreditavam, utilizavam como verdade absoluta, sem contestação. Ainda sobre esse "ídolo" do teatro é interessante ressaltar que Bacon, ao criar esta teoria, esta rompendo com a escolástica medieval; dessa forma, para ele, a escolástica, é um ídolo que precisa ser negado para o progresso.

Quando propõe uma nova forma de organizar o pensamento humano, tanto Bacon como Descartes concordaram que não é possível alicerçar esse novo pensamento na metafísica, por isso Bacon propõe a observação experimental e Descartes coloca a razão como único alicerce sustentável para a nova ciência.

Além disso, Francis Bacon afirma que "são três tipos as fontes dos erros e das falsas filosofias: a sofística, a empírica e a supersticiosa" (1979, p.32), completando a sua ideologia.

O autor se refere à sofística como o método produzido por Aristóteles que estabelecia as conclusões antes dos devidos experimentos. Sobre os empíricos da época, argumenta que eles faziam alguns experimentos "obscuros", sem nenhuma regra e método. Acerca da corrente supersticiosa, disse, que justificava o conhecimento por dogmas, fé e crenças próprias, do próprio homem ambicioso em buscar respostas. Acreditava que estas três correntes afastavam o pensamento humano da filosofia natural que seria a forma mais correta de entender o mundo e o conhecimento.

"A melhor demonstração é de longe a experiência, desde que se atenha rigorosamente ao experimento, se procurarmos aplacá-la a outros fatos tidos por semelhantes, a não ser que se proceda de forma correta e metódica, é falaciosa." (BACON, 1979, p.39) Assim, o autor valoriza a experiência e a demonstração metódica rigorosa, partindo da "experiência escriturada" com as "tabuas da investigação", propondo "a análise das ocorrências, as negações, comparações, correlações e modificações." (BACON, 1979, p. XVIII)

Portanto, a experiência sistemática previa um trabalho que, segundo Hilsdorf, pode ser comparado ao das Abelhas, "que laboriosamente executam o seu trabalho tendo em vista um determinado fim" (2005, p.50). Por isso, o cientista nessa teoria deve acumular o conhecimento de forma sistemática, metódica, para depois elaborar um novo conhecimento, promovendo sempre o progresso que é marca principal da indução.

John Locke foi o fundador do empirismo no século XVII. Filho de uma família de burgueses, e envolvido na política britânica após a Revolução Gloriosa, postulou as principais características do liberalismo e lançou as bases fundamentais do empirismo. Neste contexto histórico de Revoluções Inglesas, de oposição da burguesia ao Absolutismo, Locke formulou uma teoria filosófica que vai lançar as principais bases ideológicas para a nova política burguesa que estava sendo implantada na Inglaterra.

A burguesia, depois de muitas lutas, finalmente conseguiu dominar a política inglesa, controlando o parlamento, abolindo a câmara do Lorde e sujeitando o monarca de Orange pela "Declaração dos Direitos".

Para legitimar essa nova teoria filosófica e política, Locke escreveu o *Ensaio acerca do entendimento humano*, provando a inexistência dos princípios inatos, que além de legitimar o direito divino do rei absolutista, era um dos pilares da escolástica.

Os teóricos do "inatismo" defenderam que o homem possuía princípios e conhecimentos inatos, ou seja, conhecimentos que não foram adquiridos através da experiência; o ser humano então, já nasce com esses conhecimentos, como por exemplo, a crença em Deus.

Essa corrente de pensamento acreditava que o homem possuía conhecimentos inatos que não precisavam ser comprovados e, conseqüentemente não podiam ser questionados. Essa teoria embasou a escolástica medieval de Tomás de

Aquino, pois na tentativa de explicar a teologia com bases racionais, ele partia da existência das ideias e princípios inatos. Assim, por exemplo, para justificar a existência de Deus através da razão, Aquino partia da premissa de que Deus existe e foi um criador universal, ou seja, a escolástica buscou explicações racionais para o conhecimento só que partindo do mundo "teocêntrico", que era a realidade material da época.

Dessa forma, o inatismo serviu de base para várias teorias políticas e educacionais da modernidade que ainda estavam apoiadas em pilares ideológicos medievais, como o Absolutismo (legitimado pela teoria política de Hobbes), na qual o homem, por nascer com uma tendência ao mal não poderia se autogovernar; por isso, deveria renunciar seus direitos políticos a serviço dos monarcas; Bossuet através da formulação do "direito divino" justificou a infabilidade das decisões políticas dos reis por ter inspiração divina.

Na educação com base na escolástica, a influência do "inatismo" é clara, pois se o homem nasce com uma propensão ao mal, a tarefa do educador é, através da imposição da fé, da coerção e da religião, tentar controlar esses impulsos malignos do homem, método de grande sucesso na modernidade, aplicado pelo sistema educacional dos padres Jesuítas.

Toda teoria política e ideológica de John Locke baseia-se na negação dos princípios inatos que como já vimos legitimou várias correntes na Idade Média e na modernidade. A esse respeito, Locke nos que:

1. A maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato (...) os homens, simplesmente pelo uso de suas faculdades naturais, podem adquirir todo conhecimento que possuem sem ajuda de impressões inatas e podem alcançar a certeza sem nenhuma destas noções ou princípios originais (LOCKE, 1997, p. 37)

Assim, o conhecimento não é adquirido por princípios inatos e sim através da utilização das faculdades naturais do homem, ou seja, tudo pode ser justificado e entendido através da razão, e a própria forma de adquirir o conhecimento já nos indica que ele não é inato. Para justificar a inexistência dos princípios inatos, Locke argumentou que se a teoria do inatismo fosse plausível, todo conhecimento teria o "assentimento universal", a concordância de todos, e como esse assentimento universal não existe, toda forma de conhecimento e princípios inatos não existe.

Nesse sentido, afirma que não existem regras morais inatas ou universais, todas as regras morais e os princípios são frutos de um acordo existente entre os homens racionais, logo, a partir da negação do "inatismo", Locke nos mostra que o conhecimento é alcançado através das reflexões das ideias.

Fundamentado no conceito de que "1. Ideia é o objeto do pensamento" (LOCKE, 1997, p.57). O autor classifica as ideias em dois tipos: as ideias simples e complexas. As ideias simples são caracterizadas pelas sensações externas; já as complexas, pelas ideias de reflexão da matéria. Ou seja, através da análise externa, nós formulamos ideias simples que, depois da nossa reflexão interna, transformam-se em ideias complexas, pensamento, conhecimento.

Dessa forma, para Locke, todo o nosso conhecimento é alcançado através da observação e da experiência na formulação das ideias complexas que se tornam conhecimento.

Todas as ideias derivam da sensação ou reflexão. Suponhamos, pois, que a mente é como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres sem nenhuma ideia, como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e ilimitada fantasia do homem pintou nela, com uma variedade quase infinita? De onde apreendem todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso repondo numa palavra: da experiência. (LOCKE 1997, p.57)

Nós não nascemos com ideias inatas, nascemos como uma "tábula rasa", uma mente vazia em branco que aos poucos vai absorvendo conhecimentos através da experiência, da observação, da reflexão e formação das ideias complexas. O homem nasce, portanto, neutro. Essa teoria empirista complementando os escritos de Bacon rompeu totalmente com a escolástica, que já partia do inatismo para legitimar suas formas de conhecimento.

Essa nova forma de conhecimento também legitimou uma nova teoria política baseada na liberdade e na participação efetiva de todos os cidadãos na esfera política. O homem que renunciava aos seus direitos políticos a serviço do poder concentrado nas mãos divinas do rei absolutista, agora é convocado a participar, pois se não existe inatismo, se tudo pode ser justificado pela razão e reflexão através da experiência, a política também deve ser regida por essas novas ideologias e, conseqüentemente, a política deve ser analisada e justificada apenas pela razão. Dessa forma, Locke defende a participação de todos através da liberdade, da igualdade jurídica contra o autoritarismo do Absolutismo, numa política baseada na razão.

Por John Locke ter vivido no contexto das Revoluções Inglesas e ter sido um dos grandes pilares ideológicos dessa nova sociedade pautada nos ideais iluministas e controlada pela burguesia, é considerado um grande arauto desta classe social que estava tomando o poder na Inglaterra. Por isso, em nenhum momento ele condena a propriedade privada, base material de toda exploração capitalista como Marx nos mostra, mas sim justifica o direito inalienável do homem à propriedade privada, como um direito anterior ao inatismo. Ou seja, o homem já nasce com esse direito e ninguém pode impedi-lo de possuir a sua própria propriedade, justificando esse direito como sendo natural do ser humano.

Seu pensamento moderno revoluciona a visão educacional no século XVII e XVIII, inspirando vários autores iluministas. O homem é visto como "tábula rasa", um papel em branco, e a educação tem o dever de preencher esse conhecimento com as boas maneiras para a formação de um bom cidadão. Além de negar às teorias inatas e mostrar que o conhecimento só é alcançado através da experiência, a educação também deverá ser pautada através desse princípio básico.

O papel da educação é a formação do cidadão com as plenas condições para participar da vida política nesse novo estado, estando, pois, embasada na razão experimental. "Locke teórico da tolerância move uma constante e dura polêmica contra o autoritarismo e as punições corporais como métodos educativo exaltando os princípios da liberdade e da autonomia dos educandos" (CAMBI, 1999, p.316). De acordo com a égide do pensamento burguês, John Locke esta preocupado em educar o "gentleman", logo é o homem da elite que terá condições de participar ativamente dessa nova sociedade com igualdade.

Acerca disso, Manacorda relata que:

O espírito moderno das novas classes dirigentes encontrava a sua expressão no pensamento de Locke que, na linha do Cortegiano de Castiglione e do governador de Elyot, traçava um projeto de formação das classes populares, mas do gentleman. Quanto às classes populares, ele se preocupa somente em prover as crianças, que vivem dos subsídios paroquiais com base na lei dos pobres (Poor law), com escolas de trabalho (Workhouse-schools) que preparam para as atividades relacionadas com a indústria fundamental do país, a indústria têxtil de lã, doutrinando-os ao mesmo tempo a religião oficial. (1992, p.225)

Todo conhecimento vem da experiência, nesse sentido, a educação também deve ser pautada nesse pragmatismo, ou seja, tudo tem que ser prático, comprovado, ter

um fim dentro da sociedade. Locke não está preocupado em levar a educação para todos, ele quer fornecer uma educação para formar o cavalheiro burguês com boas maneiras e para os pobres as escolas do trabalho, reproduzindo as desigualdades sociais. Dessa forma, os burgueses nasceram para mandar, enquanto o proletariado nasceu para trabalhar e ser obediente, pois teme ao senhor.

Uma prova desse pragmatismo educacional é a sua afirmação "Deve-se ter cultura, mas essa deve estar em segundo lugar e subordinada a qualidades superiores. Procurai alguém que saiba ensinar discretamente boas maneiras" (LOCKE apud MANACORDA, 1992, p.236).

Enfim, Locke realiza uma importante crítica ao modelo educacional tradicionalista (baseado no humanismo). Pelo fato de sua revolta com o modelo anterior ser tão veemente, Manacorda acredita que o pensador parece possuir um repúdio à Educação.

Outra proposta interessante foi a defesa de uma educação regida por atividades lúdicas, físicas, de liberdade de pensamento e autonomia, sem imposição e castigos corporais que eram práticas rotineiras da educação humanística dos padres jesuítas.

Através das suas obras, Locke acaba criando as bases ideológicas do século XVIII, do Iluminismo, opondo-se totalmente às teorias que ainda estavam alicerçadas nos pilares medievais.

Assim, podemos traçar um paralelo entre Luís Antonio Verney e Locke, pois Verney foi um pensador ilustrado do século XVIII, que influenciado por suas teorias, opôs-se radicalmente ao modelo educacional e filosófico dos padres da Companhia de Jesus.

CAPÍTULO II

2. Luís Antônio Verney e o século das luzes

Neste capítulo nós fizemos uma breve biografia de Luís Antônio Verney dentro do contexto do iluminismo, estabelecemos uma relação entre o seu pensamento e as reformas pombalinas e por fim analisamos as suas concepções ideológicas, políticas e sociais.

2.1. O Século das Luzes

O Iluminismo foi um movimento intelectual do século XVIII que tinha como principal missão iluminar a sociedade através da razão. "O século XVIII está impregnado de fé na unidade indubitável da razão" (CASSIRER, 1994, p.23). Se a escolástica tomista foi a tentativa mais completa de apresentar as "razões da fé", o Iluminismo foi o movimento da "fé na razão".

Os pensadores iluministas, amparados pela evolução do pensamento no século XVIII, pretendiam romper totalmente com as bases do mundo medieval "teocêntrico", que, para eles, representava a escuridão. Tudo deveria ser justificado pela razão. Os intelectuais criaram várias teorias nas mais variadas áreas do conhecimento (física, política, psicologia, matemática, economia e sociedade), todas baseadas na crença da unidade racional, Segundo Cassirer.

O século XVII, caracterizado pelas novas teorias criadas por Descartes, Bacon, Locke, lançou as bases ideológicas para o desenvolvimento intelectual do século XVIII. Descartes, no século XVII, propôs a criação de um novo sistema de conhecimento baseado totalmente na crença da verdade "absoluta" do método cartesiano, sendo, pois, o resultado da mais pura racionalidade matemática através da "dedução rigorosa".

O século XVIII renunciou a esse modo e essa "dedução" de derivação e de explicação sistemática. Não rivalizava, em absoluto com Descartes e Malebranche com Leibniz e Espinoza, no tocante ao rigor e à autonomia do método. Busca uma outra concepção da verdade e da "filosofia" que confere a uma e a outra mais amplitude, uma forma dotada de mais liberdade e mobilidade, mais concreta e mais viva. (CASSIRER, 1994, p.24)

Nesse sentido, os intelectuais iluministas preferiram utilizar a base física de Newton e a teoria do conhecimento formulada por Locke do que o método cartesiano de Descartes. A física de Newton fundamenta-se na experiência e na observação para adquirir o conhecimento, sem partir de verdades absolutas, pois, tudo devia passar pelo crivo da reflexão, para ser comprovado cientificamente. Enfim, a física de Newton exprime a racionalidade iluminista calcada no empirismo sistematizado por Locke.

"A lógica que todo mundo busca e que o mundo está persuadido de encontrar, em todo o caso, no caminho da ciência, não é lógica escolástica nem uma lógica de concepção puramente matemática: é a "lógica dos fatos" (CASSIRER, 1994, p.27) Assim, todo conhecimento tem que ser plenamente justificado pela razão, comprovado através de um rigor metodológico. Essa foi, então, a base do empirismo que ao mesmo tempo rompe com a escolástica e com as verdades absolutas do método cartesiano.

É nessa base ideológica, assentada nos pilares do empirismo lockeano e da física de Newton, que Mostequeiu criou seu novo sistema político, Voltaire formulou suas críticas e D`Alambert e Diderot organizaram a enciclopédia "que se converteu no arsenal de todos esses conhecimentos, essa tendência fundamental manifesta-se igualmente sem ambiguidades", provando segundo Diderot "uma mutação no modo de pensar". (CASSIRER, 1994, p.34).

Os pensadores do Iluminismo promoveram uma verdadeira revolução no pensamento, ao proporem o fim do antigo regime, dos resquícios feudais, defendendo a liberdade e a igualdade e refletindo a ideologia da burguesia que estava pronta para tomar o poder. Acabando definitivamente com o Absolutismo, com resquícios do "teocentrismo" medieval e com o mercantilismo protecionista, a burguesia teria o cominho livre para tomar o poder e criar um mundo totalmente burguês. Dessa forma, o movimento iluminista é reflexo da luta de classes da burguesia contra a nobreza na disputa pelo poder, legitimando ideologicamente essa classe social que pretendia implantar o capitalismo e o liberalismo através de um estado "democrático".

Observamos que além de uma dependência econômica em relação a Inglaterra, havia também, uma dependência ideológica, comprovada no Verdadeiro Método de Estudar, pois Verney foi embasado nas teorias de Bacon e Locke, mas, não podemos acreditar que ele apenas traduziu as ideias de Locke, ele além disso utilizando as novas teorias para formular uma nova pedagogia.

2.2. Iluminismo e educação

Os iluministas foram pesadores otimistas, pois acreditavam que através da razão resolveriam todos os problemas da humanidade, criando uma sociedade mais justa, humana, libertária e "igualitária". Para isso, os cidadãos desse novo estado precisavam abandonar todos os resquícios do mundo das "trevas", mundo medieval, e utilizar somente a razão como fonte do conhecimento.

É nesse contexto que a educação se transforma em um mecanismo muito importante para formação desse novo homem iluminado.

Educar humanamente todos os homens torna-se o grande objetivo da educação moderna: de várias maneiras, com diferentes iniciativas e não sem graves recaídas no paternalismo e assistencialismo, os iluministas, os novos utopistas, os reformadores e os revolucionários deste século tentam concretizar esse ideal (MANACORDA, 1992, p.236).

A educação foi uma das principais metas dos pensadores iluministas, para se criar um mundo melhor, para a formação do homem com virtudes boas.

Dessa forma, esse homem deve ser "recuperado" das influências do teocentrismo, por isso a marcha natural do pensamento educacional iluminista se opõe totalmente à escolástica que advém da visão cristã e medieval do homem. "Propõe então que o homem natural pode ser recuperado se reeducado pelas "luzes", se como diziam os empiristas, receber apenas "impressões positivas"" (HILSDORF, 2005, p. 72). Para a educação baseada na escolástica, o homem já nasce com uma propensão ao mal, que é caracterizado pelo pecado; por isso ele deve ser educado com severidade na fé para renunciar as "tendências maléficas" e se aproximar de Deus.

Os Iluministas partem de outra concepção de homem, uma concepção "Lockeana" que rejeita as ideais inatas, por isso considera o homem como uma "tábula rasa", ideia que faz da educação o eixo central para formação de uma nova sociedade. O homem nasce neutro, uma folha em branco, logo, ele pode ser educado com virtudes boas ou ruins, pois "a sociedade molda o homem".

Partindo dessas máximas, a educação para formação do cidadão com base nas ideais de liberdade e igualdade foi importante e necessária para criação de um

mundo "iluminado" assim os iluministas descobrem a infância, pois, a educação para as crianças agora é muito importante para a formação de um mundo racional.

Se, pois, a concepção de "homem decaído" dos jesuítas e reformados implicava uma prática educativa pessimista e repressiva das tendências naturais, já que, por conta do pecado original, tudo o que é natural era visto como mau e imperfeito; se o racionalismo do século XVII ao conceber a educação como desenvolvimento do a priori inato, dizia que nada se podia fazer senão corrigir ou evidenciar o que já existia, negando a capacidade criativa da ação educativa; se o empirismo de Locke "a natureza" passar a ser pensada como vazia de conteúdos, não havendo patrimônio inato de ideais, valores e comportamentos apenas hábitos e a experiência, que são neutras e podem livrar ao vício ou à virtude; por outro lado, para os iluministas, o homem pode ser criado como ser moral e intelectual pela educação e pela política. (HILSDORF, 2005, p.69)

Os pensadores iluministas criticavam, então a escolástica que tinha como arauto máximo o modelo educacional dos padres jesuítas e propunham uma nova educação rompendo com os valores das "trevas", com seu novo modelo de educação secular pública baseado na razão e na formação de intelectuais, enfim, novos cidadãos, de um novo mundo que estava nascendo.

2.3. Luís Antônio Verney

Luís Antônio Verney nasceu em Lisboa no dia 13 de julho de 1713, filho do farmacêutico de origem francesa Dyonisio Verney, "nem por isso deixaria de se visionar, nos antepassados mais longínquos, certo grau de nobreza, como se acentua na consulta de habitação de um deles tendo um irmão seu aliando o foco de Fidalgo e Familiar do Santo Ofício" (ANDRADE, 1980, p.14).

Por ter condição social privilegiada, dedicou-se aos estudos. Estudou no Colégio de Santo Antão dos jesuítas as bases do Latim, da latinidade e da Retórica. Em 1727, ingressou no curso de Filosofia dos oratorianos, ordem que nessa época já propunha certo rompimento com a Filosofia escolástica dos jesuítas, através da utilização e discussão das obras de alguns pensadores modernos.

"Como desejasse entrar na vida eclesiástica, dirigiu-se a Évora, em cuja Universidade concluiu Filosofia, recebendo o grau de bacharel em 1731 e de licenciado e mestre dois anos depois" (ANDRADE, 1980, p.15). Há de se destacar que a Universidade de Évora controlada na época pelos padres jesuítas, era considerada a

melhor e mais importante universidade de Portugal. Andrade em sua extensa biografia sobre Verney relata que vários nobres preferiam a Universidade de Évora à de Coimbra, inclusive o irmão do rei de Portugal na época.

Isso indica que os jesuítas dominavam a maior parcela do ensino português, e conseqüentemente, o seu sistema pedagógico imperava nos principais centros educacionais do reino.

"Mais tarde ainda, já mestre em artes, vemos partir para a Itália, cheio de ambição intelectual em procura de mais soma de conhecimentos e duma maior liberdade de espírito para poder ser útil ao seu rei e a sua pátria" (MONCADA, 1941, p.23).

Aos 23 anos de idade Verney vai para Roma, mudando de Universidade, "decerto já incompatibilizado com o ensino ministrado em Portugal" (ANDRADE, 1980, p.15) para terminar seus estudos e ser consagrado sacerdote. Sair de Portugal foi um marco em sua formação intelectual, um acontecimento determinante para suas futuras obras pedagógicas e filosóficas, dentre elas a mais importante e polêmica *O Verdadeiro Método de Estudar*, dividido em 16 cartas para iluminar a educação lusitana.

Na Itália, Verney pôde tomar contato com os pensadores e teóricos mais avançados da época, algo que seria muito mais difícil em Portugal. Roma foi um dos grandes centros do humanismo renascentista por ser uma cidade conectada com toda a Europa e o mundo cristão ocidental, e agora, no século XVIII mantinha se atualizada. Dessa forma, Verney tomou contato com as traduções dos principais teóricos da modernidade (John Locke, Descartes, Leibniz, Wolf) que propunham um rompimento com as bases do pensamento medieval, caracterizado pela continuidade da escolástica, lançando as bases para o Iluminismo desse século.

Os principais expoentes do pensamento moderno e iluminista em Roma foram Muratori e Genovesi, com seus estudos e traduções. "Antônio Genovesi que pontificava em Nápoles, tradutor em 1742 da obra de Locke". (ANDRADE, 1980, p.19) Pensadores que influenciaram diretamente a ideologia e a visão educacional de Verney, servindo de base para seus estudos e suas obras.

Quando Verney se deparou com todo esse progresso filosófico produzido na Europa, decide escrever um panorama geral da educação portuguesa da época, mostrando suas deficiências e criticando o método escolástico dos jesuítas, mas sem deixar suas características eclesiásticas de lado, característica básica do Iluminismo

português. Um Iluminismo "ecclético", não revolucionário e católico, mas que pretendia através das críticas das luzes, trilhar um novo caminho para educação portuguesa.

Se o iluminismo se caracteriza pelo interesse do homem e respectivo ambiente, como dominante de reflexão filosófica, repassada pelas diretrizes da razão crítica, infalível até certo ponto e oposta, frontalmente à metafísica, em favor da explicação empírica das causas e fenômenos de expressão matemática, Verney não pode deixar de se tido como iluminista convicto. (ANDRADE, 1980, p.18)

Alberto Banha de Andrade caracterizou muito bem o pensamento iluminista de Luís Antônio Verney, que se opôs totalmente à metafísica escolástica, defendendo a teoria empírica formulada por John Locke. "Eu suponho que a filosofia é conhecer as coisas pelas suas causas; ou conhecer as verdadeiras causa das coisas" (VERNEY, 1950, p.39).

Em Roma, foi ordenado Arcediago de Évora, e lá viveu praticamente o resto de sua vida, tirando os períodos turbulentos de relacionamento entre o reino de Portugal e o Vaticano. Em 1760, por um conflito entre o marquês de Pombal e o Núncio²⁰ apostólico de Lisboa, o Papa Clemente XIII rompeu relações diplomáticas com Portugal, e não aceitou receber o embaixador de Portugal (Alamada, primo do Marquês), em Roma. No mesmo ano o Papa ordenou por decreto, na igreja de Santo Antônio²¹, o exílio forçado de todos os portugueses de Roma e de seus estados anexos, e Verney vai para Pisa e Veneza.

Demonstrando o "rompimento" entre o estado Português e o Vaticano, no contexto do despotismo esclarecido²², o monarca se fortalecia junto com o seu primeiro ministro, Pombal, e o Estado não poderia mais ser controlado ou influenciado pelo Vaticano.

Não podemos entender esse "rompimento" através do ideal "laicizador"²³ do Iluminismo, mas sim, como um movimento de autossuficiência do Estado português perante a Igreja. A fé no catolicismo continuava inabalável, mas agora sob o controle do estado. Estado que passa a controlar também a educação, por isso foi obrigado a expulsar os jesuítas em 1759.

²⁰ Embaixador de Roma nos estados com relações diplomáticas.

²¹ Igreja dos portugueses em Roma.

²² Fusão de absolutismo com iluminismo, que nesses países foi chamado de ilustração.

²³ Estado laico, sem influências religiosas.

Com o reatar das relações diplomáticas em 1770, depois da morte do Papa e a escolha de um novo pontífice, Clemente XIV, as relações entre Portugal e a Santa Sé foram reatadas, para isso o novo Papa recuou, pedindo formalmente a criação de uma nova nunciatura em Lisboa e Pombal aceitou.

Verney voltou para Roma e assumiu uma posição de destaque na embaixada portuguesa, como secretário principal do embaixador. Mas Alamada que voltou a ser embaixador acabou exilando Verney, a pedido do "Primeiro Ministro", para Toscana. Verney só voltou para Roma no reinado de D. Maria, quando foi homenageado e reconhecido como grande pensador do reino.

Verney recebeu a nomeação de Secretário da legação, assinada em 13 de Abril de 1768. Almada foi pessoalmente a Pisa comunicar-lhe a decisão régia, como vimos; e o benefício não se terá esquecido de agradecer a mercê, apesar de, ele próprio, vir a datar deste momento a perseguição de Almada. (ANDRADE, 1982, p. 66)

Morreu em 1792, infeliz, pois grande parte de suas ideias e de suas novas obras (Lógica, Metafísica, Física, Gramática Latina) não foram utilizadas na reforma educacional, como mostra Moncada, que analisou as suas correspondências da época. Ganhou alguns títulos honoríficos da rainha que não puderam ser aproveitados pela sua idade.

Verney foi sem dúvida o maior pilar das reformas educacionais de Pombal, mas esperava muito mais. Não recebeu o auxílio financeiro para terminar todas as obras que almejava, e nem o reconhecimento, pois muitas obras produzidas com grande sacrifício não foram utilizadas.

2.4. O Verdadeiro Método de Estudar

O Verdadeiro Método de Estudar, sua obra máxima, foi escrita em forma de 16 cartas endereçadas à coroa, criticando o atraso da educação no reino português, em especial responsabilizando os jesuítas que controlavam a maior parte da educação e propondo reformas de acordo com as novas ideologias da modernidade.

Mais do que meras cartas, essa grandiosa obra foi, na verdade, um compêndio filosófico e pedagógico que retratou o estado da educação em Portugal e, ao mesmo tempo, toda a efervescência filosófica das luzes. Se na Inglaterra um filho de

negociante chamado John Locke revolucionou a forma de pensar, em Portugal, um padre, filho de comerciante, também tentou revolucionar o ensino português.

A obra em questão foi escrita na década de quarenta do século XVIII, e publicada pela primeira vez em 1746, dividida em duas partes, tomo primeiro e segundo. Em 1949, Antônio Salgado Junior reeditou a obra e a dividiu em cinco tomos: o primeiro, estudos linguísticos; cartas I a IV, o segundo; estudos Literários, cartas V a VIII; o terceiro, estudos filosóficos; cartas IX a XI, o quarto; estudos médicos, jurídicos e teológicos, cartas XII a XIV; e o quinto, estudos canônicos - regulamentação e sinopse.

Com medo da perseguição dos jesuítas, Verney não reconheceu a autoria das cartas, preferindo ficar no anonimato, através do pseudônimo Barbadinho, pois ele sabia da força da Companhia de Jesus em Portugal e em toda a Europa.

O iluminista teme, no entanto, e apenas, a ignorância dos inevitáveis aristarcos e ostensivamente declara que a verdade triunfará. Mesmo assim, impressiona a negativa constante da autoria do Verdadeiro Método de Estudar, reconhecida, por fim, à hora da morte, no testamento e seus anexos. Além da magoa da perseguição constante dos sócios (os jesuítas), denunciada por ele próprio, ficou-lhe sempre em chaga a apreensão da obra pela Inquisição de Lisboa, forçando-o a substituir a edição de Nápoles por outra suposta de Valência, a que deu a mesma data e bem poucas diferenças (ANDRADE, 1980, p.22).

Provavelmente, segundo Banha de Andrade, essa segunda edição de Valência também foi impressa em Nápoles, que era um estado favorável para impressão, pois os jesuítas na época estavam sendo perseguidos pela autoridade nesse reino. Com a nova edição o *Verdadeiro Método de Estudar* entrou nos reinos ibéricos e teve grande circulação, pois a obra despertava uma grande polêmica e, conseqüentemente, muito interesse da população letrada, principalmente em Portugal. Em poucos anos surgiram várias edições, todas com pseudônimos.

Para visualização geral da obra, manteremos a periodização de Antônio Salgado, pois consideramos que a sua divisão e organização foi muito bem formulada e facilitou o estudo acadêmico sobre a obra.

Para facilitar uma visão geral da obra, produzimos esta tabela que organiza as cartas e seus assuntos centrais, dentro dos seus respectivos Tomos.

<u>Tomos</u>	<u>Cartas</u>	<u>Assunto central</u>
I - Estudos Linguísticos;	1. Língua Portuguesa; 2. Gramática Latina; 3. Latinidade; 4. Línguas orientais;	1. Importância da língua vernácula; 2. Abreviação do ensino do Latim; 3. Didática e obras sugeridas para o ensino do Latim; 4. Importância do Grego e Hebraico para a formação acadêmica;
II - Estudos Literários;	5. Retórica; 6. Poética;	5 e 6 - Importância do estudo da Retórica e da poesia para a formação básica do bom orador;
III - Estudos Filosóficos;	8. Lógica; 9. Metafísica; 10. Física; 11. Ética;	8. Lógica Moderna - empirismo; 9. Redução da Metafísica Medieval a Lógica e a Física; 10. Destaque à física moderna como a principal disciplina filosófica; 11. Moral;
IV - Estudos Médicos, jurídicos e Teológicos;	12. Medicina; 13. Direito Civil; 14. Teologia;	12. Adoção da Medicina "científico natural"; 12. Adoção do Direito Natural; 13. Teologia "racional"; (Reforma do ensino superior baseada no pensamento filosófico moderno, científico empirista, rompendo com qualquer especulação ou superstição medieval fruto do "teocentrismo");
V - Estudos Canônicos e Regulamentação Sinopse;	15. Direito Canônico; 16. Regulamentação Geral dos estudos;	15. Adoção do Direito Natural; 16. Resumo Geral de todas as cartas;

Nós faremos uma nova periodização da obra em três partes, para facilitar a contextualização das cartas, pois os tomos I e II podem ser analisados juntos na questão

das linguagens, o tomo III na questão da filosofia e os tomos IV e V na questão do ensino superior. A primeira parte, mais voltada aos estudos literários, somado à Retórica e a Poesia, da primeira à sétima carta. A segunda parte, sobre os estudos filosóficos, da oitava a décima primeira carta. A terceira e última parte, voltada à reforma do ensino universitário, Medicina, Direito, Teologia e Direito Canônico, da décima segunda a décima quinta. E, por fim, a décima sexta carta que pode ser considerada um resumo geral de todas, somada às ideias dos estudos para as mulheres.

Se analisarmos a obra como um todo, percebemos o propósito central de reformar o ensino português, começando pelas fases elementares até o ensino superior, e cronologicamente, as cartas tentam seguir essa ordem.

Na primeira carta, Verney levanta a bandeira do idioma Português, mostrando a importância do aprendizado da língua Vernácula como base para qualquer outra disciplina. Mostrou que, antes do Latim, o jovem precisa aprender o Português, a sua língua mãe, rompendo com o modelo dos inicianos que se preocupava mais com o Latim do que o da língua pátria. "E na verdade o principio de todos os estudos deve ser a Gramática da própria língua". (VERNEY, 1959, p.23)

Na segunda e terceira cartas, Verney faz um estudo mais aprofundado sobre a reformulação do ensino do Latim, não desvalorizando a língua oficial da Igreja, mas modificando a didática para alcançar maior eficiência.

Nos estudos literários, Verney formula uma grande crítica ao ensino de Latim ministrado pelos jesuítas, cheio de regras e normas consideradas por ele inúteis ao aprendizado.

Finalmente, a Gramática Latina para os portugueses deve ser em português. (...) A outra coisa que se deve reprovar é que o obriguem os rapazes a aprender três sortes de regras - em verso, em prosa latina e em vulgar-, como adverte bem o dito Padre. Isto, quando não lhe queiram os dar outro nome, é perder tempo sem utilidade e com prejuízo grande, sem haver outra razão que seguir um costume envelhecido, ainda que prejudicial. (VERNEY, 1959, p.143)

Verney propôs uma reformulação dos estudos elementares, ou inferiores, com base na razão e no princípio da utilidade do método empírico lockeano. O jovem devia, pois, ser instruído no ensino de ler, contar e escrever no latim e na língua materna.

Assim, pois, o jovem precisava aprender apenas as coisas úteis para sua formação, eliminando as inúteis. Verney, propõe o ensino da língua materna antes do latim, mostrando a sua importância e, depois, um ensino do latim muito mais resumido, sem as "grandes" repetições do método dos inicianos.

Ainda propõe a utilização do estudo de História e Geografia para apoiar e complementar os estudos literários, junto com leitura de clássicos racionais, escritores portugueses, valorizando a língua vernácula e, principalmente, Cícero para o estudo do latim, por exemplo.

A valorização da História e da Geografia como disciplinas auxiliares aos fundamentos dessa nova educação foi muito importante dentro do contexto da ilustração, mostrando que o jovem deveria possuir uma visão de mundo muito mais ampla do que a visão calcada na escolástica medieval.

Na quarta carta, intitulada de "As línguas Orientais", nos mostra que o ensino do Grego e do Hebraico era importantíssimo para a formação do teólogo, jurista, médico ou filósofo, pois os grandes pensadores da Antiguidade Clássica escreveram em Grego e os apóstolos de Jesus em Hebraico.

Valorizando os filósofos gregos, fica claro a sua ligação com a racionalidade antropocêntrica da filosofia clássica, como força motriz para as mudanças educacionais e, conseqüentemente, ideológicas no reino.

Outro ponto de destaque que muitas vezes passa despercebido é o apêndice II do quinto capítulo da quarta carta, intitulado de "Sobre o estudo das línguas modernas".

Seria também justo que o estudante, com o tempo, aprendesse Francês ou Italiano para poder ler as maravilhosas obras que nestas línguas se tem composto em todas as Ciências de que não temos traduções Latinas. Antigamente, entendiam os doutos que era necessário saber Latim para saber as Ciências; mas, no século passado e neste presente, enganou-se o mundo e se persuadiu que as Ciências se podem tratar em todas as línguas; porque a maior dificuldade das Ciências consiste em serem escritas em Latim, língua que os rapazes não entendem bem (VERNEY, 1969, p.273).

Apesar de continuar incentivando o Latim como parte importante da formação básica, Verney deixa claro que as principais obras do século XVIII circulavam nas línguas modernas. Mostrou, ainda, que uma das maiores dificuldades da ciência em Portugal era manter o Latim como a língua dos Doutos ou da Ciência, pois por ser uma

língua morta, mesmo com todo ensino complexo dos jesuítas, os jovens não entendiam bem o Latim. Por isso, o plano previa a implantação do ensino das línguas modernas (Francês Italianos), pois nessas línguas os jovens encontrariam mais do que os filósofos da escolástica, encontrariam os pensadores do empirismo moderno e as obras dos ingleses que possuíam tradução para o Francês e Italiano.

Junto com os estudos literários, dá grande importância à Retórica, complementando com a poesia, para formar o bom orador, tão necessário para o comércio e para academia, importante, bem como para o econômico do reino.

Sobre os estudos filosóficos, Verney lança as bases ideológicas fundamentais de todas as suas propostas educacionais. Ancorado no empirismo de Locke pretendeu romper com toda a construção metafísica da escolástica que sustentava o sistema educacional dos jesuítas, "não há ainda nesse ponto, senão uma perfeita adesão ao pensamento filosófico e pedagógico lockeano" (SALGADO, 1952, p.45).

"Tanto êle como Genovesi tinham recebido o encargo de iluminar uma nação e ambos tinham encontra no caminho o mesmo obstáculo, os jesuítas e a mesma ingratição dos soberanos" (MONCADA, 1941, p.35).

Essas mudanças pedagógicas e filosóficas contrapunham-se ao sistema de ensino dos jesuítas que monopolizaram a educação no reino, não apenas por uma questão particular, mas sim ideológica. Verney escreveu sobre a Lógica, a Metafísica, a Física do corpo e do espírito, mostrando seu novo ponto de vista ideológico iluminista de acordo com a teoria de John Locke e Isaac Newton.

Na terceira parte, Verney escreveu sobre o ensino superior, que ainda estava ancorado na metafísica escolástica dos Jesuítas propondo uma grande reformulação segundo as bases do iluminismo europeu, discutiu os três principais pilares universitários da época, propondo uma grande reformulação nas faculdades de Medicina, Direito, Teologia e Direito Canônico.

Em toda a parte, em medicina, procura-se substituir a velha terapêutica da especulação dos humores, dos influxos, os segredos, etc., por uma outra de fundamento científico natural, porque partia do exame cuidadoso da anatomia e do estudo dos órgãos e funções, para determinação das causas e dos remédios racionalmente aplicáveis, nos dois Direitos, procura-se substituir as interpretações caprichosas a superstição dos direitos antigos já inaplicáveis, as técnicas morosas e encarecedoras da Justiça, por um Direito fundamentado no Direito

natural, acomodado ao caso histórico e local, simplificado nos processos e pronto nas aplicações (SALGADO, 1952, p.21).

Na teologia, Verney buscava a formação de um novo teólogo, que conhecesse a história dos concílios e da Igreja, as escrituras rompendo com qualquer especulação medieval do teocentrismo, enfim, um teólogo iluminado. Fica claro que Verney pretendia reformular as bases da educação portuguesa com a base do movimento das luzes e as reformas universitárias são prova disso.

Outra proposição de grande importância no final da sua obra foi o ensino às mulheres. Verney, pela primeira vez na história de Portugal, junto com Ribeiro Sanches defendeu a formação das mulheres.

Quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mulheres estudem. (...) Elas governam, a casa, e a direção do econômico fica na esfera da sua jurisdição. E que coisa boa pode fazer uma mulher que não tem alguma ideia da economia? Além disso, o estudo poder formar os costumes, dando belíssimos ditames para a vida; e uma mulher que tem alguma notícia deles pode, nas horas ociosas, empregar-se em coisa útil e honesta, no mesmo tempo que outras empregam em leviandades repreensíveis. (VERNEY, 1952, p.125-126)

Acerca disso, Verney não propôs a igualdade total de gênero para educação, porque ele não tinha condições de estabelecer essa equidade entre os sexos na época. Mas foi um grande avanço para as mulheres ganhar a oportunidade de possuir uma formação básica para poder conversar, discutir temas com o marido e, por fim, "tentar" participar do mundo intelectual.

O primeiro estudo das mães de ser ensinar-lhes, por si, ou tendo possibilidade, por meio de outra pessoa capaz, os primeiros elementos da Fé, etc... exemplificando -lhe bem todas estas coisas, o que podem fazer desde a idade de cinco anos até os sete. Depois, ler e escrever Português corretamente. Isto é o que rara mulher sabe fazer em Portugal. Não digo eu escrever correctamente, pois ainda não achei alguma que o fizesse; mas digo que pouquíssimas sambem ler e escrever; e muito menos, fazer ambas as coisas corretamente. (VERNEY, 1952, p.127)

Justifica, também, que os homens acabam procurando mulheres fora do casamento, porque as donas do lar não têm o mínimo de conhecimento para ao menos conversar e discutir com os maridos sobre temas mais complexos, que exigem um nível básico de formação.

Enfim, *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antônio Verney, foi mais do que uma crítica à educação portuguesa (expressa nas 16 cartas), foi um panorama geral do estado que se encontrava a educação na época, além de propor uma grande reforma educacional sobre todas as esferas do ensino português. Assim, essa obra é um tratado educacional que reflete toda a vontade e o trabalho, muitas vezes maçante do nosso autor, ao tentar "iluminar" o pensamento e, conseqüentemente, o ensino de Portugal.

2.5. A ideologia de Luís Antônio Verney: filosofia, política, economia e sociedade

Verney vai para a Itália com a missão de estudar, conhecer e iluminar o reino português que, na época, estava muito atrasado em comparação aos outros reinos da Europa, pois a Igreja romana ainda detinha forte influência sobre o estado português. Esta, com a Inquisição que ainda julgava, perseguia e matava os hereges, e detinha o monopólio das instituições religiosas sobre a educação, principalmente da companhia de Jesus. Como a Igreja ainda tinha muito poder, o monarca português não conseguia se fortalecer o bastante, para competir com as nações mais desenvolvidas da época.

Com a repressão religiosa, a intolerância era muito forte em Portugal, bem como o protestantismo não conseguiu alcançar as monarquias ibéricas, e por isso, a burguesia não se desenvolveu plenamente. Sabemos que se um reino tivesse uma burguesia fraca, conseqüentemente, o rei também seria fraco, pois os burgueses pagavam os impostos para manter o Estado. Nesse sentido, Max Weber nos mostrou em sua obra *A ética Protestante e o espírito capitalista*, a ideologia calvinista era muito mais condizente com o desenvolvimento das práticas burguesas.

No século XVIII, Portugal possuía uma economia totalmente dependente da Inglaterra. Já no início do século, o rei assinou o tratado de Methuen²⁴ provocando um enorme déficit na balança comercial, mas por outro lado, o acordo com a Inglaterra garantiu a proteção necessária para firmar a sua independência na Península Ibérica, perante a Espanha.

²⁴ Trado assinado em 1703 entre Portugal e Inglaterra de livre comércio de vinho e tecido, por isso foi denominado tratado dos panos e vinho, Portugal exportava vinho em troca do tecido Inglês, esse acordo foi muito prejudicial para economia portuguesa porque Portugal gastava muito mais com a compra do tecido do que com a venda do vinho.

Se analisarmos a questão educacional, o atraso também era evidente, o ensino era oferecido pelas ordens religiosas, e praticamente monopolizado pela Companhia de Jesus. Este, além de possuir o maior número de colégios, seminários e missões além-mar, oferecia uma educação arcaica, ainda ancorada na escolástica medieval de Tomás de Aquino e com uma ligação de fidelidade e obediência ao papa de Roma, por se tratar de uma ordem autônoma dentro do reino.

Luís Cabral de Moncada nos mostra em sua obra, essa consciência cultural de Verney sobre o atraso do reino foi importante para a motivação de iluminar o seu país. Verney, na Itália, entra em contato com o pensamento avançado da época, e por pertencer a uma família com descendência francesa, não teve dificuldade de entrar em contato com as obras dos maiores intelectuais da época.

Luís Antônio Verney enxergou no empirismo da escola inglesa a base ideológica necessária para eliminar e acabar com o atraso do reino português, que segundo ele, era responsabilidade da educação, promovida pelos jesuítas.

A miserável decadência dos estudos de que considera exclusivamente culpada a Filosofia Aristotélica dos escolásticos, ou seja, os jesuítas; as formas retrógradas que revestia em muito dos seus aspectos o sentimento religioso, dominado pelo fanatismo da Inquisição dum clero boçal e pouco instruído. (MONCADA, 1941, p.25)

Baseado na teoria empirista de Locke e na física Newtoniana que advém da mesma escola de pensamento iluminista Inglês, Verney escreveu o *Verdadeiro Método de Estudar* para reformar e iluminar a educação do reino. Por isso, além de filósofo, Verney foi um grande "pedagogista", ou pedagogo da época, sabendo absorver toda efervescência intelectual europeia e trazê-la para a realidade educacional de Portugal. Mas o Iluminismo "Verneyriano", ou português, como já dissemos não foi o Iluminismo revolucionário e radical da França, como Moncada nos assegura, foi um Iluminismo italiano humanista, religioso, progressista que ocorreu principalmente nos estados mais atrasados da Europa, onde a burguesia não tinha as plenas condições para empreender uma verdadeira revolução.

Veremos então que (como era de prever tratando-se dum pedagogista), dos dois aspectos, o pedagógico mantém certa independência: parte de Locke, mas não o reproduz. Quanto ao aspecto filosófico, fundamento de caso cultural, é que é como já avançamos várias vezes o de submissa adesão. (SALGADO, 1950, p.35)

De acordo com Salgado, Verney por ser acima de tudo um pedagogo, manteve certa independência no seu pensamento, até porque Locke não tratou apenas da educação.

Salgado nos mostra que "Locke dissolveu, portanto grande parte da metafísica em física" (1950, p.37). Dessa forma, Verney, seguindo essa base ideológica, também rompeu com o conhecimento justificado pela metafísica, e como o empirismo valorizava o conhecimento justificado e explicado na realidade material, dando, pois, importância à física. Nesse sentido,

Desaprovava o que mais interessava à escolástica, e apontava, pela concordância na exclusão das grandes hipóteses independentes da experiência sensível, a orientação newtoniana das pesquisas nas ciências naturais; e, além disso, apontava também a importância de tais estudos no domínio do conhecimento de o que o homem podia tirar partido, pela sua utilidade. (SALGADO, 1950, p.38)

Assim, suas reformas foram baseadas na valorização "dos três únicos sectores do conhecimento determinados por Locke- Física, moral e lógica" (SALGADO, 1950, p.42), seguindo, então, as orientações dessa nova forma de pensar o conhecimento, uma física racionalista e matemática, uma moral ética baseada no direito natural e em uma lógica racional das ideias. "Deste modo rejeitava a inclusão nele de coisas bem galantes, como os universais, sinais, proemiais e outras destas, que ultrapassavam o mundo sensível e quântico, no qual incluía alias, a alma, os anjos e Deus" (ANDRADE, 1980, p.45).

Fica claro que Verney estava provocando um rompimento com a filosofia escolástica e buscando uma nova "luz" para o seu novo sistema pedagógico. Foi, pois, no empirismo "lockeano", na Física de Newton, nos estudos de Muratori, Genovesi e no ensino dos oratorianos que ele conseguiu criar um novo sistema, que, se não promoveu uma verdadeira revolução filosófica e pedagógica na época, foi uma grande motivação para as reformas pombalinas que estavam por vir.

Com base nessa concepção filosófica, podemos analisar o pensamento de Verney nos campos estruturais do Estado, economia, sociedade, política, religião e educação; mas sabemos que como "pedagogo", seu foco principal foi a educação para, enfim, iluminar o Estado português.

Na questão política, Moncada ressalta que Verney defendia o "Império da Razão", monarquia fortalecida subjugando a Igreja Católica dentro do reino e adotando uma série de reformas com base nos grandes intelectuais da época.

Esse estado forte representado na figura do rei (déspota) teria que promover uma educação estruturada para a nobreza e para a formação dos comerciantes; uma educação sem influências da escolástica para a formação de nobres úteis e "trabalhadores", fundamentada na razão.

Dessa forma, o "império da razão" para Verney foi o reino que conseguiu subjugar as influências da igreja enquanto instituição chefiada pelo Papa sobre o Estado, fomentando uma educação estatal, forte, para promover o progresso econômico e, conseqüentemente, o bem de todos os súditos na modernidade.

Por isso, para Verney a legitimidade do rei não é concebida apenas pelo "direito divino" dos reis, e sim por sua vontade de fazer cumprir o direito natural do homem inspirado na razão.

Mas essa divindade, vistas bem as coisas, já não era exatamente a mesma do Deus judaico cristão que falava aos homens das alturas do Sinai ou através do sermão da Montanha; era algo de diferente que começava invisivelmente a deslocar-se da categoria da transcendência para da imanência. Era como diz Gerbi, uma próxima parente do deus dos jesuítas, nós por sua vez também <<parente próximo do Direito natural, verdadeira projeção ideal duma humanidade abstracta>> da qual Kant, algum tempo depois havia de intervir a lei autônoma nos imperativos categóricos da Razão. (MONCADA, 1941, p.58)

Rompendo com as teorias inatas da política que legitimavam o Absolutismo e defender um monarca forte, iluminado, enfim um déspota esclarecido, para subjugar a Igreja e reformular o Estado.

Na questão econômica e social, fica clara a sua vontade de fortalecer a economia de Portugal através de um estado forte e, para isso, um novo planejamento social e educacional se fazia necessário. Os nobres precisavam estudar para se tornarem úteis ao estado; logo a formação dos comerciantes aptos às novas necessidades da época era um imperativo para o desenvolvimento.

Dessa forma, Verney chegou a propor indiretamente o "aburguesamento" da nobreza e, conseqüentemente, o fortalecimento da burguesia. "Para conseguir por sua vez, esse aumento de riqueza, é preciso fazer comércio; mais: É preciso que os nobres

deem o exemplo e se façam, eles próprios comerciantes abandonando os antigos preconceitos feudais" (MONCADA, 1941, p.97).

Ainda propunha o aumento populacional "e melhorias de condições de vida das classes inferiores através das quais transparece uma evidente preocupação igualitária" (MONCADA, 1941, p.96), a reforma do direito e o enfraquecimento das instituições religiosas dentro do estado.

Para Verney, os portugueses tinham que adaptarem-se às práticas burguesas com o governo construindo estradas, novas vilas e oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento. Mas, como bom iluminista e "pedagoga", destaca como mais importante a reforma da educação. "Devia também haver em cada rua grande, ou ao menos bairro, uma escola do público, para que todos os pobres pudessem mandar lá os seus filhos, o que se pratica em várias partes" (VERNEY, 1959, p.50).

Defende assim, uma educação secular, gerida e mantida pelo estado, com a diminuição do analfabetismo da população e garantindo um ensino gratuito primário para todos, promovendo uma igualdade educacional básica. Nesse sentido, defende uma reforma educacional, social e econômica, ou seja, reformar a educação e a sociedade portuguesa para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, da burguesia, pois, segundo Verney, "não existem soberanos ricos sem vassallos ricos".

2.6. A didática Magna de Comenius em relação ao *Ratio Studiorum* e ao Verdadeiro Método de Estudar

"Ensinar tudo a todos". Esse foi o ideal supremo da Pansofia de Jan Amos Comenius, um pensador que revolucionou a educação europeia no século XVII, ao propor a educação para todas as pessoas. Nessa época, só os filhos dos nobres e dos ricos comerciantes estudavam, pois não existiam escolas públicas de primeiras letras, ou seja, os pais eram obrigados a contratar preceptores para iniciar os filhos no mundo do conhecimento.

As ordens religiosas controlavam a maioria dos colégios da Europa, fornecendo uma formação aristocrática, para os futuros líderes do governo e do clero.

O século XVII foi marcado pela consolidação e expansão dos colégios dos padres da Companhia de Jesus, principalmente no mundo católico, pois os jesuítas estavam em total consonância com as propostas firmadas pela igreja no concílio de Trento. Os colégios dos Jesuítas multiplicaram-se por toda a Europa e nas colônias da

América Latina, sendo a coroação desse crescimento a criação do *Ratio Studiorum*, um código de leis gerais para unificar a educação da Companhia no mundo inteiro. O *Ratio* foi aprovado definitivamente no final do século XVI, em 1599.

A educação dos jesuítas foi inovadora na época, principalmente pela adoção do *modus Parisiensis* em detrimento do *modus Italicus* da idade média. Esse modelo educacional ainda estava muito preso à ideologia medieval da escolástica, pois, o *Ratio* deixa claro que o grande mentor da educação na Companhia era Tomás de Aquino.

Comenius escreve nessa mesma época, mas em um contexto político e religioso diferente. Nasceu na Morávia (que fazia parte do Sacro Império Romano Germânico), recebeu uma educação protestante e se tornou pastor.

"Fique, pois, estipulado que, a todos aqueles que nasceram homens, é necessário o ensino, pois é necessário que sejam homens, não bestas ferozes, não brutos, não troncos inertes." (COMENIUS, 2001, p. 38). Comenius propôs a revolução da educação europeia ao propor um ensino para "todos", pois a educação na época era elitista e na escola dos jesuítas só os filhos dos nobres estudavam. "Tampouco os filhos dos ricos, os nobres ou os que dirigem o governo são os únicos que nasceram para tais dignidades" (COMENIUS, 2001, p. 167).

Não podemos deixar de comentar que Comenius propôs uma educação básica de alfabetização para todos, e uma educação secundária e universitária, da academia que ele se refere para os "eleitos" ²⁵.

Os trabalhos da Academia prosseguirão mais facilmente e com maior sucesso, se, em primeiro lugar, só para lá forem enviados os engenhos mais selectos, a rigor dos homens; os outros enviar-se ao para a charrua, para as profissões manuais, para o comércio, para que, aliás, nasceram. (COMENIUS, 1985, p.448)

Ou seja, a educação proposta por Comenius inclui o ensino básico, mas continua excluindo a população mais pobre de um ensino acadêmico.

Nós temos que entender o contexto de formação dessa nova ideologia educacional, muito longe de ser uma educação totalmente laica como a escola dos iluministas, Comenius formulou uma proposta em total consonância com os anseios da

²⁵ Dentro da ideia de predestinação que sempre foi muito forte na ideologia "agostiniana" de Lutero e, posteriormente, radicalizada por Calvino.

reforma protestante da Europa. Para entendermos isso, nós temos que recordar o principal dogma da religião reformada por Martinho Lutero: a livre leitura da Bíblia.

Lutero afirma no seu "Manifesto pela criação e manutenção das escolas cristãs" aos príncipes do Sacro Império Romano Germânico (Alemanha)²⁶ que "educar é dever do Estado", mostrando a necessidade de promoção de uma escola estatal nos estados reformados.

Por isso certamente caberá ao conselho e às autoridades dedicarem o maior esforço à juventude. Sendo curadores, foram confiados a eles os bens, a honra, o corpo e a vida de toda a cidade. Portanto, eles não agiriam responsabilmente perante Deus e o mundo se não buscassem, com todos os meios, dia e noite, o progresso e a melhoria da cidade. Agora, o progresso de uma cidade não depende apenas do ajuntamento de grandes tesouros, da construção de grandes muros, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armas. Inclusive, onde há muitas coisas desse tipo e aparecem alguns loucos, o *prejuízo* é tanto pior e maior para aquela cidade. Muito antes, o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando ela tem muitas pessoas bem instruídas, muitos cidadãos sensatos, honestos e bem educados. (LUTERO, 2000, p.19)

Todo participante da nova fé deveria ler a Bíblia, mas como isso seria possível em uma sociedade de analfabetos? Através de uma nova mentalidade educacional, Comenius propunha ensinar tudo a todos, ou seja, todos deveriam ser alfabetizados para cumprir o principal dogma da nova religião.

Diferente da educação dos jesuítas, pois na igreja católica as missas eram rezadas em Latim e só o padre deveria ler a bíblia, por isso para o povo bastava o sermão do padre, as classes mais baixas não precisavam aprender o latim e muito menos língua vernácula. São duas propostas contemporâneas em contextos totalmente diferentes, o *Ratio* no mundo Católico e a Didática Magna no mundo protestante.

Comparando as suas propostas com as críticas de Verney, nós observamos algumas relações interessantes entre os autores. Verney foi um grande crítico do modelo educacional dos Jesuítas e Comenius também desenvolveu um modelo que se opunha ao desses padres. Logo, Verney também defendia um ensino de primeiras letras, básico para todos. Ele deixa claro que um dos motivos da ignorância reinante em Portugal era

²⁶ Os reinos Germânicos só foram unificados no século XIX, em 1871, com a vitória na Guerra Franco-prussiana.

o analfabetismo, assim a alfabetização de todas as classes sociais seria necessária para o progresso do reino.

Fora de Portugal vive-se de outra sorte: são tão raros os plebeus que não saibam escrever, como aqui os que o sabem. O mochila, o carnicheiro, o sapateiro, todos se divertem com os seus livros. Esta necessidade é tão clara, que a experimentam; e assim não podemos assaz condenar os pais que se descuidam nesta matéria. Devia também haver em cada rua grande, ou ao menos bairro, uma escola do público, para que todos os pobres pudessem mandar lá os seus filhos, o que se pratica em várias partes. (VERNEY, 1959, p.50)

Outro ponto em comum é o ensino público fornecido pelo Estado, como Comenius defendia, "era preciso secularizar a estrutura da própria sociedade portuguesa, embora sem tocar na crença religiosa" (MONCADA, 1941, p.98). Ou seja, a estrutura precisava ser secularizada, inclusive a educação, mas é claro sem romper com a fé católica, secularização sem laicização.

Acerca da educação das mulheres, pois tanto Comenius quanto Verney romperam paradigmas ao propor uma educação para as mulheres, o que era impensado no *Ratio* dos Jesuítas.

[...] não pode aduzir-se nem sequer um motivo válido pelo qual o sexo fraco (para que acerca deste assunto diga particularmente alguma coisa) deva ser excluído dos estudos (quer estes se ministrem em latim, quer se ministrem na língua maternal). Com efeito, as mulheres são igualmente imagens de Deus, igualmente participantes da graça e do reino dos céus, igualmente dotadas de uma mente ágil e capaz de aprender a sabedoria. (COMENIUS, 2001, p.45)

Pelo que toca à capacidade, loucura persuadir-se que as mulheres tenham menos que o homem (...) Quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família são as nossas mestras nos primeiros anos da nossa vida: elas nos ensinam a língua; elas nos dão as primeiras ideias das coisas. (VERNEY, 1959, p. 124)

Percebemos, assim, que existe uma ligação ideológica entre o padre Verney e o pastor Comenius. Sabemos que eles viveram em épocas diferentes e que o pensamento de Comenius foi mais inovador no final do século XVII do que o de Verney. Mas, para a realidade arcaica de Portugal, as propostas da educação para as mulheres esboçadas no *Verdadeiro Método de Estudar* foram um grande avanço.

Não podemos confundir estas propostas com a igualdade total entre homens e mulheres, pois a ideologia cristã que permanece hegemônica em Comenius e Verney sempre manteve o homem acima das mulheres pelo patriarcalismo.

Enfim, para os jesuítas a escola deveria ser responsabilidade dos padres, através dos colégios religiosos, com o objetivo central de catequisar, privilegiando a aristocracia e o clero, já os pobres ficariam apenas com as homilias e as catequeses das missas.

Para Comenius e Lutero, a escola deveria ser responsabilidade dos príncipes, ou seja, do Estado, com objetivo de alfabetizar todas as pessoas, inclusive os mais pobres para a leitura da Bíblia, mas fornecendo uma educação acadêmica apenas para a aristocracia.

Para Verney, a educação deveria ser responsabilidade do Estado²⁷, para alfabetização de todas as pessoas, inclusive os mais pobres, formando "homens que sejam úteis para a República e religião" (VERNEY, 1959, p.17). Educação básica para todos, mas mantendo o ensino secundário e universitário reformado restrito apenas à Aristocracia e ao Clero.

2.7. Verney: um iluminista burguês ou um reformista aristocrático

A questão do iluminismo no pensamento de Luís Antônio Verney é unânime entre os seus principais estudiosos, Antônio Alberto Banha, Luís Cabral de Moncada, Antônio Salgado Junior, Laerte Ramos de Carvalho e Gilberto Luiz Alves.

Luiz Antônio Verney é um pedagogo e, enquanto pedagogo, um iluminista, na medida em que o iluminismo é uma forma de pensar comum de homens que, em atitudes diversas de pensamento, procuraram fazer da cultura um instrumento do progresso e da perfeição das sociedades e dos homens. (CARVALHO, 1978, p 62)

Mas, como Moncada nos mostra, o iluminismo de Verney foi conservador, não revolucionário como o francês, conciliador, católico e principalmente reformista, dentro das possibilidades de mudança que o reino português oferecia.

Sabemos que as propostas de Verney foram reformistas e aristocráticas ao mesmo tempo, pois Verney era padre e não propôs nenhuma grande mudança na

²⁷ Verney admite a educação fornecida pelas ordens religiosas, desde que estejam em consonância com as novas propostas educacionais, como é o caso dos Oratorianos, excluindo os Jesuítas.

estrutura social do reino, mantendo o ensino secundário e superior restritos à elite para a formação de governantes e padres úteis ao Estado e à Igreja.

Em suas cartas ao padre Foyos, deixa claro que recebeu a ordem de iluminar a Corte, ou seja, iluminando o rei, segundo Carvalho, com as novas propostas filosóficas na modernidade, pois Portugal precisava acompanhar o desenvolvimento da Europa.

Mas, por outro lado, às propostas de alfabetização de todas as classes e de uma educação para as mulheres comprovam que as suas ideias não ficaram restritas à aristocracia.

"Devia também haver em cada rua grande, ou ao menos bairro, uma escola do público, para que todos os pobres pudessem mandar lá os seus filhos, o que se pratica em varias partes" (VERNEY, 1959 p 50). A criação de uma escola pública para os pobres, dentro de uma proposta de secularização do ensino, mostram o seu caráter inovador e reformista, e até progressista, em relação ao conservadorismo do reino e da educação fornecida pela igreja.

Se o iluminismo foi um movimento essencialmente burguês, por que o pensamento de Verney, o seu iluminismo, não foi motivado pelos anseios da burguesia?

Para Gilberto Luís Alves, o iluminismo em Portugal, motivador das reformas pombalinas, foi essencialmente burguês.

A produção teórica em Portugal, nessa fase, esteve irremediavelmente estigmatizada pelas limitações de sua base material. Isto não quer dizer, contudo, que o pensamento burguês deixou de ser produzido nesse extremo da península Ibérica mas sim, que esse pensamento ganhou uma configuração "impura" e ambígua, pois mesclou-se com o pensamento feudal. (...) Em Portugal, por força de seu atraso material, o iluminismo não pôde brandir com igual vigor, as bandeiras defendidas pela burguesia revolucionaria contra a nobreza e o clero feudais. Em terras portuguesas, a burguesia, por ter sido débil e conciliadora, foi também reformista. O iluminismo luso expressou a situação da classe à qual servia como arma ideológica. (ALVES, 2001, p.23-24)

Ou seja, o iluminismo português foi eclético, ambíguo e contraditório, pois a burguesia não estava plenamente consolidada e fortalecida na sociedade do reino, e as práticas burguesas dependiam do controle do Estado sob a economia, característica marcante do mercantilismo.

Dessa forma, o iluminismo português só pode ser entendido, dentro do contexto do despotismo esclarecido, fusão entre Iluminismo e Absolutismo que ocorreu nos países que possuíam uma burguesia mais fraca, ou seja, não revolucionária; por isso as mudanças ficaram a cargo do monarca fortalecido.

Assim, nós entendemos as propostas iluministas de Luís Antônio Verney e do Marquês de Pombal em um contexto muito bem representado por Alberto Banha,

Os <<Iluminados>> contestavam, o não tanto o cariz tradicionalmente cristão, mas antes o domínio da escolástica, que consideravam ainda medieval, e portanto, atrasada de século. Não houve, pois, ao menos nas apostas de Verney e Pombal, propostas à margem da Religião, posto que enfrentassem, de espada em riste, variados aspectos dessa Religião. Queriam o extermínio da companhia de Jesus, a autonomia do estado em relação à Igreja e, sobretudo, à Cúria Romana; e, neste contexto, a educação, a Inquisição à ciência sobre a especulação filosófica, e ao direito natural, em relação ao direito romano e canônico. (1980, p.95)

As propostas de Verney foram aristocráticas, pois representavam os anseios do clero e da corte reformista em um momento de fortalecimento do Estado, perante os resquícios ideológicos e políticos da idade média, como por exemplo, a educação escolástica dos jesuítas e a inquisição. Nesse momento, o rei se fortalece e assume os principais "aparelhos ideológicos" do Estado, dentre eles a educação. Verney mostrava, portanto, um caminho de reformulação, de mudanças e de conciliação com as novas teorias da Europa, sem questionar em nenhum momento a hegemonia da fé católica e a manutenção dos privilégios da nobreza. Verney propôs a criação de uma nova escola para a nobreza, para a formação de nobres úteis ao Estado, que foi implantada por Pombal.

Por outro lado, nós concordamos com Alves também, já que essas propostas reformistas, mesmo sendo aristocráticas, abriram caminho ao fortalecimento posterior da burguesia que viria tomar o poder no século XIX. Pois, ao acabar com o controle da escolástica medieval sobre a educação, ao propor novas correntes filosóficas, principalmente o empirismo de Locke e a indução de Bacon, ao propor uma escola secular, valorizando o ensino do português, a educação dos nobres e principalmente a alfabetização de todos, Verney, mesmo que indiretamente, colaborou para o fortalecimento das estruturas burguesas no reino.

Dessa forma, Verney não foi nem um iluminista burguês e nem um reformista aristocrático, pois se todo novo período traz consigo influências marcantes

do período antigo, nós concluímos que Verney, pelo seu caráter, inovador, conservador e conciliador eclético, foi um iluminista reformista e aristocrático que através das suas mudanças, mesmo que não intencionalmente, acabou abrindo caminho para o fortalecimento da burguesia "débil" de Portugal.

2.8. As Reformas Pombalinas da Educação

Com base nas propostas de Luís Antônio Verney, na sua experiência como diplomata e de outros pensadores ilustrados, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como marquês de Pombal, promoveu uma série de reformas no reino, alterando o sistema educacional português.

Pombal assume o cargo de primeiro ministro do rei D. José I em Portugal e começa a reformular o Estado português, tendo como principal missão modernizar e desenvolver economicamente este Estado, através de um fortalecimento do poder estatal sobre os principais setores do reino, para, assim, modificar sua condição de dependência da Inglaterra.

"Seu primeiro alvo á educação, pois esta era base, afinal de contas, da formação dos intelectuais: os dois aspectos a serem transformados, uma vez libertados da tutela dos jesuítas." (FALCON, 1993, p.433). Então, Para alcançar essa modernização e romper com a dependência econômica perante a Inglaterra, Pombal se volta para a reformulação do setor educacional, setor complicado do reino, pois já há dois séculos a educação portuguesa era controlada e monopolizada pelos padres jesuítas, ordem religiosa que acabou assumindo a responsabilidade educacional pela falta de uma política e uma organização estatal. Os padres da Companhia de Jesus tinham um voto de obediência ao Papa, o que dificultava o controle das suas atividades educacionais dentro do reino, ou seja, eles tinham o dever de obedecer mais à autoridade supranacional do Papa do que a autoridade nacional do rei. Isso era um grande problema para a coroa que estava querendo tomar as rédeas de todos os setores importantes do estado, para o fortalecimento do reino.

Acerca disso,

Esse regime subordinou os organismos políticos e sociais ao poder central; enquadrou a nobreza eliminando os privilégios de nascimento;

nobilitou os agentes da indústria e do comércio, neutralizou os conflitos de classe; extinguiu a confraria do espírito Santo da Pedreira ou mesa dos homens de negócios (1755), criando a junta de comércio (1756); instituiu a política dos diretórios visando subtrair os indígenas do controle Eclésia (1755); expulsou os jesuítas (1759); vinculou a Igreja ao estado tornando-a independente de Roma (1760); criou o Colégio dos nobres fundado em 1761 e aberto em 1766; aboliu a diferença entre cristãos velhos e novos (1768); criou a real mesa censória (1768); secularizou a inquisição tornando-a instrumento do estado (1769); e decretou a reforma dos estudos menores (1759) e maiores (1772). (SAVIANI, 2010 p. 82)

Quando Pombal chegou ao poder, sua preocupação com a reformulação da economia Portuguesa foi enorme, e para reformular a economia do reino, precisou de novos profissionais aptos. Por isso, antes de empreender uma reforma que abrangesse toda educação em Portugal, criou a "junta de comércio". Como Carvalho nos mostra,

Pombal antes de pensar na formação dos teólogos, canonistas, advogados e médicos - problema que não foi estranho aos propósitos do gabinete de D. José I - cuidava preliminarmente de amparar o trabalho econômico por intermédio da criação de uma escola destinada a formar a "elite" indispensável ao progresso financeiro das empresas e dos grupos que a política monopolista do novo governo planejara e organizara, ao pretender motivar o acúmulo de riquezas individuais de tal forma que as novas condições econômicas melhor pudessem satisfazer aos reclamos dos interesses estatais. (CARVALHO, 1978, p.43)

Com essa necessidade de formar uma elite econômica preparada em Portugal, bem como verdadeiros comerciantes, Pombal cria a escola de comércio, seguida pela criação da Escola Náutica na cidade do Porto, onde os alunos aprendiam "caligrafia, contabilidade, escritura comercial e línguas modernas" (HILSDORF, 2000, p. 21). Outra escola criada por Pombal logo de imediato foi o colégio dos nobres que buscava:

a formação do perfeito nobre, arquétipo pedagógico que a política pombalina erigiu como correlato e complemento do perfeito negociante: tipos ideais, alias que embora aparentemente diversos, se integravam harmonicamente nos propósitos do absolutismo iluminista do gabinete de D. José I. (CARVALHO, 1978, p.45)

Além de amparar a nobreza através dessa formação profissional para ocupar cargos burocráticos no reino, Marquês de Pombal, dava para esta, a oportunidade de se "aburguesar", afim de, fortalecer a elite mercantil em Portugal. Comparando com a

Inglaterra (que já havia rompido com o absolutismo), Portugal tinha ainda um alto número de nobres que estava diretamente ligado ao Estado e dependiam desse órgão para a manutenção de seus privilégios. Pombal, ao criar a escola dos nobres, conseguia, além de formar esses nobres para servir as demandas de cargos estatais que o estado oferecia (a partir da criação de monopólios comerciais e indústrias), engajá-los na nova ordem mundial pré-capitalista que estava surgindo na Europa.

Analisando o alvará régio de 28 de julho de 1759, nós percebemos que o rei deixa cair todo ônus do atraso educacional do reino sobre os padres inacianos, justificando a condição de país atrasado da Europa e querendo resgatar o passado das grandes navegações do pioneirismo português. A coroa desferiu uma série de críticas à ordem dos jesuítas, para justificar a expulsão destes padres de todos os territórios do reino português.

Quando o Marquês de Pombal assumiu como primeiro ministro do reino com a missão de reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755 precisava aumentar a arrecadação de impostos, pois o reino estava falido, grande parte pela dependência econômica dos ingleses. Uma das saídas para poder controlar a política estatal foi a expulsão da Companhia de Jesus, pois a ordem controlava a política do reino com os seus padres dominando o conselho particular do rei, dessa forma, uma mudança econômica e conseqüentemente educacional só seria possível rompendo totalmente com os jesuítas.

Além de expulsá-los, o rei lança as bases desta nova educação secular, para formar cidadãos aptos para as novas necessidades econômicas da época. Mas, ao invés de expulsar os jesuítas acabando definitivamente com a influência da escolástica, o monarca português se coloca como grande defensor da fé católica sobre os seus domínios, e acaba criando um novo sistema, que mesmo se contrapondo ao modelo dos jesuítas, herdou grandes influências da escolástica.

EU ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo consideração a que da cultura das Sciencias depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meio dellas a Religiaõ, e a Justiça na sua pureza, e igualdade; e a que por esta razaõ foraõ sempre as mesmas Sciencias o objecto mais digno do cuidado dos Senhores Reys meus Predecessores, que com as suas Reaes Providencias estabeleceraõ, e animaraõ os Estudos publicos" (ANDRADE, 1978, p.157).²⁸

²⁸ Trecho extraído do próprio alvará de 1759.

Essa foi uma das principais marcas da ilustração portuguesa, a realização de um Iluminismo eclético que, ao mesmo tempo modernizou o ensino com a utilização de algumas propostas inovadoras do Iluminismo, defendeu e priorizou a proteção e a continuidade da influência religiosa sobre a educação.

Nas reformas Pombalinas da instrução Pública, prevaleceu o ponto de vista dos ecléticos e inovadores, quer seja no setor dos estudos menores nos quais novos autores e métodos foram adotados como o pensamento numa renovação literária, quer seja ainda nos estudos maiores, a teologia do direito, a medicina e a filosofia que perseveraram manter-se ainda, em pleno século das luzes, dentro da redigida construção escolástica das reformas. As reformas foram desta forma, um esforço no sentido de colocar as escolas portuguesas em condições de acompanhar com êxito o progresso do século. (CARVALHO 1978, p. 51)

Todas as influências religiosas sobre a educação após as reformas passaram a ser controladas pelo rei, e esse é sem dúvida o ponto chave para entendermos a complexidade das reformas pombalinas da educação. Foi o estado absolutista controlando, gerindo e mantendo a educação, que promoveu um progresso importante para o desenvolvimento educacional português.

As Reformas, na prática, começaram com a criação do colégio dos nobres em 1760 e dos comerciantes em 1759, escolas que foram feitas para formar o prefeito, comerciante, homens de negócios tão necessários para o desenvolvimento econômico do reino.

No âmbito do ensino secundário, o alvará régio de 1759 previa a criação das aulas régias, avulsas, para a preparação dos jovens para a universidade. Papel de destaque nas reformas do ensino secundário foi a valorização da língua vernácula para o aprendizado do Latim e da Retórica para formar o bom comerciante. Nesse sentido, o ensino da retórica passa a ser tão importante, que o rei chega a declarar neste mesmo alvará que "ninguém seja admitido a matricular-se na Universidade de Coimbra em algumas ditas quatro faculdades maiores sem proceder ao exame de retórica feito na mesma cidade de Coimbra" (SAVIANI, 2010 p.86).

Além dessas mudanças, houve a criação do cargo de diretor dos estudos gerais, ou seja, uma pessoa que nomeada pelo rei tinha o papel de gerenciar e fiscalizar a implantação e o desenvolvimento do novo modelo educacional.

O momento mais próspero do Iluminismo nessas reformas foi certamente, a reforma dos estatutos da universidade de Coimbra de 1772.

A reforma dos estatutos da universidade de Coimbra teve o sentido de orientar a vida cultural portuguesa pela ideologia iluminista. Partindo de uma crítica incisiva do espírito escolástico predominante no período em que a universidade esteve sob o controle jesuítico. (SAVIANI, 2010, p.93)

Mudanças que traduziram o espírito iluminista sob o olhar do ecletismo português, reformulando a metodologia, a estrutura, o currículo e ainda criando novos cursos para a Universidade, inspirados diretamente pelos dois principais pensadores da ilustração portuguesa: Luís Antônio Verney e Antônio Nunes Ribeiro Sanches, que souberam traduzir as mudanças iluministas para a ótica e para as necessidades de Portugal.

Ainda em 1772 o rei aprova a lei de 6 de novembro que garantiria a instituição do ensino de primeiras letras baseada em disciplinas básicas como ler, escrever e contar. Há de se destacar nessa fase a valorização do ensino do português, da língua vernácula, para que os estudantes pudessem escrever bem.

Ainda em concordância com o pensamento de Ribeiro Sanches o rei declara que ficam excluídos dos ensinos maiores os "empregados nos serviços rústicos e nas artes Fabris, que ministram sustento dos povos e constituem os braços e mão do corpo político. Para esses, diz o rei, bastariam as 'instruções dos párocos'" (SAVIANI, 2010, p.96). Assim, nem todos deveriam cursar o ensino secundário; para esses as aulas avulsas não se faziam necessárias, bastavam às instruções religiosas dos padres para poderem respeitar as leis de Deus e, conseqüentemente, do estado.

Além de buscar o fortalecimento do poder absolutista, que garantiu os privilégios da nobreza, que estavam sendo ameaçados desde a decadência do sistema feudal com a ascensão econômica da burguesia, toda essa convulsão de ideais e de acontecimentos formaram a ilustração portuguesa e as reformas educacionais empreendidas por Marquês de Pombal. A esse respeito, Carvalho ressalta, "foi um cosmos político, que à sombra do direito civil e canônico vigente, procura encontrar a equação legal e legítima que melhor corresponda às suas necessidades de sobrevivência" (1978, p.79).

Analisando o alvará de vinte e oito de junho de 1759²⁹, percebemos o teor do conservadorismo, principalmente quando o rei D. José I cita:

Sou servido da mesma sorte, ordenar, como por este ordeno que no ensino das classes, e estudos das letras humanas haja uma geral reforma, mediante a qual se rhestitua o método antigo, Reduzido dos termos claros e de maior facilidade, que se pratica atualmente pelas nações polidas da Europa. (ANDRADE, 1978, p.159)³⁰

Neste trecho o Estado Português deixa claras suas verdadeiras intenções para com a reforma educacional, mostrando seu desejo de "restituir o methodo antigo". Ou seja, restaurar um passado glorioso do humanismo renascentista português³¹, das grandes navegações em Portugal, resgatando aquele passado heroico do pioneirismo naval de Portugal. Inicialmente, o rei não tinha nenhum interesse em implantar um novo método iluminista (progressista) com a expulsão dos jesuítas³². Em outra parte desse mesmo alvará, a Coroa também deixa claro esse pensamento retrógrado e o seu repúdio a educação Jesuíta.

Desejando eu não só reparar os mesmo estudos para que não acabem de cahir na total ruína, a que estavam proximos; mas ainda restituir - lhes aquelle antecedente lustre, que fez os portugueses tão conhecidos na República das letras, antes que os ditos religiosos se intromettessem a ensinillos com sinistros intetntos, e infelices sucessos (ANDRADE, 1978, p.158)

A Coroa atribui todos os males da educação aos jesuítas, como fica explícito nos trechos aqui citados do alvará. No entanto, os fatores que contribuíram para expulsão desta ordem em Portugal não foram apenas educacionais, e sim interesses e conflitos políticos, que não são especificados no alvará. Os jesuítas são expulsos da colônia, pois seus interesses entravam em conflito com os colonos que queriam escravizar os índios, bem como porque Pombal queria libertar os nativos das missões, não para escravizá-los, mas para incentivar o povoamento do território brasileiro.

²⁹ Alvará que expulsa os Jesuítas do reino, e implanta uma nova educação secundária em Portugal e no Brasil.

³⁰ A linguagem do alvará é um pouco diferente da nossa, atual, pois foi escrita no português de Portugal em 1759, por isso tem algumas diferenças ortográficas.

³¹ Humanismo português que vai ficar eternizado por Camões em sua obra "*Os Luisíadas*", com influência da cultura clássica Greco-Romana.

³² Os iluministas acreditavam em um ideal progressista, eram otimistas com o ser humano, achavam que a sociedade ia sempre progredir através da igualdade e da liberdade.

Carvalho faz um comentário muito esclarecedor a esse respeito, mostrando as verdadeiras intenções da reforma de Pombal.

Enganar-se-ia o historiador que nela visse a primeira ou uma das primeiras manifestações de ensino planejado e realizado por força exclusiva dos ideais de um programa de secularização das instituições educacionais. Os objetivos que conduziram a administração Pombalina à criação das aulas régias foram, ao contrário do que pensavam os que se preocupavam mais com a aparência do que com a realidade, um imperativo da própria circunstância histórica (1978, p.79).

Percebemos, assim, que as reformas pombalinas, inicialmente, não tinham um caráter inovador, não buscavam implantar mudanças do Iluminismo na educação. Essas primeiras mudanças foram para criar uma educação que substituiria a dos Jesuítas, pois o Estado não poderia deixar o reino Português sem nenhuma educação oficial, ou seja, a mudança inicial veio mais pela expulsão dos Jesuítas do que pela vontade de criar uma nova educação pautada nos moldes dos pensadores iluministas.

Nós continuamos a verificar esse conservadorismo no alvará de 1759. Isso é destacado por Carvalho no documento em questão ao se referir a Verney e aos Oratorianos que foram os pais das reformas: "O método para o ensino do latim, que essencialmente é o mesmo recomendado por Verney e pela gramática dos Oratorianos é expressamente nomeado no alvará como antigo" (1978, p.80). Ou seja, para a Coroa as modernizações empreendidas por Verney e pelos oratorianos eram vistas com um olhar de retrocesso, e não de progresso, apesar das críticas que esses autores realizavam ao Renascimento em suas obras.

Um trecho interessante do alvará confirma esse conservadorismo, através da manutenção da fé católica advindos da Igreja, nele a Coroa deixa claro sua desconfiança no método jesuíta, mas firma sua proteção a essa fé.

Méthodo dos sobreditos Religioso, de nenhuma sorte se lhes deve confiar o ensino, e educação dos meninos e moços, depois de haver mostrado tão infaustamente a experiência por factos decisivos, e exclusivos de toda a tergiverasação, e interpretação, ser, a doutrina, que o governo dos meninos religiosos faz dar aos alunnos das duas classes, e escolas sinistramente ordenada á ruína não só, das artes, e Sciencias, mas até da mesma monarquia, e da religião que nos meus reinos, e domínios devo sustentar com a minha real, e indefectível proteção. (ANDRADE, 1978, p.159)

Além de responsabilizar os jesuítas pela ruína da educação, das ciências, da própria religião e da monarquia portuguesa, o rei deixa claro que o seu dever é o de proteger o povo e a religião contra o fantasma dos jesuítas. Dessa forma, ele não busca um rompimento com a Igreja como muitos pensariam por se tratar de reformas iluministas³³. Ele se coloca como responsável por manter o catolicismo forte e supremo em Portugal, de uma Igreja Portuguesa e não romana. Neste trecho do alvará já transparecem algumas das verdadeiras intenções do monarca português na realização das reformas, indo contra os jesuítas por motivos políticos, mas garantindo o poder da Igreja fortalecida, e querendo resgatar um orgulho português advindo do Humanismo renascentista causado pelo pioneirismo expansionista das grandes navegações, nos séculos XV e XVI.

Em outro documento emitido pela Coroa no mesmo ano do Alvará de 1759 denominado de "Breve Instrução para ensinar a Doutrina Christã, ler e escrever aos meninos e, ao mesmo tempo os princípios da igreja de 1759", temos algumas constatações significativas confirmando o aspecto religioso que a reforma manteve. Esse documento era destinado aos professores primários, e orientava os mestres das escolas do Estado quanto a forma correta de ensinar. Ou seja, era um manual, e suas instruções faziam menção ao ensino da Língua Portuguesa, baseado sempre nos preceitos do catolicismo e nos dogmas da Igreja. Esse manual abrange temas como catecismo da Igreja Católica, tempos verbais, gramática portuguesa bem como valores de ordem moral e de etiqueta.

O ensino da Língua Portuguesa estava vinculado ao da doutrina cristã. Dessa forma, era muito comum justificar o aprendizado do Português como necessário para compreensão do Cristianismo e do Latim³⁴. Quando este exemplifica as instruções aos mestres das escolas, seus objetivos ficam bem expressos, principalmente no início do documento:

He inegável que os mestres das escolas exercitão a ocupação mais nobre e mais útil ao estado e a igreja, porque elles são quem nos infundem no espírito as primeiras imagens e os primeiros pensamentos que devemos ter do santo temor a Deos, da obediência ao Rey e aos ministros repectivos, do amor e respeyto aos nosso

³³ A maioria dos filósofos do Iluminismo realizou uma forte crítica ao poder da Igreja Católica na sociedade, e pregava o rompimento com essa instituição.

³⁴ Língua oficial da Igreja Católica; influência que veio dos romanos, pois quando a Igreja se torna a principal religião do Império Romano, oficializando o latim como a língua oficial da Igreja Católica do Ocidente. Todos os cultos e orações eram feitos nessa língua.

maiores do affecto necessário a pátria e aos interesses da monarquia. (ANDRADE, 1978, p.122).

Pombal toma o controle da Inquisição³⁵, transformando a em órgão de repressão estatal, ou seja, passou a utilizar a Inquisição como tribunal dos interesses do próprio Estado. Seguindo esta política repressiva e autoritária, ele cria a Real Mesa Censória, com objetivo de fortalecer e organizar as reformas, atribuindo a este órgão o poder de controlar e fiscalizar todas as regras que tivessem sido implantadas. Fiscalizando e enviando para a Inquisição como herético todo aquele que usasse ou portasse livros proibidos pelas novas leis (censura de livros), ou desrespeitasse as normas vigentes. Dos "vários setores de atuação a da real mesa sensória o aspecto mais interessante foi com absoluta certeza a censura literária." (FALCON, 1993, p.443).

Para oficializar a censura de livros o Estado Português chegou a fazer na época, uma lista dos livros proibidos em Portugal,

Na lista que acompanha este edital estão as obras de Bayle, Rousseau, Spinoza, Voltaire, Hobbes, Diderot, La Mettrie, Shaftesbury, Mandeville, Toland etc. Cioso de suas prerrogativas procurou o gabinete de D. José I evitar que o empenho com que se atirou na disputa com os inicianos pudesse favorecer aos adversários sempre prontos a indicar o germe de manifestações doutrinárias nocivas aos interesses da fé católica. Daí o afoito cuidado com que se houve a Mesa Censória ao incluir na relação dos livros proibidos todos aqueles que pudessem permitir aos adversários do pombalismo suposições de compromisso com a ideologia dos iluministas avançados. (CARVALHO, 1978, p.156)

Assim, todo livro que fosse contra os interesses da Reforma seria proibido em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil e em suas colônias.

Falcon comenta que na reforma "a inquisição como bem o compreendera D. Luiz da Cunha era uma instituição que a monarquia não poderia dar ao luxo de extinguir" (FALCON, 1993, p.441). Ou seja, ela era necessária para a monarquia manter a ordem e o caráter conservador das reformas. Assim, o Estado controlando o poder de atuação da Inquisição, fortalecia-se cada vez mais como um estado absolutista. Em vista disso, "a governação Pombalina caracterizou-se pelo esvaziamento do poder eclesiástico, pelo menos, sua submissão total a autoridade monárquica" (FALCON,

³⁵ A Inquisição foi um tribunal criado pela Igreja na Baixa Idade Média para julgar todas as pessoas consideradas hereges, por praticar heresia, como qualquer ideologia contrária ao catecismo da oficial da Igreja.

1993, p.441). É importante ressaltar que a reforma educacional não rompe com a Igreja, e sim a subordina ao poder do Estado absolutista. Dessa forma, a censura literária da época foi usada mais para servir e garantir os interesses do Estado absolutista, do que os interesses da própria Igreja. Isso marca uma mudança de poderes muito significativa em Portugal, pois ao mesmo tempo em que a Igreja perdeu poder e controle na área educacional do estado, este estado cada vez mais fortalecido foi assumindo o controle dessa esfera educacional e religiosa.

Apesar de todo o conservadorismo das reformas de Pombal, elas se concretizaram como reformas de cunho iluminista, ou seja, de mudança educacional na busca pelo pensamento racional, representando uma grande mudança na educação da época. Só o fato de o Estado português ter criado uma educação secular pioneira em Portugal, já foi um grande avanço para a época.

Carvalho, ao analisar os primeiros alvarás e verificar as verdadeiras intenções da coroa, conclui que:

Se a conjuntura política impôs, ao gabinete de D. José I, a necessidade de uma reforma, a crise entre a tradição e a modernidade em todos os setores porque se manifestou, deu-lhe o rumo inicial de uma política pedagógica que, se até agora se apresentou como um programa de recuperação de um ideal perdido, a partir deste momento, foi aos poucos se enriquecendo, por força das condições advindas da nova situação econômico-social e das repercussões da ideologia iluminista na mentalidade Portuguesa (CARVALHO, 1978, p.84).

Com o passar do tempo os ideais iluministas se espalham pelo reino português. Prova disso são os estatutos da Universidade de Coimbra reformulados em 1772. Nestes percebemos que essas reformulações já estavam bem mais enquadradas nos moldes iluministas da época.

a rejeição total categórica, de todo aristotelismo, um novo método, sintético analítico, demonstrativo e compendiário; a não perpetuidade de qualquer autor adotado; a libertação completa da autoridade apostólica e o anti-ultramontano; o regalismo³⁶ e segundo outro, o febronianismo; a criação das faculdade de matemática e filosofia e de toda uma série de estabelecimentos anexos (FALCON, 1993, p.438).

Nas reformas de 1772, vimos importantes mudanças que caracterizam o rompimento de algumas amarras do Renascimento, com a entrada de Portugal em uma

³⁶ Subordinação da Igreja ao Estado

nova era iluminista. A partir da rejeição total ao aristotelismo dos jesuítas, e da libertação total do controle ideológico da autoridade da Igreja de Roma sobre a educação Portuguesa, onde, definitivamente, "a metodologia eclesiástica dos jesuítas é substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica" (MACIEL, 2006, p.470).

Analisando a criação do colégio dos nobres e dos comerciantes, concordamos com Carvalho (1978), pois comprovamos a sua ideia de que as necessidades econômicas e sociais, juntamente com a ideologia iluminista foram mudando a sociedade portuguesa e impelindo as reformas educacionais. A criação da escola dos nobres foi necessária para que "a nobreza pudesse receber a educação condizente com o seu estado e com os interesses políticos, econômicos e militares do reinado" (CARVALHO, 1978, p.143). Com a escola dos comerciantes, pretendeu formar o homem apto para o comércio, fortalecendo a burguesia no mundo mercantilista da época.

A necessidade de desenvolvimento de uma burguesia lusa para acompanhar o desenvolvimento burguês mundial, promove a entrada de Portugal nessas "novas situações econômicas e sociais" comentadas por Carvalho (1978). Dessa forma, percebe-se que as condições históricas internas e externas de Portugal impeliram o Estado de adotar ideias iluministas. Os documentos e os fatos posteriores ao primeiro alvará nos comprovam que Portugal acaba aceitando, com o passar do tempo, cada vez mais os ideais iluministas dentro da sua própria esfera reformista.

Um exemplo disso foi a criação do cargo de Diretor Geral dos estudos. Quando as atribuições para este cargo foram dadas pela Coroa, percebemos claramente uma preocupação com o progresso da educação em Portugal, principalmente quando analisamos a segunda atribuição da Coroa a esses novos funcionários: "O mesmo diretor deve ter cuidado de averiguar com especial exatidão o progresso dos estudos para me poder dar no fim de cada anno huma relação fiel do estado delles, ao fim de evitar os abusos que se forem introduzidos" (ANDRADE, 1978, p.160). Essa nova educação não fora criada pelo Estado simplesmente para substituir o modelo jesuíta, pois neste trecho fica claro que o Estado passou a se preocupar com a qualidade do ensino oferecido.

Outro fato interessante desses documentos de 1759 que continua comprovando as mudanças educacionais rumo ao progresso iluminista é a importância que a Coroa dá ao ensino de Retórica neste primeiro alvará.

E porque sem o ensino da Rethorica se não podem habitar os que entrarem nas universidades para nellas fazerem progresso, ordeno que, depois de haver passado anno e meio contado dos dias em que se estabeleceram estes estudos nos sobreditos lugares, niguem seja admitido a matricularse na universidade de Coimbra em alguma das ditas quatro facultade maiores, sem preceder exame de rethorica feito na mesma Cidade de Coimbra perante os deputados para isso nomeados pelo, Director, do qual conste notoriamente a sua applicação, e aproveitamento (ANDRADE, 1978, p.163).

Esta nova ordem relatada vetava todos os alunos que não passassem no exame de Retórica de entrar e realizar seus estudos na universidade de Coimbra, órgão que representava o ensino superior em Portugal. Este fato demonstra, pois, a importância dada pela Coroa a essa matéria.

Em outro documento da época, denominado de "Instrucções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por, El Rey Nosso Senhor de 1759", a Coroa deixa claro quais eram seus objetivos a partir da ênfase dada ao ensino de retórica em Portugal. Na primeira instrução aos professores de Retórica, consta no documento em questão que:

He pois a Rhetorica a arte mais necessária no Commercio dos Homens, e não só no púlpito, ou na advocacia como vulgarmente se imagina. Nos discursos familiares; nos Negócios públicos; nas disputas; em toda a ocasião em que se trata com os Homens, he preciso conciliar lhes a vontade; e fazer não só que entendão o que lhes diz; mas se persuadão do que lhes diz, e o aproveem (ANDRADE, 1978, p.178).

Fica clara, a importância dada pela Coroa ao comércio, denominando como a arte mais necessária. Assim, o ensino de Retórica estava ligado ao desenvolvimento do comércio, pois a ênfase e a importância dada a este ensino tinham como objetivo principal, a necessidade de formar novos comerciantes aptos para os novos tempos em Portugal.

2.9. Reformas Pombalinas e o "Ideal Verneyriano"

Para Alberto Banha de Andrade e Luís Cabral de Moncada, Luís Antônio Verney pode não ter sido a única fonte de inspiração das reformas pombalinas da educação, mas com certeza foi um dos maiores influenciadores dessas reformas.

Exemplo disso foi o fato de muitas ideias de Verney terem sido utilizadas por Marquês de Pombal em corolário reformista.

Andrade destaca em sua obra alguns dos principais acontecimentos das reformas educacionais que se nutriram em grande medida das ideias do "Barbadinho". Começando pelo Alvará de 28 de junho de 1759, quando o rei lança as principais bases da reforma educacional e expulsa os jesuítas, no alvará de 30 de setembro de 1770, no qual o rei valoriza o ensino da Língua Portuguesa, propondo a utilização de uma Gramática, lançando, pois, as bases das escolas primárias de ler e escrever; bem como, no alvará de 11 de janeiro de 1760, quando o rei coloca o aprendizado da Retórica como principal exigência para entrar na Universidade de Coimbra; e por fim, na reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra, de 1771.

No alvará de 1759, podemos destacar como ponto de concordância entre o Estado reformista e as ideias de Verney a crítica à educação ministrada pelos padres jesuítas e a total responsabilização do atraso do reino a essa ordem. Tem destaque no documento, além da expulsão dos jesuítas, a reformulação do ensino da língua latina e a valorização do Português, com base nas primeiras cartas do verdadeiro método que tratam sobre os estudos linguísticos, e no método mais avançado dos padres oratorianos.

Isso pode ser observado nas instruções feitas para os professores de Gramática Latina e no Alvará Régio de 1759.

"hey por prohibida para o ensino das Escolas, a Arte de Manoel Alvares, como aquella que contribuiu para fazer dificultoso o esta da latinidade nestes Reinos" (ALVARÁ RÉGIO apud ANDRADE 1980, p.57)

"Todos os Homens sábios uniformemente confessão que deve ser em vulgar o methodo para aprender os preceitos da gramática" (ALVARÁ RÉGIO apud ANDRADE,1980, p.58)

"ser breve, claro, fácil, para não atormentar aos Estudantes com uma multidão de preceitos que, ainda em maiores, confuzão" (INSTRUÇÕES PARA OS PROFESSORES DE GRAMÁTICA LATINA 1759 apud ANDRADEE 1980, p.58)

"Recomenda a leitura clara e distinta e a seguir:<... e além disto dar-lhes as melhores regras da Ortografia, servindo-se os Discipulos *da que campaz nosso Luiz Antonio Vernei*, breve e exacta". (INSTRUÇÕES PARA OS PROFESSORES DE GRAMÁTICA LATINA 1759 apud ANDRADE, 1980, p.60)

A valorização da Retórica no alvará de 1760 também esteve em total acordo com as propostas de Verney que escreveu muito sobre a importância da Retórica, para formação do grande orador, propondo principalmente a utilização nas aulas, das obras de Cícero grande orador romano. No alvará de 1759, já há uma grande valorização desta disciplina, como a "arte mais necessária ao comercio dos homens, e não só no Pulpito ou na Advocia (...), nos negócios públicos, nas disputas, em toda a ocasião em que se trata com os homens" (ANDRADE, 1980, p.61). Em 1760, quando o rei coloca a Retórica como principal disciplina do exame de admissão para a universidade de Coimbra, nós temos a total valorização do ensino da Eloquência e Oratória.

Em 1770, com a publicação das principais normas para o ensino de ler e escrever, (para escola de primeiras letras), ocorreu uma grande valorização do ensino da língua vernácula, do Português, seguindo as orientações do método dos oratorianos com a gramática de José dos Reis Lobato.

Mas sem dúvida o maior momento ilustrado das reformas foi a reformulação dos estatutos da Universidade de Coimbra, em 1771 em total consonância com as cartas sobre o ensino universitário de Verney, reformulando as principais escolas da universidade, direito, direito canônico, teologia e medicina.

A reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, nos seus aspectos mais significativos, traduz um esforço de integração da ideologia iluminista na vida intelectual portuguesa do século XVIII. Sem arriscar-se pelos perigosos caminhos que a consciência filosófica europeia ensaiava nos múltiplos setores do conhecimento, os reformadores da Universidade sem deixar de atender aos imperativos do progresso científico e doutrinário da época, se decidiram à transformação radical da tradicional instituição universitária portuguesa. (CARVALHO, 1978, p.172)

Propondo uma nova medicina que valorizava os estudos de anatomia e a física de Newton, uma nova teologia que valorizava o estudo da História e da compreensão e discussão das escrituras. "Além disso, o mesmo espírito de combate à escolástica, com preferência pela teologia Positiva polêmica" (ANDRADE, 1980, p.68), e a valorização da filosofia de Locke reeditada pela lógica e metafísica de Antonio Genovesi.

Outro acontecimento importante foi a criação do Colégio dos Nobres para formação de nobres que Verney tanto defendeu no *Verdadeiro Método de Estudar* a fim de dar utilidade produtiva a essa classe social que dependia dos privilégios estatais.

Em outros Reinos, têm-se fundado Seminários seculares para os Nobres, onde os rapazes aprendem, não só as Ciências, mas as partes de cavalheiros e artes liberais: dançar, tanger, cavalgar etc... Têm horas determinadas para o estudo; nas outras, estuda cada um aquela arte liberal que quer; e com grande destreza e prudência manejam as inclinações daqueles meninos. (VERNEY, 1952, p.122)

Enfim, nem tudo que o nosso autor propôs foi aceito e utilizado. (Seja por falta de incentivo dos governantes, ou por falta de verba do estado). Mas nós não podemos negar que a influência de Verney e, principalmente do *Verdadeiro Método de Estudar*, foi de extrema importância para as reformas pombalinas da educação.

CAPÍTULO III

3. Estudos Filosóficos: entre o iluminismo e a escolástica

Neste capítulo nós situamos as proposta educacionais de Luís Antônio Verney, entre o iluminismo e a escolástica, mostrando o seu rompimento com o método dedutivo aristotélico através da utilização de uma concepção filosófica empirista, mas sem deixar a principal essência da escolástica.

3.1. Arauto da filosofia Moderna

O Verdadeiro Método de Estudar foi um grande compêndio de cartas que colocou a educação portuguesa em uma nova época, a modernidade. Sem dúvida as partes mais importantes da obra, foram as cartas, oitava, nona, décima e décima primeira dos estudos filosóficos, pois formularam a base geral ideológica das suas críticas e proposições para reformular a educação portuguesa, criando um apêndice filosófico para a sua reforma geral.

Verney começa a carta oitava mostrando o atraso em que se encontravam os estudos filosóficos no reino, ainda muito preso em "metafísicas obscuras" e na escolástica, que segundo o autor, só causava confusão e atraso. Por isso, fazia-se necessário uma reforma geral nos estudos em Portugal.

Porém uma vez que o estudante começou a provar o ergo e até aqui e a brincar com eles, e excogitar sofismas e metafísicas obscuras de tal sorte se ocupa com aquele negócio, que não é possível pôr-lhe remédio; de que nasce a confusão na Medicina, Teologia e mais Ciências. (VERNEY, 1950, p.2)

Apesar de manter em muitos aspectos um contato direto com a filosofia religiosa, Verney foi o arauto da filosofia moderna em Portugal, bem como um dos responsáveis por trazer o pensamento moderno que estava sendo difundido na Europa da época para a realidade educacional portuguesa, no seu dever de "pedagoga".

Em Roma, Verney entrou em contato com as obras mais famosas da época, e é inegável a sua influência "Lockeana". Sem dúvida foi um discípulo da escola filosófica inglesa, influenciado por Francis Bacon, John Locke e Isaac Newton, trazendo a ideologia renovada desses pensadores para educação em Portugal, porém fazendo adaptações necessárias para a realidade de Portugal, um país católico que,

consequentemente, só conseguiu produzir um Iluminismo preso e conectado ao catolicismo.

Mas Verney também foi um grande admirador da escola francesa, utilizando em muitos momentos, de acordo com Salgado, a obra pedagógica de M. Rollin (principalmente na primeira parte do *Verdadeiro Método de Estudar*) e também reconhecendo a importância de Descartes para o progresso da ciência moderna.

Eu certamente não sou Cartesiano, porque me persuado que o tal sistema, em muitas coisas, é mais engenhoso que verdadeiro; mas confesso a V.P. que não posso falar no tal Filósofo sem grandíssima veneração. Este grande homem na Matemática foi insigne, e inventou algumas coisas até ali ignoradas e promoveu outras com felicidade. (...) Descartes foi o primeiro que fez um sistema ou inventou hipóteses para explicar todos os fenômenos naturais, e por este princípio abriu a porta aos outros para a reforma das ciências (VERNEY, 1950, p.14).

Analisando suas críticas sobre Descartes, podemos concluir algumas informações interessantes. Verney reconheceu a importância de Descartes para o progresso das ciências modernas, mas por outro lado rompeu com a teoria cartesiana, porque segundo nosso autor, Descartes apesar de ter concluído muitas coisas importantes, não as comprovou pelo método empírico de Locke, pelo qual, tudo se fundamenta na comprovação pela experiência. Dessa forma, o pensamento de Descartes ainda estava preso à crença nas ideias inatas, por acreditar em verdades absolutas, mesmo reconhecendo as ótimas intenções de "Cartésio" em formular um método que rompesse com o mundo medieval.

É no estudo da Lógica e da Física que nós percebemos com clareza o rompimento com o método escolástico aristotélico, tão defendido pelo ensino dos inicianos. No início da introdução ao estudo da lógica, Verney deixa claro sua nova forma de pensar a filosofia quando afirma: "Eu suponho que a Filosofia é conhecer as coisas pelas suas causas: ou conhecer a verdadeira causa das coisas" (VERNEY, 1950, p.39).

Assim, mostrou-nos a sua aproximação com a teoria empírica de Locke, no qual tudo tem que ser justificado pela experiência, "conhecer as coisas pelas suas causas".

Enfim, Verney propõe uma filosofia prática conectada ao mundo físico, ancorado na comprovação pela experiência, rompendo assim, com a crença inabalável da metafísica medieval.

3.2. A Lógica Empirista e a Redução da Metafísica

Na *Crítica a lógica Usual*, Verney crítica todos os principais pilares da filosofia escolástica, mostrando a sua ineficiência e a sua inutilidade, desferindo uma série de críticas ao método silogístico, à lógica formal, aos sinais e universais, de forma repetitiva e exagerada, para mostrar o seu total rompimento com o método mais utilizado no ensino português da época.

Ora eu creio que, sem grande trabalho, se conhece que esta lógica vulgar não da nenhuma utilidade, antes causa suma confusão. Os proeminais são a coisa mais inútil do mundo. (...) Aqueles Universais e Sinais são as coisas indignas de se lerem; o menos que neles acho é a inutilidade; o pior é o método (VERNEY, 1950, p.42).

Portanto, um dos princípios mais importante da obra de Verney é a utilidade, como em Locke, ou seja, tudo tem que ser útil ao estudo, ao progresso da ciência. Nesse sentido, Salgado nos mostra, no início do tomo V, que o Barbadinho deixa claro o princípio da utilidade, quando coloca abaixo do título, "para ser útil a república...". Seguindo esse princípio da modernidade, Verney rompe com o método dos escolásticos ao considerar este inútil para o ensino e para ciência.

"Ora é sem dúvida que as razões, e não as palavras são as que persuadem e provam o que se quer. Poderão as palavras e modo com que se diz dar mais luz às razões; mas palavras sem razões nada provam" (VERNEY, 1950, p.), ou seja, os discursos complexos e longos do método escolástico nada comprovam, e só servem para atrapalhar a cabeça dos estudantes das escolas portuguesas; assim, defende que é a razão e não as palavras que prova a ciência, não adianta, então, ficar falando, sem razão e sem sentido.³⁷

Seguindo essas críticas, Verney garante que o Silogismo, muito utilizado pelos escolásticos através da dedução e da lógica formal, não serve como método racional, pois não consegue provar nada, apenas faz conexões entre as ideias. "O silogismo não faz mais que mostrar a conexão das partes, sem ensinar a buscar provas; onde fica claro que é de grande socorro a razão" (Verney, 1950 p.56). Para ele, o silogismo é uma forma natural do pensamento humano, ou seja, nós, ao pensarmos,

³⁷ Verney condena a Retórica do método silogístico, a Retórica sem o método experimental, mas valoriza o ensino de uma nova retórica, objetiva, racional, empírica.

naturalmente promovemos o silogismo, sem utilidade e eficiência para o método científico, além de complicar o discurso e a conclusão.

De sorte que, examinando bem o silogismo, ele não das ideias que são os princípios dos nossos conhecimentos: não dá a boa ordem das ideias e da percepção, porque isso faz a alma por si só. Serve somente de por certa ordem poucas ideias que nós temos; e o maior uso que tem é nas disputas dos escolásticos (VERNEY, 1950, p.65).

Assim, ele se coloca contrário aos principais métodos da escolástica, rompendo com essa forma de pensar e com o modelo mais utilizado pelos padres Jesuítas de Portugal, criticando o modelo filosófico da escolástica que era embasado no conhecimento dedutivo, através da lógica formal, do silogismo. Ele nos comprova a sua aproximação com a indução formulada por Bacon, que influenciou o empirismo de John Locke.

Verney, então, lançou as bases da lógica moderna na carta oitava, em uma perfeita conexão com o empirismo de Locke.

"O que importa é facilitar os meios para não se enganar, e buscar para isto um método que a boa razão persuade ser útil, e os homens que têm voto na matéria reconhecem, com razão e experiência" (VERNEY, 1950, p.78). O autor exalta, pois, a importância da experiência para o progresso do conhecimento através de uma lógica moderna, ou seja, a lógica moderna de Verney é uma lógica baseada no empirismo.

Fica clara a sua aproximação com a obra *Ensaio acerca do entendimento humano*, de Locke, no que diz respeito ao rompimento da crença nas ideias inatas:

Nós não trazemos da barriga da mãe conhecimento algum: todos adquirimos depois de nascidos (...) não tem outros conhecimentos senão os que entram pelos sentidos. (...) São, pois, os sentidos as principais portas pelas quais entram as ideias na alma (VERNEY, 1950, p.82).

O inatismo não tem fundamento, todas as nossas ideias são absorvidas pelos sentidos formando ideias simples, e quando essas ideias simples são combinadas pela reflexão, transformam-se em ideias complexas.

Quando Verney se apropria do método das ideias de Locke, estava rompendo com o método escolástico de Tomás de Aquino, que tentava conciliar a fé e a razão (método que considerava as ideias inatas), pois colocava algumas verdades absolutas, como a existência de Deus, no centro das suas discussões filosóficas. Verney,

ao aceitar a teoria de base ontológica, estava abrindo o caminho para a formação de uma nova lógica, uma lógica moderna que valoriza muito mais a experiência, a análise, a comprovação das hipóteses, do que a autoridade do discurso que embasava o silogismo dos escolásticos.

Se todas as ideias são capturadas pelos sentidos, cabe ao homem justificar e entender essas ideias pelos próprios sentidos, assim, tudo tem que ser comprovado e justificado pela razão. Mas Verney ressalta que, "conhecidos os erros, é necessário evitá-los procurando a verdade. Para o fazer, é preciso observar algum método. É pois, o método aquela operação do entendimento tão necessária em todo o gênero de Ciências, e sem a qual não se pode discorrer bem" (1950, p.104),

Como Bacon e Locke, Verney nos mostra a necessidade de obtermos um método, para desenvolver a indução, o problema dessa outra forma de conhecimento sempre foi o método, pois a indução só poderia devolver um conhecimento, comprovado pelo razão, através de um método bem formulado.

O Método Sintético, ou método de mostrar a verdade, tem estas leis: Não admitir voz sem a explicar; não mudar o significado das vozes; não concluir com sem evidência; não inferir senão de princípios provados. Quem observa estas regras, pode ter a consolação de que tem boa lógica (VERNEY, 1950, p.106).

Com a valorização do método sintético para obtenção de boa lógica, Verney, nos mostra que é muito importante explicar todas as ideias através da comprovação científica, da experiência, rompendo com o método dedutivo da lógica formal da escolástica.

Na nona carta, Verney propõe uma metafísica muito mais pragmática e dependente, uma metafísica que não se separa das outras ciências. "É loucura separar estas metafísicas das outras partes da filosofia. Metafísica Intencional é pura lógica; Metafísica real é pura física" (VERNEY, 1950, p.121).

A metafísica do espírito deveria estar acompanhada pela física, ou seja, o autor propõe a redução da metafísica à física, como uma disciplina sem autonomia, dependente da física e da lógica moderna, comprovando o seu rompimento com o método escolástico. Dessa forma, o mundo imaterial justificado pela razão do mundo material se fazia necessário.

3.3. A Física Moderna

A física foi uma das disciplinas filosófica mais valorizada no V.M. E., embasada pelos pensadores modernos (John Locke e Isaac Newton) para estudar o mundo material, comprovado pela experiência, rompendo com a valorização da metafísica dos escolásticos.

A carta décima foi dedicada a essa disciplina. O nosso autor, então, começa criticando as ideais que dominavam o ensino Português como se fizesse uma introdução da realidade, seguida pelas possibilidades de reforma.

Na época, a física mais utilizada em Portugal era a física de Aristóteles, pois a escolástica dos padres jesuítas em Portugal era baseada no aristotelismo.

Dessa forma, Verney começa a carta criticando a física aristotélica dos escolásticos:

antes, mui pertinazes nos seus costumes, tendo-se-lhe metido em cabeça que Aristóteles disse o que eles supõe (o que colhem de algumas palavras obscuras), arrastam violentamente as outras palavras para o mesmo sentido que querem, e não fazer caso de prova claríssima que se tira das suas mesmas obras. (VERNEY, 1950, p.174)

Nesse trecho, Verney desaprovava os escolásticos aristotélicos, pois estes, através dos seus longos discursos, só faziam interpretações favoráveis aos seus interesses, sem nada provar, comprovar. E completa "isto justamente é o que eu muitas vezes lamentei com V.P.: que o jurar determinada doutrina é o primeiro impedimento para toda a sorte de estudos" (VERNEY, 1950, p.178).

Enfim, "destes dois princípios - ignorância e preocupação - nasceram àquelas infinitas arengas a que se chama filosofia neste país" (VERNEY, 1950, p.179). Uma filosofia que desconsidera o avanço do pensamento moderno, que não consegue desempenhar um papel de utilidade e que não comprova as suas crenças.

"Quem recebe as experiências, e, em virtude delas, quer discorrer, deve renunciar ao Peripato; quem abraça o Peripato deve renunciar as experiências. São coisas totalmente opostas, que uma destrói a outra" (VERNEY, 1950, p.183-184.). Ou seja, quem utiliza o método empírico das experiências deve renunciar totalmente ao método Aristotélico, pois os dois métodos são totalmente opostos.

Nós só conseguimos chegar ao conhecimento através de dois meios:

observar as propriedades e ver se, mediante alguma resolução, podemos chegar a conhecer os princípios de que se compõe esta ou

aquela entidade física. Este deve ser o primeiro emprego do físico: observar e discorrer. Não devemos querer que a natureza se componha segundo as nossas ideias; mas devemos acomodar as nossas ideias aos efeitos que observamos na natureza (VERNEY, 1950, p.190).

Dessa forma, o conhecimento só pode ser alcançado pela observação, experiência e pela formulação de princípios a partir dessa observação, e o físico deve seguir estas recomendações empíricas. Portanto, Verney mostra a importância da física, como disciplina necessária para realizar a valorização da teoria empírica.

Quando adequamos a natureza a nossas ideias, nós transformamos a natureza para se encaixar em nossa forma de pensar; assim, não conseguimos produzir um conhecimento real da natureza, pois ficamos apenas na superficialidade das nossas ideias. Para o físico moderno, o processo correto é contrário ao dos escolásticos, transformar as nossas ideias para compreender a natureza, modificar a nossa forma de entender o mundo, e comprovar a realidade da natureza através da experiência. Neste trecho, nós podemos observar a expressão do pensamento moderno, mostrando a principal deficiência do método escolástico aristotélico, valorizando a física e o conhecimento moderno:

Que importa que Aristóteles, ou todos os Filósofos da Grécia, dissessem que o Ar era leve, se estou vendo experiências que provam que é pesado? Que importa que digam que a luz é uma qualidade distinta de todo corpo, se me mostram efeitos que obrigam a dizer que é um corpo? Que importa que os Escolásticos afirmem que a organização de um vivente são acidentes que resultam da forma substancial, se eu vejo que é um perfeito artifício que não tem nada que fazer com a forma, pois que existe partida a dita? (VERNEY, 1950, p.193)

A filosofia dos antigos não "importa" mais aos modernos, tudo tem que ser comprovado pela experiência e, nesse sentido, os escolásticos aristotélicos não tem mais argumentos, pois a sua filosofia é embasada pela fé e pelas suposições de ideias justificadas pela lógica formal.

A esse respeito, para Verney a lógica Aristotélica não possui nenhuma semelhança com a lógica moderna, pois essa lógica não tem método, não tem observações, só possui uma série de regras inúteis que não levam ao progresso da ciência e do conhecimento.

"Por este princípio digo da Física o que já disse a V. P. da Lógica: que Física que não se entende deve-se desprezar, e coisas que não se provam não se devem admitir"

(VERNEY, 1950, p.198). Para Verney, a nova física deve priorizar a busca pela verdade, comprovada através da experiência. "O fim do físico é descobrir a verdadeira causa dos efeitos naturais; e para conseguir este fim, não deve fazer caso do que dizem os outros, sim do que mostra a experiência" (VERNEY, 1950, p.203).

3.4. A Ruptura com a escolástica?

Contrariamente à tradição aristotélica, que tinha por soberania a metafísica, isto é, a teoria do ser e da razão do ser, Verney afirmava no *Verdadeiro Método* (Carta X) "que a principal parte da Filosofia... é a Física, visto que a lógica pareceu ser somente uma disposição do entendimento para conhecer as coisas como são", acrescentando que entendia por física "o conhecimento da natureza de todas as coisas o que se alcança por meio das duas propriedades e da redução aos próprios princípios" (CARVALHO, 1978, p.30).

A mudança na concepção filosófica caracteriza a mudança na forma de entender o conhecimento. Para Verney, ao contrário dos escolásticos aristotélicos que valorizavam a metafísica, a física se transformou na disciplina mais importante da Filosofia.

Mas nós não podemos esquecer que no *Verdadeiro Método de Estudar*, o autor não criou nenhuma teoria inovadora, tudo que foi escrito tinha base em outros pensadores, como Locke, Bacon, Genovesi, Muriati, Padres Oratorianos, Lamy, Rollim. Dessa forma, Verney produziu uma grande reflexão filosófica e pedagógica com base nos autores modernos, adequando suas críticas à realidade e à cultura portuguesa.

Todos os autores concordam que o Iluminismo português foi moderado e conservador, mas apesar de todo esse conservadorismo, não resta dúvida de que Verney foi um pensador iluminista. Mas, ao contrário de outros pensadores iluministas, o ideal de separação entre filosofia e teologia não fazia parte de suas proposições, pois o cristianismo, a fé e a proteção da Igreja Católica foram ideais presentes em toda a sua obra.

Dessa forma, propôs uma reforma na maneira de se conciliar fé e razão, fazendo parte, portanto, da mesma tradição da Igreja da qual fizeram parte os escolásticos, mesmo que algumas concessões devessem ser feitas em relação a certos autores, como Grócio, Pufendorf, Descartes, Bayle ou Espinosa, que defenderam uma separação nítida entre os dois domínios (LEAL FERREITA, 2009, p.149).

O ideal cristão católico foi utilizado de maneira tão poderosa, que em alguns manteve, mesmo "rompendo" com a escolástica através das suas críticas, Verney mantém a tradição dos pensadores escolásticos ao conciliar a fé com a razão. Ao propor um ensino de teologia ancorado na física moderna, o nosso autor desejou acrescentar o empirismo na Teologia e no Direito canônico, mantendo de forma muito forte a sua ligação com a religião e com a fé católica, como se fosse possível justificar a fé pela experiência.

Entre dois regimes de historicidade, relacionado tanto com o Estado quanto a Igreja, Verney foi um crítico da escolástica, mas, ainda partilhando de muitos de seus preceitos, defendeu a Teologia, incorporando a ela princípios da Filosofia moderna. Tomado por "filósofo", "pedagogo" e "historiador", se for verdadeiro que os maiores autores são os mais difíceis de serem classificados, Verney é um deles (LEAL FERREITA, 2009, p.152, 2009).

Galileu também não pretendia negar a fé. Em um dos trechos do *Diálogo sobre os dois máximos sistemas de mundo*, ele afirma ao rebater uma crítica do cardeal à teoria heliocêntrica, que, além da Bíblia, é preciso ler também o que Deus escreveu no livro da natureza. E, para isso, era preciso utilizar a mesma inteligência dada por Deus para compreender sua revelação no mundo natural.

Verney foi um pensador ilustrado e eclético que criticou principalmente os jesuítas de Portugal, pois reconheceu que os jesuítas portugueses eram muito atrasados em comparação a outros padres da ordem na Europa. Esse atraso pode ser justificado pelo fato de o Estado português permanecer totalmente fiel ao catolicismo, mantendo a intolerância, a Inquisição e, conseqüentemente, as teorias arcaicas da escolástica medieval.

[...] assim como alguns jesuítas estrangeiros têm reprovado diante de mim o método de Portugal, e alguns Portugueses me confessaram que o seguiam por necessidade, e não por eleição, e confessaram limpamente que se podia e devia emendar em muitas coisas (achará V. P. muitos que lhe digam que aquela Lógica Carvalha e Barreta não se deviam explicar nas escolas, mas coisas mais úteis, o que eu ouvi muitas vezes). (VERNEY, 1959, p.22)

Verney condena a lógica formal utilizada pelos jesuítas de Portugal, mostrando que outros padres da mesma ordem já não utilizavam mais essa lógica

arcaica que vem diretamente do silogismo escolástico de Tomás de Aquino, defendendo uma nova lógica baseada nos pensadores modernos que romperam com a Escolástica. *"O que suposto, o silogismo não faz mais que mostrar a conexão das partes, sem ensinar a buscar as provas; onde fica claro que não é de grande socorro à razão"* (VERNEY, 1959, p.56).

Em nenhum momento da sua obra Verney cita o seu principal mentor da lógica, John Locke, mas sempre os tradutores da obra para o italiano, pois Locke era protestante e na ilustração de Verney não havia espaço para esse tipo de autores. Dessa forma, as teorias de Verney foram muito mais conservadoras e mantendo sempre a conciliação entre o novo método e a manutenção do catolicismo.

Mas é inegável a contribuição desse ilustrado para a modernização da educação, pois, Verney foi um grande pedagogo da modernidade portuguesa. Apesar de não ter sido um iluminista radical, trouxe importantes contribuições da filosofia moderna para cultura portuguesa, dentro das possibilidades de pensamento católico e conservador de Portugal na época.

Se Locke escreveu as bases do empirismo foi Verney que mesmo em bases mais conservadoras continuou a sua obra no sentido pedagógico, pois afinal de contas Verney não propôs apenas uma nova lógica, propôs uma nova educação para Portugal, em todas as áreas, continuando a obra de Locke em bases católicas de acordo com as luzes de Portugal.

Conclusão

O *Verdadeiro Método de Estudar* foi um marco para o século XVIII, uma grande obra que conseguiu interpretar a realidade da educação lusa na época, formular críticas e propor várias mudanças pedagógicas para o reino. Além de promover uma grande reflexão sobre praticamente toda a base do ensino português, analisando área por área e promovendo uma mudança ideológica na realidade filosófica conservadora.

Começamos por evidenciar o atraso do reino e o "domínio" ³⁸ educacional que os padres inacianos possuíram por quase duzentos anos em Portugal, que intolerante e conservador, manteve a Inquisição até o final do século XVIII. O ensino dos padres jesuítas, embasado na escolástica criada por Tomás de Aquino, legitimava a ideologia do "atraso" no reino, na qual nada poderia ser justificado sem a comprovação dessa corrente de pensamento em Portugal. Verney, em várias partes da sua obra, mostra-nos que os pensadores portugueses ficavam mais preocupados com os discursos complexos, com as disputas do que com a verdade pragmática, salvo raras exceções, como foi o caso da educação promovida pelos padres oratorianos que se aproximavam um pouco mais dos pensadores modernos, e romperam em alguns aspectos com os padres jesuítas.

Foi nesse contexto de "monopólio" educacional da Companhia de Jesus que Luís Antônio Verney, de família abastada, iniciou o curso de Filosofia com os Oratorianos, e depois transferiu o seus estudos para a Universidade de Évora, a universidade mais importante do reino que era dominada pelos padres jesuítas. Foi nessa Universidade que ele entrou em contato com o ensino dos Inacianos. Depois de concluir os estudos de filosofia e de receber o título de mestre, foi para a Itália concluir os seus estudos até ser consagrado sacerdote.

A Itália, mais especificamente Roma, estava mais aberta que Portugal à difusão filosófica de alguns pensadores que embasaram o Iluminismo no século XVIII. Verney tomou contato com as obras desses pensadores a partir das releituras feitas por Genovesi e Muratori, formulando, assim, o *Verdadeiro Método de Estudar*, contrapondo-se abertamente à educação e à filosofia escolástica oferecida pelos padres jesuítas no reino, tendo como missão iluminar e motivar uma grande reforma filosófica e educacional, pois, como nós sabemos, a educação é um reflexo da filosofia e da realidade material ou histórica; a educação dos jesuítas era, então, o reflexo da

³⁸ Como o estado português não tinha uma política educacional secular, as ordens religiosas acabaram dominando o panorama educacional do reino até a criação do primeiro sistema educacional estatal criado por Marquês de Pombal, em 1759.

escolástica e do atraso econômico, religioso e filosófico em que se encontrava o reino português na época.

Inspirado, mesmo que de forma não declarada pelo empirismo formulado por John Locke e pela utilização do método indutivo de Francis Bacon, Verney propôs uma grande reforma dos estudos filosóficos, criticando a escolástica e propondo o método empírico, através da Física, da Lógica moderna e da redução da Metafísica. Nesse sentido, promoveu um rompimento com a filosofia escolástica dos padres jesuítas ao propor a utilização da teoria filosófica moderna empírica, para reformular todo o ensino português.

De acordo com Luís Cabral de Moncada, Alberto Banha de Andrade e Laerte Ramos de Carvalho, Verney pode ser considerado um pensador iluminista, pois através de suas críticas embasadas nas teorias modernas propôs a reformulação do ensino primário, secundário e universitário português; ou seja, ele se enquadra perfeitamente no contexto da ilustração dos reinos ibéricos no século XVIII.

O Iluminismo de Verney não foi revolucionário, radical, "laicizador", foi um Iluminismo católico, influenciado diretamente pela fé na Igreja, "secularizador", no anseio de criar uma educação secular, controlada, administrada e promovida pelo Estado Absoluto que rompesse com o monopólio educacional exercido pelos jesuítas.

A respeito do Marquês de Pombal, a expulsão dos jesuítas e as reformas pombalinas, o Iluminismo de Verney teve grande influência. Como comparamos no segundo capítulo, as suas críticas e as suas propostas ideológicas estavam relacionadas diretamente às reformas.

Sabemos que Pombal não realizou todos os anseios e as propostas do seu principal "arauto iluminista", e só no final da sua vida, durante o governo da rainha Maria, sucessora de D. José I, recebeu o reconhecimento. Mas é nítida a sua influência ideológica nas reformas, principalmente na questão da secularização da educação, do ensino da língua vernácula, na valorização da retórica, na responsabilização total dos jesuítas pelo atraso educacional do reino e, principalmente, na reforma dos estatutos da universidade de Coimbra, em 1772.

Como afirmamos, Verney rompeu com a escolástica ao mostrar toda sua inutilidade³⁹ e ao responsabilizar o atraso do reino quanto à filosofia, à lógica, à

³⁹ Para Verney, o silogismo escolástico poderia ser utilizado em apenas alguns momentos, mas não tinha utilidade para a teoria empírica.

metafísica, à ética, à física, às repetições do latim e ao ensino universitário oferecido pelos padres jesuítas. Mas por outro lado, o nosso autor se manteve fiel aos preceitos da igreja e tentou conciliar a nova teoria moderna do empirismo ao estudo da teologia e do direito canônico; ou seja, ele não propôs um ensino laico como outros iluministas propuseram, não foi um empirista que levou a experiência às últimas consequências, apenas acrescentou valores da lógica, da física, da filosofia moderna aos domínios do eclesiástico português. Em nenhum momento Verney citou os pensadores ingleses em sua obra, mas mostrou a sua total conexão com os pensadores italianos que reeditaram as obras de Locke, Bacon e Newton.

Dessa forma, o seu rompimento com a escolástica não foi total, pois mantendo as principais bases da fé católica que era tomista, mantinha de certa forma, o ideal da escolástica que era conciliar a fé com a razão, por isso o iluminismo português foi "ecclético empirista". Verney foi iluminista, pois estava embasado nas novas correntes teóricas que circulavam na Europa na transição do século XVII para o XVIII, mas também conservador, pois manteve a principal essência da escolástica, acrescentando a experiência, o método sintético com a manutenção da crença inabalável na fé católica. Para isso, Verney atacou diretamente o ensino dos padres jesuítas que mantinham uma influência muito forte do tomismo escolástico, mas ao mesmo tempo propôs uma série de contribuições educacionais importantes para a educação do reino, como a utilização de um novo método filosófico empirista, a secularização do sistema educacional, a valorização do ensino da língua portuguesa perante a língua latina, a literatura apoiada na história e geografia, a reforma universitária do direito, da medicina e da teologia, o ensino das mulheres e a alfabetização de todos os cidadãos do reino.

Dessa forma, o principal objetivo do *Verdadeiro Método de Estudar* foi atacar diretamente o sistema educacional dos inicianos de Portugal, mostrando que alguns Jesuítas de outros países eram mais progressistas, acrescentando algumas contribuições filosóficas do mundo moderno, mas mantendo a roupagem cristã própria de um sacerdote dentro das possibilidades restritas de um iluminismo português.

Esse iluminismo conservador deixou marcas profundas na educação portuguesa e brasileira, pois mesmo com todo avanço científico e educacional dos séculos XIX, XX e início do século XXI, na república "laica" do Brasil o ensino religioso ainda é mantido nas escolas públicas e, conseqüentemente, custeado com dinheiro público. Assim, nós conseguimos entender um pouco melhor as bases da

história e filosofia da educação brasileira, explicando o nosso conservadorismo e a nossa ligação estreita com a religião até os dias atuais.

Para nós, o Barbadinho⁴⁰ foi mais do que um filósofo ou teólogo, como Salgado nos apontou, foi um verdadeiro "pedagogo", um pensador que não se conteve com a realidade educacional da sua pátria, formulando, assim, um grande compêndio de críticas e propostas essencialmente pedagógicas, numa época em que era inexistente a formação do pedagogo. Verney foi um pensador da educação, mostrando a importância dessa área para o crescimento de um país que buscava diminuir a sua dependência da Inglaterra, desenvolver-se e despontar como uma grande nação.

⁴⁰ Nome utilizado como pseudônimo para evita a perseguição dos padres Jesuítas que eram muito poderosos na época.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. L. *As reformas pombalinas da instrução pública no Brasil colônia: mapeamento prévio para produção do estado da arte em educação*. Disponível <www.histedbr.com.br> acesso em 29/05/2007.

ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento burguês no seminário de Olinda*. Campo Grande: Autores Associados, 2001

ANDERSON P. *Linhagens do estado absolutista*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ANDRADE, A. B. *As reformas pombalinas dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978.

ANDRADE, Alberto Banha. *Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método (1759)*. In: *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

ANDRADE, A. B. Introdução. In: Luís António Verney. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Editorial Verbo, 1965.

ANDRADE, A. B. *Verney e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.

ANDRADE, A. B. *Verney e a projeção de sua obra*. Livraria Bertrand, 1980. António Verney. São Paulo: Saraiva, 1941.

AQUINO, Tomás. *Sobre o ensino (De magistro)*. Os sete pecados capitais. Tradução de Luiz Jean Lauand. Editora Martins Fontes. São Paulo - SP. 2004.

ASSUNÇÃO, P. *Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2009.

AZEVEDO, J. L. *O Marquês de pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 1994.

BACON F. *Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*; Nova Atlântida. 2ªed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BARRADAS DE CARVALHO, Joaquim. *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

BOTO, C. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. In. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.15, n°.44, May/Aug. 2010.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CARVALHO JÚNIOR, Eduardo Teixeira de. *Verney e a questão do Iluminismo em Portugal*. Dissertação de Mestrado, UFPr, 2005.

CARVALHO, Joaquim de. A crítica da segunda escolástica portuguesa. In: Celina Junqueira (dir.). *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Conselho Federal de Cultura/ Editora Documentário, 1979.

CARVALHO, L. R. de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CASSIRER, Ernest, 1874-1945. *A filosofia do iluminismo*. 3ªed. Campinas: Unicamp, 1997.

COMENIO, J. A. *Didática Magna*. Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

FALCON, F. J. C. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. *Ensaio*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Contra todos os inimigos. Luís Antônio Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*. Dissertação de mestrado, USP, 2009

FERREIRA, J. Luís Antônio Verney e o verdadeiro método de estudar. In: Celina Junqueira (dir.). *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Conselho Federal de Cultura/ Editora Documentário, 1979.

FRAGOSO, J. A. Plano de reforma da instrução pública para o Brasil in. Conjunto documental: *coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos*, Rio de Janeiro, V.20,p.65-77,dez.1821.

FRANCA, S. J. Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum"*. Introdução e tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

FRANCO, J. E. *A ideia de Europa nas reformas pombalinas da educação*. Disponível<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/590jose_eduardo_franco.pdf> acesso em 03/01/2010.

HISLDORF, M. L. S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HISLDORF, M. L. S. *Pensado a educação nos tempos modernos*. São Paulo: Edusp, 2005.

HOORNAERT, E.; AZZI R.; GRIJP K. D.; BROD, B. História da Igreja no Brasil. *História geral da igreja na América latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

JUNQUEIRA, C. *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*. Rio de Janeiro: PUC, 1979.

JUNQUEIRA, Celina (dir.). *O nascimento da moderna pedagogia*: Verney. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Conselho Federal de Cultura/ Editora Documentário, 1979.

LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.) *Marxismo e Educação debates contemporâneos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

LUTERO, Martin. *Educação e Reforma*. Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha, para que criem e mantenham escolas. Uma prédica para que se mandem os filhos às escolas. Porto Alegre: Concordia, 2000.

MACIEL, B. S. L.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. In. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, V.32, n 3, p. 465-476, set/dez.2006.

MANACORDA, Mario Alighiero Manacorda. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. Campinas: Autores Associados, 1992.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. 2º Ed. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Fiderich. *A ideologia alemã*. Crítica da filosofia alemã mais recente. I. 4º Ed. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins fontes, 1980.

MONASTA, Atílio. *Antônio Gramsci*. Tradução e organização: Paolo Nosella. Recife: Editora Massagana, 2010.

MONCADA, Luís Cabral de. *Um "iluminista" português do século XVIII*: Luís

NARODOWSKI, Mariano. *Comenius & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 2º Ed. São Paulo: editora Cortez, 2010.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Breve história de Portugal*. 4 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

PAIVA, J. M. *Colonização e atequese*. Coleção Educação Contemporânea. São Paulo: Autores Associados, 1982.

SALGADO JÚNIOR, António. Sobre a suposta parcialidade polêmica do "Verdadeiro método de estudar". In: Celina Junqueira (dir.). *O nascimento da moderna pedagogia*: Verney. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Conselho Federal de Cultura/ Editora Documentário, 1979.

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Disponível <<http://manybooks.net/titles/sanchesa2391923919-8.html>> Acesso em 04/05/2010.

SANTOS, M. A. M. Verney e o bom gosto. In: Celina Junqueira (dir.). *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Conselho Federal de Cultura/ Editora Documentário, 1979.

SARAIVA, F.R. dos Santos. *Dicionário latino-português*. 10ª Ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1993.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2010.

SILVA, José Carlos. *O ensino de filosofia na formação do agente religioso no Brasil colônia: uma identidade política entre a vassalagem epistemológica tradicional e a experimentação pedagógica heroica (1549-1599)*. Tese de doutorado, UNICAMP 2009.

SECO A. P.; AMARAL. T. C.I. *Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira*. Disponível <www.histedbr.com.br> acesso em 12/01/2008.

SÉRGIO, A. Luís Verney, apóstolo cívico. In: Celina Junqueira (dir.). *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Conselho Federal de Cultura/ Editora Documentário, 1979.

SERRÃO, Joel. A latinidade, Verney e Severiano Tavares. In: Celina Junqueira (dir.). *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Conselho Federal de Cultura/ Editora Documentário, 1979.

SKIDMORE, Thomas. E. *Uma história do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Paz e terra, 2003.

VERNEY, Luís António (1746). *Verdadeiro método de estudar*. Edição organizada por. António Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949-52, 5 v.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANEXO

Cronologia da vida de Luís Antônio Verney⁴¹

- 1713 - Nascimento de Luís Antônio Verney em Lisboa, em 27 de Junho.
- 1720 - Estuda Humanidades no Colégio de Santo Antão, até 1727.
- 1727 - Estuda Filosofia com os oratorianos durante dois anos incompletos.
- 1729 - Estuda Filosofia na Universidade de Évora, de Novembro deste ano até 1733.
- 1731 - Recebe, em Évora, o grau de Bacharel em Filosofia.
- 1733 - É investido no grau de Licenciado e Mestre em Artes na Universidade de Évora. Frequenta o curso de Teologia na mesma Universidade até 1736.
- 1736 - Sai para Roma em 6 de Agosto.
- Possivelmente matriculou-se em Direito, na Universidade da Sapienza, de Roma.
- 1739 - É eleito, a 1º de Janeiro, deputado da Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, de que, mais tarde, foi expulso, sendo depois readmitido, graças à intervenção da Corte de Lisboa.
- A 2 de Janeiro recebe a prima tonsura, ficando, desde então, eclesiástico.
- A 8 de Setembro segue a primeira recomendação da Corte portuguesa ao representante em Roma, para atribuição de benefício eclesiástico a Verney.
- 1740 - A 12 de Janeiro, o Papa concede a Verney o Arcediado de Évora.
- 1741 - Teria interrompido o estudo de Jurisprudência e concluído o curso teológico, graduando-se em Teologia.
- 1742 - A 24 de Fevereiro, toma posse da sexta cadeira da Catedral de Évora como Arcediago.
- 1745 - Compõe a oração latina *De Recuperata Sanitate Joannis V.*
- Inicia-se, a partir de Fevereiro, a correspondência entre Verney e

⁴¹ Sintetizado da *Tábua Cronológica* de António Alberto Banha de Andrade. In: Luís Antônio Verney. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Editorial Verbo, 1965. p.19-26.

- Ludovico Antonio Muratori, que se estende até Dezembro de 1749.
- 1746 - Publica em Nápoles o *Verdadeiro método de estudar*.
-Em Nápoles, teria conhecido Antonio Genovesi pessoalmente.
- 1747 - Imprime, em Roma, *De Orthographia Latina*.
- Profere uma oração contra a Escolástica, na Academia Teológica da Sapienza, *De Coniungenda Lectissima Philosophia cum Theologia*.
- 1748 - Publica-se em Lisboa a primeira resposta ao Verdadeiro método de estudar: as *Reflexões Apologéticas*, pelo Padre Fr. Arsénio da Piedade (o jesuíta José de Araújo).
- Verney envia ao marquês de Valença uma carta impressa, a propor as suas ideias em Filosofia e, sobretudo, em Teologia.
- Imprime-se em Valença a *Resposta às Reflexões*, por Verney.
- 1749 - Aparecem os *Elogios dos Reis de Portugal*, pelo oratoriano Manuel Monteiro, que nesta 2ª edição responde aos ataques que Verney lhe dirigiu no *Verdadeiro método de estudar*.
- Possível data da provável ordenação sacerdotal de Verney.
- Desde este ano é procurador em Roma do arcebispo do Algarve, D. Inácio de Sta. Teresa.
- 1750 - Edita-se em Valença a *Conversação Familiar e Exame Crítico em que se mostra reprovado o Método de Estudar*, pelo Padre Severino de S. Modesto (o jesuíta José de Araújo).
- 1751 - Verney escreve a oração para celebração em Roma do falecimento de D. João V, que não chegou a proferir.
- Imprime-se em Lisboa a *Contestação da caluniosa acusação com que o Autor do Verdadeiro Método de Estudar acusa, entre outras coisas, a Nação Portuguesa, de pronunciar menos bem, diversos vocábulos latinos*, por José Caetano, mestre de Gramática.
- Verney edita em Roma os dois primeiros volumes do seu curso de Filosofia: *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam* e *De Re Logica*.
- 1752 - Francisco de Pina e Melo imprime em Lisboa a *Balança intelectual em que se pesava o merecimento do Verdadeiro Método de Estudar*.
- Miguel Maurício de Carvalho edita, em Lisboa, *Carta Apologética de um amigo a outro em que lhe dá conta do que lhe pareceu o 1º tomo*

- do Verdadeiro Método de Estudar.*
- Tradução para o português da oração latina composta por Verney quando da morte de D. João V, por Theotono Montano.
 - 1753 - Sai em Roma *De Re Metaphysica*, 3º tomo do curso filosófico de Verney.
 - Nova recomendação a favor do arcediogo de Évora, para novos benesses eclesiásticos.
 - 1758 - Aparece a *Gramática Latina [...] Traduzida de francês em italiano e de italiano em português*, em Barcelona, por Verney.
 - 1760 - Devido ao corte de relações de Portugal com a Santa Sé, os súditos portugueses são forçados a sair de Roma. Verney passou a residir em Pisa.
 - Publica-se em Madrid a tradução espanhola do *Verdadeiro método de estudar*, por D. Joseph Maymó y Ribes.
 - 1762 - Lança um resumo do *Verdadeiro método de estudar* em latim e em francês, *Synopsis primi tentaminis [...]; Essai sur lês moyens de rétablir lês Sciences et lês Lettres en Portugal, adressée à M. M. les Auteurs du Journal des Sçavans*, por Antoine Teixeira Gamboa.
 - 1764 - Aparece em Barcelona o *Desagravio de los Autores y Facultads que ofende el Barbadiño*, pelo Padre António Codorniu, da Companhia de Jesus.
 - 1765 - Carta de Verney a D. José, datada de 13 de Janeiro, na edição do 4º volume de seu curso Filosófico, *De Re Physica*, para cuja publicação pedira, sem êxito, dinheiro por intermédio de Pombal.
 - Começa, em 14 de Junho, a correspondência com Aires de Sá, então embaixador português em Madrid, sobre reformas de ordem política e social.
 - 1768 - Publica-se, em Madrid, *Apologias a la obra del Barbadiño, intitulado Verdadeiro Método de Estudar, etc., y respuestas a ellas dadas, traducidas [...]* por D. Joseph Maymó y Ribes.
 - Em 13 de Abril, Verney é nomeado secretário da Legação em Roma.
 - 1769 - Volta para Roma.
 - 1771 - A 7 de Junho é expulso de Roma, fixando-se em S. Miniato.

- 1780 - A 22 de maio a Academia das Ciências de Lisboa nomeia-o sócio correspondente.
- 1781 - Passados dez anos, volta a Roma, em 10 de Junho, reabilitado pela Corte de Lisboa.
- 1783 - Carta de Nicolau Pagliarini a Manuel do Cenáculo em que afirma ter Verney escrito uma "Obra da Vida do Marquez de Pombal [...] feita para vingança do qué lhe fés".
- 1786 - Carta de Verney ao Padre Joaquim de Foyos, da Congregação do Oratório de Goa.
- 1790 - A 11 de setembro, D. Maria nomeou-o deputado honorário do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, com pensão anual de 480 mil réis.
- 1792 - A 20 de Março, Verney falece em Roma, indo para a sepultura, por disposição testamentária, envolto no hábito da Ordem Terceira de São Francisco.